



**O Relato da Sustentabilidade Empresarial:
práticas em Portugal**

António Carlos Gomes Dias

Lisboa, Agosto de 2009



O Relato da Sustentabilidade Empresarial: práticas em Portugal

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Auditoria

Orientada pela Doutora Maria Georgina da Costa Tamborino Morais
Apresentada por António Carlos Gomes Dias

Lisboa, Agosto de 2009

“De uma nova consciência pode surgir a criação de um novo mundo, mais justo e sustentável. Temos que nos reinventar, reenquadrar as nossas percepções, remodelar as nossas crenças e os nossos comportamentos, adubar o nosso conhecimento, reestruturar as nossas instituições e reciclar as nossas sociedades.”

Hazel Henderson

Índice Geral	Página
Lista de Figuras e Gráficos	iii
Lista de Quadros e Tabelas	iv
Lista de Siglas	v
Agradecimentos	vi
Resumo	vii
Introdução	1
I. O Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade Empresarial	4
1. Enquadramento Histórico da Sustentabilidade	6
1.1 Contexto Internacional	6
1.2 A União Europeia	11
1.3 Portugal	15
2. O alcance do conceito de Sustentabilidade Empresarial	21
2.1 ONU - Global Compact	22
2.2 OCDE – Guidelines for Multinational Enterprises	24
2.3 UE - Livro Verde: Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas	27
2.4 GRI - Sustainability Reporting Guidelines	33
2.5 Aspectos que caracterizam o conceito de Sustentabilidade Empresarial	37
II. A Comunicação Empresarial da Sustentabilidade	40
1. O Relato da Sustentabilidade	41
1.1 Publicação de Relatórios de Sustentabilidade	41
1.2 Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Financeiros	44
1.3 Destinatários dos Relatórios de Sustentabilidade	46
1.4 Impactos da Comunicação Empresarial da Sustentabilidade	49
2. Os Relatórios de Sustentabilidade GRI 2002	52
2.1 Enquadramento e Objectivos	52
2.2 Princípios dos Relatórios de Sustentabilidade	55
2.3 Conteúdo do Relatório de Sustentabilidade	59

III. O Relato da Sustentabilidade Empresarial: Evidência empírica nas empresas cotadas em Portugal	66
1. Revisão da Literatura Empírica	69
2. Metodologia e Desenho da Investigação	71
2.1 Obtenção de Dados	71
2.2 Selecção e Caracterização da Amostra	72
2.3 Análise de Conteúdo	73
3. Análise e Discussão dos Resultados	78
3.1 Práticas de Relato das empresas cotadas em Portugal	78
3.2 Índice de Divulgação de Informação sobre Sustentabilidade	79
3.3 Indicadores por Sector de Actividade	84
3.3.1 Indicadores Económicos	84
3.3.2 Indicadores Ambientais	85
3.3.3 Indicadores Sociais	88
Conclusão	93
Bibliografia	95
Anexo 1 - Conteúdo específico das Categorias utilizadas na Análise de Conteúdo	101

Lista de Figuras	Página
Figura 1: A GRI pretende harmonizar e integrar	34
Figura 2: Dimensões da Sustentabilidade Empresarial	35
Figura 3: Determinantes da Sustentabilidade Empresarial	39
Figura 4: Perspectiva Global de Sustentabilidade proposta pela GRI	53
Figura 5: Princípios dos Relatórios de Sustentabilidade	56

Lista de Gráficos	Página
Gráfico 1: Relatórios registados anualmente no site CorporateRegister.com	41
Gráfico 2: Relatórios registados anualmente no CorporateRegister por Designação	42
Gráfico 3: Relatórios Portugueses registados no CorporateRegister por Designação	43
Gráfico 4: Relatórios Portugueses elaborados de acordo com as Directrizes GRI	43
Gráfico 5: Caracterização da amostra por sector de actividade	72
Gráfico 6: Caracterização das empresas que divulgam informação por sector	73

Lista de Quadros	Página
Quadro 1 – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU	8
Quadro 2: Marcos Históricos da Sustentabilidade no contexto Internacional	10
Quadro 3: Marcos Históricos da Sustentabilidade no contexto Europeu	14
Quadro 4 – Objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	19
Quadro 5 - Marcos Históricos da Sustentabilidade no contexto Português	20
Quadro 6 - Os princípios do Global Compact	23
Quadro 7 - OCDE Guidelines for Multinational Enterprises	25
Quadro 8 - Livro Verde: A dimensão interna da RSE	28
Quadro 9 - Livro Verde: A dimensão externa da RSE	30
Quadro 10 - Indicadores de Desempenho GRI 2002	36
Quadro 11 - Aspectos da Sustentabilidade Empresarial	38
Quadro 12 - Diferenças entre Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Financeiros	45
Quadro 13 - Destinatários dos Relatórios de Sustentabilidade	47
Quadro 14 - Benefícios da Comunicação da Sustentabilidade Empresarial	49
Quadro 15 - Conteúdo das Directrizes GRI 2002	54
Quadro 16 - Princípios dos Relatórios de Sustentabilidade GRI 2002	57
Quadro 17 - Conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade GRI 2002	59
Quadro 18 - Indicadores Essenciais e Complementares GRI 2002	62

Lista de Tabelas	Página
Tabela 1: Categorias e Conteúdo	74
Tabela 2: Pontuação por Categoria de Informação	77
Tabela 3: Tipo de Relatório utilizado pelas empresas cotadas em 2005	78
Tabela 4: Índice de Divulgação por Sector de Actividade	80
Tabela 5: Indicadores Económicos por Actividade	85
Tabela 6: Indicadores Ambientais por sector de Actividade	86
Tabela 7: Indicadores de Práticas Laborais e Condições de Trabalho por Actividade	88
Tabela 8: Indicadores de Direitos Humanos por Actividade	90
Tabela 9: Indicadores de Sociedade por Actividade	91
Tabela 10: Indicadores de Responsabilidade do Produto por Actividade	92

Lista de Siglas

APEE	Associação Portuguesa de Ética Empresarial
BCSD Portugal	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CSR Europe	Corporate Social Responsibility Europe
EMAS	Eco-Management and Audit Scheme
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
EPIS	Empresários Pela Inclusão Social
FEE	Fédération des Experts Comptables Européens
GC	Global Compact
GRI	Global Reporting Initiative
ISO	International Organization for Standardization
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PME's	Pequenas e Médias Empresas
PNACE	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RSE	Responsabilidade Social das Empresas
UE	União Europeia
UNEP	United Nations Environmental Programme
WBCSD	World Business Council for Sustainability Development

Agradecimentos

A presente dissertação contou com apoios determinantes que contribuíram para que fosse possível a sua realização.

Em primeiro lugar, quero agradecer e salientar o papel preponderante da orientadora deste trabalho, a Doutora Maria Georgina da Costa Tamborino Morais. Pela sua disponibilidade, incentivo, sugestões, paciência, sabedoria e amizade os meus profundos agradecimentos.

Aos meus amigos pela motivação e carinho que concederam ao longo da realização deste trabalho.

À minha família, sobretudo à Elisabete, pela sua colaboração, apoio e compreensão. Finalmente, pelo tempo que não usufruímos, à minha filha Maria Inês, a quem dedico esta dissertação.

Resumo

A Sustentabilidade Empresarial é já uma realidade assumida pelos diversos intervenientes na gestão e análise empresarial, sendo considerada como de extrema relevância para a sobrevivência e competitividade das empresas a longo prazo. No campo académico constitui uma linha de investigação actual e em crescente desenvolvimento.

Este trabalho, de carácter exploratório, pretende obter evidência empírica sobre as práticas e grau de divulgação deste tipo de matérias por parte das empresas cotadas em Portugal, e identificar os indicadores económicos, ambientais e sociais mais relevantes para cada sector de actividade.

Aplicando a metodologia conhecida como análise de conteúdo, em que a base do sistema de classificação foi o modelo de relato da sustentabilidade empresarial proposto pela *Global Reporting Initiative* em 2002, verificamos a quantidade e qualidade das informações empresariais divulgadas por uma amostra de 49 empresas cotadas no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa no exercício de 2005.

Os resultados obtidos, uma vez que apenas 45% das empresas relatam temas relacionados com a sua sustentabilidade, sugerem que o relato empresarial da sustentabilidade não é uma prioridade para os decisores das empresas que constituem a amostra. No entanto, se considerarmos que em Portugal o processo de comunicação empresarial de temas éticos, económicos, ambientais e sociais é essencialmente voluntário, estes resultados podem considerar-se bastante positivos.

Palavras-chave: Relato Empresarial, Responsabilidade Social, GRI, Sustentabilidade Empresarial, Análise de Conteúdo, Portugal

Introdução

Nos últimos anos temos verificado que aspectos como a globalização, governo corporativo, responsabilidade, cidadania e sustentabilidade, se encontram no centro dos debates em matéria de política e gestão administrativa, originando um movimento impulsionador da Responsabilidade Social da Empresa, Responsabilidade Social Corporativa ou Sustentabilidade Empresarial¹.

A agitação dos primeiros anos do século XXI justifica a rápida expansão destes conceitos, que na sua essência traduzem altos níveis de responsabilidade e interdependência, tanto entre os diversos agentes como entre gerações. As crises sociais provocadas por encerramentos ou por fusões, as crises financeiras originadas por práticas de gestão menos correctas, ou as crises ecológicas provocadas por catástrofes evitáveis, são bons exemplos de factos que provocam e elevam as preocupações relativas à responsabilidade das organizações.

Estimulados por tais tensões e também pelo rápido crescimento global dos mercados de capital e de tecnologias de informação, há grupos empresariais, governos e representantes da sociedade civil que procuram novas abordagens de gestão com o objectivo de reflectir as actuais realidades económicas, ambientais e sociais. Por seu lado, a sociedade observa como aumenta a influência das empresas e espera por parte dos administradores e órgãos de gestão um maior grau de transparência, sensibilidade, ética e responsabilidade.

Actualmente, comunicar os temas do desenvolvimento sustentável ainda é um processo essencialmente voluntário. No entanto, esta situação está a alterar-se com a

¹ No âmbito da presente dissertação estes termos consideram-se sinónimos

introdução na legislação de vários países, de requisitos obrigatórios para alguns dos aspectos do desenvolvimento sustentável.

Como veremos ao longo da dissertação, são muitas as iniciativas internacionais sobre o tema, o que demonstra preocupação em proporcionar a um conjunto amplo de interessados informação sobre os aspectos que caracterizam a responsabilidade das empresas. Além disso, vários códigos de conduta e desenvolvimentos normativos estão a funcionar como promotores da transparência empresarial.

Aos investidores, directores de empresas, consumidores, governos, e outras partes interessadas, colocam-se diferentes versões da mesma questão: como obter uma visão clara dos impactos humanos e ecológicos dos negócios para que se possam tomar decisões fundamentadas no que respeita à gestão e ao investimento? Conseguir tal clareza na comunicação e avaliação contém em si a promessa de proporcionar valor tanto para as empresas – fornecendo uma ferramenta crítica de gestão – como para as partes interessadas externas – na medida em que fornece informação sobre a organização, actual, relevante e fiável.

Para as empresas cresce a necessidade de divulgarem mais e melhor informação sobre a forma como identificam e gerem os riscos sociais, éticos e ambientais e explicarem até que ponto estes riscos afectam, a curto e a longo prazo, o valor da empresa. Paradoxalmente, este interesse comum para encontrar novas formas de avaliar e comunicar os impactos das empresas, tem dado origem a uma proliferação de relatórios inconsistentes apresentados por empresas, governos, comunidade empresarial e sociedade civil.

No campo académico, a investigação internacional dedicada à divulgação empresarial da sustentabilidade é uma realidade e constitui uma linha de investigação actual e em crescente desenvolvimento.

Esta dissertação pretende contribuir para centrar as atenções da comunidade académica, empresarial e política no necessário desenvolvimento e utilização de sistemas de comunicação compatíveis com a avaliação da sustentabilidade, analisando-se, simultaneamente, o conteúdo dos relatórios divulgados pelas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa no exercício económico de 2005. O seu principal objectivo consiste em verificar as tendências, práticas e grau de divulgação deste tipo de matérias por parte de uma amostra representativa das maiores empresas portuguesas, tendo como base o modelo de divulgação de sustentabilidade empresarial proposto pelo *Global Reporting Initiative* (GRI).

A actualidade e relevância do tema, a curiosidade sobre a situação em Portugal e a pouca expressão de estudos e artigos dedicados a este tema no nosso país, foram as principais razões que motivaram a elaboração do presente trabalho. Assim, este poderá servir de ponto de referência para comparação em estudos futuros relativos ao estado e à evolução quantitativa e qualitativa do relato da sustentabilidade.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro inicia-se com uma breve apresentação dos factos históricos internacionais, europeus e nacionais mais relevantes na abordagem ao Desenvolvimento Sustentável. Analisa-se o conceito e alcance de algumas iniciativas internacionais sobre Sustentabilidade Empresarial, como o Pacto Global da Organização das Nações Unidas, as Directrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, o Livro Verde para Responsabilidade Social das Empresas apresentado pela União Europeia, e as Directrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade emanadas pela GRI.

No segundo capítulo salienta-se a importância da comunicação da sustentabilidade, começando-se por demonstrar o interesse da comunidade empresarial no tema e o conseqüente incremento de publicações dedicadas a este assunto. Destacam-se os aspectos gerais do relato da sustentabilidade, por comparação ao relato financeiro, e introduzem-se os seus principais impactos e destinatários. A segunda parte do capítulo, apresenta os princípios e o conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade propostos pelas Directrizes GRI (2002). Esta secção, para além de apresentar a estrutura padrão deste tipo de relatório, oferece uma explicação prévia das categorias utilizadas no estudo empírico do capítulo seguinte.

No terceiro capítulo pretende-se obter evidência empírica sobre a divulgação de informação empresarial relacionada com as distintas dimensões da sustentabilidade por parte das empresas portuguesas que constituem a amostra. Depois de apresentarmos a literatura que fundamenta e suporta a realização do nosso trabalho, apresentamos a metodologia e o desenho da investigação, incluindo o sistema de categorização utilizado na análise de conteúdo. São ainda apresentados os resultados obtidos.

Por último apresentamos as conclusões e sugestões para trabalhos futuros.

Capítulo 1

O Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade Empresarial

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surge em resposta ao sentimento geral de que o ambiente tem sido degradado em função da actividade humana. A excessiva utilização dos recursos naturais traz consigo a ideia de que, em última análise, a existência humana está também ameaçada. A definição mais conhecida e citada é a apresentada no relatório “O Nosso Futuro Comum²” apresentado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento em 1987.

“Desenvolvimento Sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.”

O conceito envolve a existência continuada da Humanidade e da Natureza, em que se procura satisfazer as aspirações do presente sem comprometer o desenvolvimento futuro, estabelecendo uma harmonia entre todas as actividades. Poderíamos dizer, inclusivamente, que o conceito define o modelo através do qual a sociedade deste novo século deseja avançar.

Porém, ainda não se encontrou uma definição globalmente aceite, ou definiu quais as atitudes a adoptar para satisfazer as necessidades humanas, ou quais são os valores ambientais e sociais aceitáveis. O uso de expressões pouco concretas, como

² Do original: “*Our Common Future*”. Também conhecido por Relatório Brundtland.

“satisfazer necessidades” ou “gerações futuras”, permite que diariamente aumente o número dos que encontram no conceito razões para gerar mudanças. O que é de facto conclusivo é que, teoricamente, este conceito abraça duas orientações: uma concepção de sustentabilidade em termos científicos e uma concepção social de desenvolvimento.

Nas secções que se seguem apresentamos uma breve abordagem à história internacional, europeia e nacional do Desenvolvimento Sustentável e analisamos algumas iniciativas internacionais sobre Sustentabilidade Empresarial, como o Pacto Global das Nações Unidas (ONU, 2000), as Directrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE, 2000), o Livro Verde para Responsabilidade Social das Empresas apresentado pela União Europeia (UE, 2001) e as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade emanadas pela Global Reporting Initiative (GRI, 2002).

1. Enquadramento Histórico da Sustentabilidade

1.1 Contexto Internacional

No início dos anos 70 com a publicação do livro “Os Limites do Crescimento³” (Meadows *et al*, 1972) por iniciativa do Clube de Roma, inicia-se o debate sobre o impacto da poluição e da actividade produtiva do Homem nas gerações futuras. Os modelos matemáticos utilizados indicavam que o Planeta Terra não suportaria o crescimento populacional devido à pressão sobre os recursos naturais e energéticos e ao aumento da poluição, concluindo que apenas com um ataque concertado e unido sobre o problema é que o Homem poderia alcançar o estado de equilíbrio necessário à sua sobrevivência.

A 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972 em Estocolmo, iniciou um lento processo de aumento da consciência e da mobilização mundial em defesa das questões ambientais. Esta conferência resultou na criação do Programa Ambiental das Nações Unidas para o Meio Ambiente⁴ que tem por missão promover parcerias em prol da conservação do ambiente, ajudando, informando e capacitando as nações e os indivíduos no sentido de desenvolverem acções que melhorem a sua qualidade de vida sem comprometer as gerações futuras.

No ano seguinte foi instituída a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento com o objectivo de examinar os problemas críticos ao nível do ambiente e desenvolvimento à escala mundial, e criar propostas realistas para a resolução desses problemas. Em 1987 esta comissão publicou o relatório “O Nosso Futuro Comum”, que apresenta e define o conceito de Desenvolvimento Sustentável ainda hoje utilizado.

Em 1990, onze anos depois dos signatários da 1ª Conferência Mundial sobre o Clima terem reconhecido que a mudança climática é um problema grave e de interesse global, realizou-se em Genebra a 2ª Conferência Mundial do Clima que estabeleceu a criação de um comité intergovernamental com o objectivo de elaborar a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas⁵. Esta convenção viria a ser apresentada em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e

³ Do original: “*Limits to Growth*”.

⁴ Do original: *United Nations Environmental Programme* (UNEP). Também conhecido por Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

⁵ Do original: *United Nations Framework Convention on Climate Change*.

Desenvolvimento, a Cimeira da Terra⁶, que colocou na agenda da política mundial o conceito de Desenvolvimento Sustentável baseado em duas dimensões essenciais, o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente. Desta cimeira resultaram outros documentos considerados estruturantes na abordagem sustentável ao desenvolvimento, a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração dos Princípios para uma Floresta Sustentável, também estes ratificados pelos 178 países presentes, entre os quais Portugal. Ainda durante a Cimeira da Terra foi fundado o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável⁷, com o objectivo de integrar as empresas na discussão da sustentabilidade.

Durante a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em 1995 na cidade de Copenhaga, ficou estabelecida a terceira dimensão do desenvolvimento sustentável - a coesão social. Os participantes assumiram, entre outros, o compromisso de garantir a igualdade e equidade entre os homens e mulheres, erradicar a pobreza, promover o pleno emprego e a integração social, promover o pleno respeito pela dignidade humana e o acesso equitativo á educação e à saúde, promovendo o desenvolvimento social, económico e dos recursos humanos.

Em 1996, é lançada pela *International Organization for Standardization (ISO)* a primeira norma internacional de certificação ambiental, a norma ISO14000⁸.

O compromisso do desenvolvimento sustentável foi reafirmado em 1997 durante a 19ª Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas reunida para avaliar o estado do cumprimento dos compromissos assumidos na Cimeira da Terra. Os vários Estados assumiram o compromisso de preparar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável e de aprofundar parcerias para preparar as estratégias regionais de desenvolvimento sustentável. Foi ainda discutido e negociado o Protocolo de Quioto, que embora só tivesse entrado em vigor em 2005, fixou metas para a diminuição da emissão de gases nocivos ao ambiente.

A *Social Accountability International* publica a primeira versão da norma internacional SA8000, que constitui o primeiro padrão global de certificação de aspectos que caracterizam a responsabilidade social e surge a *Global Reporting Initiative*, com o objectivo de desenvolver orientações para a elaboração de relatórios de

⁶ Do original: “*Earth Summit*”. Também conhecida por Cimeira do Rio

⁷ Do original: *World Business Council for Sustainability Development (WBCSD)*

⁸ Prevê-se para 2009 a publicação da norma ISO26000 sobre Responsabilidade Social

sustentabilidade, dando origem em 2000 ao primeiro modelo harmonizado de relato da sustentabilidade.

Em 1999, durante o Fórum Económico Mundial de Davos, Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas, propôs o *Global Compact* (GC), o Pacto Global das Nações Unidas, com o objectivo de difundir os valores da responsabilidade empresarial e promover a aproximação das empresas às agências das Nações Unidas e à sociedade civil.

A OCDE publica a primeira versão dos Princípios de Governo Corporativo⁹ e o *Institute of Social and Ethical Accountability* apresenta a norma AA1000 que constitui o primeiro padrão internacional de gestão da responsabilidade social empresarial. Ainda em 1999, surge o índice *Dow Jones Sustainability World*, o primeiro indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global.

Em 2000, durante a Cimeira do Milénio, os 189 Estados Membros das Nações Unidas adoptaram a Declaração do Milénio que fixou 8 objectivos de desenvolvimento específico que deverão ser atingidos até 2015. Estes objectivos, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio¹⁰, visam contrariar a tendência para a degradação das condições de vida e do ambiente a nível global, integrando definitivamente as três dimensões da sustentabilidade (Quadro 1).

Quadro 1 – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

1. Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar a educação primária universal
3. Promover a igualdade entre os sexos
4. Reduzir em dois terços a mortalidade infantil
5. Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças graves
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Desenvolver uma parceria mundial para o desenvolvimento

Fonte: Adaptado de *United Nations Millennium Development Goals*, 2000

⁹ Do original: *OECD Principles of Corporate Governance*

¹⁰ Do original: *United Nations Millennium Development Goals*

A OCDE adapta as "Orientações para empresas Multinacionais"¹¹ a um mundo global, introduzindo diversas recomendações sobre aspectos sociais, ambientais e de conduta empresarial responsável.

A Declaração Política da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em 2002 em Joanesburgo, considera que o Desenvolvimento Sustentável é construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores” — o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a protecção ambiental, reconhecendo a complexidade e o interrelacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de géneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos. Vários países, incluindo Portugal, apresentaram as suas estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável para a década de 2005-2015.

Em 2003 assiste-se à Publicação dos níveis de cumprimento de cada estado face aos compromissos assumidos na Cimeira de Joanesburgo, do que resultou o alargamento e reforço do conceito de Desenvolvimento Sustentável, em particular no que se refere às ligações estabelecidas entre a pobreza, ambiente e utilização dos recursos naturais.

As Nações Unidas, em 2004, actualizam o Pacto Global através do aditamento de um princípio sobre corrupção.

Para além da tardia entrada em vigor do protocolo de Quioto, assinala-se em 2005 o início da década das Nações Unidas sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), que tem como objectivo construir um mundo onde todos tenham a oportunidade de beneficiar de uma educação de qualidade, que permita a aprendizagem da cidadania com base em valores, comportamentos e estilos de vida, que possibilitem um futuro sustentável e uma transformação social positiva.

Por iniciativa conjunta do GC e da UNEP, um grupo de investidores apresentou em 2006, os Princípios para o Investimento Responsável¹² que incorporam as variáveis da sustentabilidade nas decisões de investimento empresarial.

As Nações Unidas publicam em 2007 a terceira edição dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável¹³, e em 2008 assinala-se o Ano Internacional do Planeta Terra.

¹¹ Do original: “*OECD Guidelines for Multinational Enterprises*”. A versão original data de 1976.

¹² Do original: “*Principles for Responsible Investment*”

¹³ Do original: “*Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies*”

Quadro 2: Marcos Históricos da Sustentabilidade no contexto Internacional

<p>Anos 70 Início do problema</p> <p>1971 Publicação do livro “<i>Limits to Growth</i>”</p> <p>1972 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente</p> <p>Criação do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP)</p> <p>1979 1ª Conferência Mundial sobre o Clima</p>	<p>1983 As Nações Unidas criam a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento</p> <p>1987 Publicação do relatório “Our Common Future”, onde consta a primeira definição de desenvolvimento sustentável: “<i>Aquele que permite a satisfação das necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades de gerações futuras</i>”</p> <p>1990 Realiza-se a 2ª Conferência Mundial do Clima</p>	<p>1992 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Cimeira da Terra: - Definição da Agenda 21; - Declaração do Rio de Janeiro em prol do Ambiente e Desenvolvimento; - Declaração de princípios para a gestão sustentável das florestas - Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.</p> <p>Foi criado o Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD)</p> <p>1995 Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social</p>	<p>1997 Início das negociações do Protocolo de Quito</p> <p>A OCDE apresenta a Convenção Anti Suborno</p> <p>Norma SA8000</p> <p>Surge a GRI</p> <p>1999 As Nações Unidas propõem o Pacto Global</p> <p>A OCDE publica os Princípios de Governo Corporativo</p> <p>Surge o Dow Jones Sustainability World</p> <p>Norma AA1000</p>	<p>2000 A ONU apresenta a Declaração do Milénio.</p> <p>A OCDE publica as Orientações para empresas multinacionais</p> <p>2001 A ISO apresenta a norma ISO14000</p> <p>2002 Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável</p> <p>2003 As Nações Unidas apresentam o Projecto de Normas sobre as Responsabilidades das Empresas Transnacionais e Outras Empresas em relação aos Direitos Humanos</p>	<p>2005 Década das Nações Unidas sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-14)</p> <p>2006 OCDE Publicação Princípios para o Investimento Responsável</p> <p>A GRI apresenta as orientações G3.</p> <p>2008 Ano Internacional do Planeta Terra</p>
---	---	--	---	---	---

Fonte: Elaboração própria

1.2 A União Europeia

Desde cedo que a Comunidade Europeia inseriu as preocupações ambientais na sua agenda política. Em 1986, através da entrada em vigor do Acto Único Europeu, é acrescentado ao Tratado de Roma uma rubrica dedicada à protecção ambiental, celebrando-se no ano seguinte o Ano Europeu do Ambiente.

O Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht em 1991, institucionalizou o conceito de desenvolvimento sustentável na política comunitária, constando no seu art. 2º que o primeiro objectivo da União é "a promoção do progresso económico e social e de um elevado nível de emprego e a realização de um desenvolvimento equilibrado e sustentável".

Em 1993 o Presidente da Comissão da Europeia, Jacques Delors, desafiou as empresas europeias a participarem na luta contra a exclusão social, o que deu lugar ao aparecimento em 1996 da *European Business Network for Social Cohesion*, que quatro anos depois deu lugar a *Corporate Social Responsibility Europe (CSR Europe)*.

Mais tarde, o Tratado de Amesterdão, em Novembro de 1997, realça o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável, confirmando no art. 6ª o princípio de integração das questões ambientais na definição e na aplicação das restantes políticas sectoriais, atribuindo à acção em matéria de ambiente o estatuto de política comunitária.

Em 1998, no Conselho Europeu de Cardiff, os Estados Membros decidiram que as propostas relevantes da Comissão Europeia deveriam ser acompanhadas de uma avaliação do respectivo impacto ambiental e que as formações sectoriais do Conselho adoptariam e desenvolveriam estratégias para integrar as questões do ambiente e do desenvolvimento sustentável nas respectivas políticas.

Em 1999, o Conselho Europeu de Helsínquia convida a Comissão Europeia a preparar uma proposta para uma estratégia de longo prazo que englobe políticas económicas, sociais, ambientais e de desenvolvimento sustentável.

No início de um novo milénio, precisamente em Março de 2000, durante o Conselho Europeu de Lisboa foi adoptada a chamada "Estratégia de Lisboa" que define como objectivo estratégico da União Europeia até 2010: "tornar a União Europeia no espaço económico mais competitivo do mundo, baseado no conhecimento, e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social".

Posteriormente, em Junho de 2001, o Conselho Europeu de Gotemburgo aprova a comunicação da comissão intitulada: "Desenvolvimento Sustentado na Europa para

um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável”¹⁴, que sublinha a necessidade de articular a nível mundial aspectos como o crescimento económico, a coesão social e a protecção ambiental, convidando os Estados Membros a elaborarem estratégias nacionais que visem o desenvolvimento sustentável. Nesse mesmo ano, foi publicado o “Livro Verde: “Promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das Empresas (RSE)”¹⁵, e o Parlamento Europeu abre a possibilidade das organizações empresariais participarem voluntariamente no Sistema Comunitário de Auditoria e Eco-Gestão¹⁶.

Em Fevereiro de 2002 a comissão Europeia apresentou a comunicação “Para uma parceria global no domínio do desenvolvimento sustentável”¹⁷. Posteriormente foi publicada a comunicação da Comissão relativa à “Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável”¹⁸ que para além de sintetizar o processo de consulta sobre o Livro Verde apresenta a estratégia e as propostas da UE para promover a RSE. Em Outubro assistiu-se à criação do Fórum Europeu *Multi-stakeholder* sobre Responsabilidade Social Corporativa¹⁹, com o objectivo de promover as suas práticas e ferramentas.

Em Fevereiro de 2004 a Comissão europeia apresentou a comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu intitulada “Construindo o nosso futuro comum”²⁰ em que são definidos os grandes objectivos das Políticas da União para o período 2007-2013, surgindo o Desenvolvimento Sustentável como o primeiro grande objectivo das políticas da UE. Em Abril o Parlamento Europeu e o Conselho apresentaram a Directiva de Responsabilidade Ambiental²¹ relativa à prevenção e reparação de danos ambientais. Cerca de um mês depois a Comissão apresenta a Comunicação: "A dimensão social da globalização – contributo das políticas da UE para tornar os benefícios extensíveis a todos"²² e reconhecendo o papel das Pequenas e Médias Empresas (PME's) na economia europeia, aprova o lançamento de uma campanha de divulgação sobre RSE.

O ano de 2005 é assinalado pela revisão da Estratégia de Lisboa e da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável. Em Fevereiro de 2005, durante o Conselho

¹⁴ UE COM (2001) 264 de 15.05

¹⁵ UE COM (2001) 366 de 18.07

¹⁶ Do original: Eco-Management and Audit Scheme (EMAS). UE Regulamento (CE) 761/2001

¹⁷ UE COM (2002) 82 de 13.02

¹⁸ UE COM (2002) 347 de 02.07

¹⁹ Do original: The European Multi-Stakeholder Forum on Corporate Social Responsibility.

²⁰ UE COM (2004) 101final/2 de 26.02

²¹ Directiva 2004/35/CE de 21.04

²² UE COM (2004) 383 de 18.05

Europeu da Primavera, o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, apresentou a Comunicação intitulada “Trabalhando juntos para o crescimento e o emprego - Um novo começo para a Estratégia de Lisboa”²³. Posteriormente a Comissão apresentou a versão final da Comunicação intitulada “Reexame da Estratégia em favor do Desenvolvimento Sustentável - Uma plataforma de acção”²⁴ onde são identificados os principais domínios da actuação futura da Comunidade.

Ao longo do ano de 2006 a Comissão publicou a comunicação denominada “Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego: Tornar a Europa um pólo de excelência em termos de Responsabilidade Social das Empresas”²⁵ em que reconhece que a RSE pode contribuir de forma determinante para o desenvolvimento sustentável e simultaneamente reforçar o potencial de inovação e a competitividade da Europa, propondo as bases de uma “Aliança Europeia para a RSE”²⁶. Por sua vez, o Parlamento Europeu apresentou o parecer “Responsabilidade Social das Empresas: uma nova parceria”²⁷.

Em 2007, durante o Conselho Europeu da Primavera, os líderes dos 27 Estados-Membros da UE acordaram uma lista de objectivos ambiciosos para lutar contra as alterações climáticas e sublinham a importância do pilar social da Estratégia de Lisboa. Em Outubro do mesmo ano, a Comissão Europeia lança a comunicação "O interesse europeu: ter êxito na era da globalização"²⁸ que reafirma a necessidade de desenvolvimento responsável assente nos pilares da sustentabilidade.

Em 2008 a União Europeia comemora o Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

²³ UE COM (2005) 24 de 01.02

²⁴ UE COM (2005) 658 de 13.12

²⁵ UE COM (2006) 136 de 22.03

²⁶ *Idem*, p. 6

²⁷ UE INI (2006) 2133 de 29.11

²⁸ UE COM (2007) 581 de 03.10

Quadro 3: Marcos Históricos da Sustentabilidade no contexto Europeu

<p>1991 Tratado de Maastricht</p> <p>1996 Fundação da European Business Network for Social Cohesion</p> <p>1997 Tratado de Amesterdão</p> <p>1999 O Conselho Europeu de Helsínquia, convidou a Comissão Europeia a elaborar uma estratégia para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>2000 O Conselho da Europa apresenta a “Estratégia de Lisboa” que pretende tornar a Europa:</p> <p><i>“No espaço económico mais dinâmico e competitivo do Mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir o crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”</i></p> <p>Existe pela primeira vez uma ligação clara entre a necessidade de uma economia forte ser desenvolvida em paralelo com a criação de políticas ambientais e sociais que garantam o desenvolvimento sustentável e a inclusão</p>	<p>2001 O Conselho Europeu de Gotemburgo aprova a: “Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável”</p> <p>Os países-membros são convidados a definirem a sua própria estratégia nacional de desenvolvimento sustentável</p> <p>Lançamento do Sistema Comunitário de Eco - Gestão e Auditoria (EMAS)</p> <p>Publicação do Livro Verde: “Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas”</p>	<p>2002 A Comissão Europeia apresenta comunicação: “Para uma parceria global no domínio do desenvolvimento sustentável”</p> <p>Criação do Fórum Europeu Multi - Stakeholder sobre Responsabilidade Social Corporativa</p> <p>2004 A Comissão Europeia apresenta comunicação: "A dimensão social da globalização – contributo das políticas da UE para tornar os benefícios extensíveis a todos”</p> <p>Publicação da Directiva de Responsabilidade Ambiental.</p>	<p>2005 Revisão da Estratégia de Lisboa.</p> <p>A Comissão apresentou a versão final da Comunicação intitulada: “Reexame da Estratégia em favor do Desenvolvimento Sustentável: Uma plataforma de acção”</p> <p>2006 A Comissão Europeia apresenta comunicação: “Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego: Tornar a Europa um pólo de excelência em termos de RSE”</p> <p>Lançamento “Aliança Europeia para a RSE”</p>	<p>2007 Resolução do Parlamento Europeu: “A Responsabilidade Social das empresas: uma nova parceria”</p> <p>Comunicação da Comissão Europeia: "O interesse europeu: ter êxito na era da globalização"</p> <p>Reafirma a necessidade de desenvolvimento responsável assente nos pilares da sustentabilidade</p> <p>2008 Ano Europeu do Diálogo Intercultural</p>
--	--	--	---	--	---

Fonte: Elaboração própria

1.3 Portugal

À semelhança do ocorrido nos restantes países europeus, o desenvolvimento sustentável em Portugal teve na sua origem documentos e iniciativas que marcam a evolução da política pública de ambiente, envolvendo gradualmente a dimensão social e a económica numa concepção integrada e dinâmica de transformação do modelo de desenvolvimento do país.

Portugal foi dos primeiros países europeus a consagrar a protecção ambiental na sua Lei Fundamental. O texto originário da Constituição da República Portuguesa de 1976 refere no artigo 66º o “direito a um ambiente de vida humano sadio e ecologicamente equilibrado”.

Em 1987 foi aprovada a Lei de Bases do Ambiente que aponta no artigo 3º para um “desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável”.

Portugal, membro da UE e da ONU, encontra-se comprometido com os tratados e políticas destas instituições, destacando-se como marco para o compromisso com o desenvolvimento sustentado a ratificação em 1992 dos documentos resultantes da Cimeira da Terra, entre os quais a Agenda 21 que viria a reafirmar na 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1997.

A revisão constitucional de 1997 apresenta o Desenvolvimento Sustentável como uma das incumbências prioritárias do Estado que deve “promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável”²⁹, surgindo neste mesmo ano, o Conselho Nacional para o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, os primeiros passos na área da sustentabilidade, só foram dados em 1998 com o Plano Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social³⁰ 2000-2006. Neste documento, o Governo define os vários objectivos ambientais a ser alcançados no período em questão, e reconhece “que o desenvolvimento sustentável é simultaneamente o maior desafio e a maior oportunidade para a sociedade durante o próximo século”³¹.

Em 1999 a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) aprova a primeira versão das Recomendações sobre Governo das Sociedades. Estas

²⁹ Alínea a) do artigo 81.º da Constituição da República Portuguesa, 1997

³⁰ Aprovado nos plenários de 21 de Junho e 12 de Julho de 1999

³¹ PNDES, p. VIII-22

recomendações encontram-se na origem do Regulamento n.º 7/2001 sobre Governo das Sociedades, de aplicação obrigatória para as empresas cotadas.

Em 2000, o Estado Português adoptou a Declaração do Milénio e comprometeu-se a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, integrando definitivamente as três dimensões da sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento do país.

Como resposta aos apelos e à nova consciência da comunidade internacional, inicia-se em Portugal um movimento voluntário da comunidade civil, empresários, parceiros sociais, cidadãos e ONG's, organizações da administração central e local, solidários nos compromissos de mudança sustentável, que resulta no aparecimento de diversas organizações. Em 2000, é fundado o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, uma organização informal de empresas multinacionais, unidas pelo desejo de serem activas no domínio da responsabilidade e ética empresarial.

Por iniciativa empresarial nasceu em Outubro de 2001, o BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável associado do WBCSD. Este organismo, que actualmente conta com 110 empresas associadas, tem como principal objectivo promover os princípios do desenvolvimento sustentável, da eco-eficiência, da inovação e da responsabilidade social.

Em 2002, durante a preparação da Cimeira Mundial de Joanesburgo, Portugal cumprindo compromissos internacionais no âmbito da Agenda 21 e da União Europeia apresentou a sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)³². Ao longo deste ano, por impulso de diversos gestores e empresários que acreditam que a integração da ética no sistema de gestão favorece o desenvolvimento sustentado da empresa, surge a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) com o objectivo de definir e implementar programas concretos que motivem as empresas a desenvolver princípios éticos que conduzam a práticas de gestão socialmente responsáveis. Surge ainda a RSE Portugal com o objectivo de promover a responsabilidade social empresarial e contribuir para o desenvolvimento e competitividade sustentável através da concepção, execução e apoio a programas e projectos nas áreas educacional, formativa, social, cultural, científica, ambiental, cívica e económica, de âmbito nacional, internacional e transnacional. A RSE Portugal é o parceiro português do CG e faz parte de um conjunto de instituições europeias ligadas à *CSR Europe*. Ainda em 2002, é aprovada a Directriz Contabilística n.º 29 - Matérias Ambientais³³, que previa a

³² Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2002, de 1 de Março

³³ Comissão de normalização contabilística, 2002

respectiva aplicação desde o exercício de 2003. No entanto, esta directriz só foi homologada em Junho de 2004 e publicada em Diário da República no mês de Abril de 2005, sendo a sua aplicação obrigatória³⁴ desde Janeiro de 2006.

Portugal aparece em 21.º lugar entre os 51 países que constituem o Índice Nacional de Responsabilidade Corporativa 2003³⁵, atrás de todos os restantes países da UE 15 à excepção da Grécia e imediatamente à frente do Japão e dos Estados Unidos.

Em 2004 o Governo Português reconhece a importância da sustentabilidade para o desenvolvimento do país, assumindo directamente o Primeiro-Ministro a responsabilidade por esta matéria, tendo sido apresentada a nova versão da ENDS³⁶, que viria a ser revista em 2007. O ano de 2004 foi ainda extremamente rico em iniciativas relacionados com a sustentabilidade e responsabilidade social, destacando-se a publicação do livro *Primeiros Passos - Guia para a Responsabilidade Social das Empresas*, o lançamento da versão portuguesa das directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade GRI2002 e a realização da 1ª Conferência Anual BCSD Portugal – Responsabilidade Social em Acção. Surge ainda o Instituto Português de *Corporate Governance* que publica em 2006 o Livro branco sobre *Corporate Governance*³⁷ em Portugal.

Em 2005 Portugal apresenta à Comissão Europeia o seu Programa Nacional de Reforma intitulado *Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo: Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008*³⁸ que consubstancia uma agenda de modernização assente nos pilares da competitividade, da coesão social e da sustentabilidade ambiental. Assiste-se à realização do 1º Fórum Português de Responsabilidade Social das Organizações, promovido pela Associação Industrial Portuguesa e ao lançamento da primeira revista portuguesa sobre sustentabilidade, a revista *Impactus - A Portuguese Magazine on Corporate Sustainability*. Portugal é 12º no Índice de Sustentabilidade Ambiental³⁹, considerando 22 países europeus, e 15º se considerarmos 117 países membros da OCDE.

³⁴ Despacho 1339/2006, de 19 de Janeiro Diário da República, II Série, Nº 14

³⁵ Do original: *National Corporate Responsibility Index 2003*

³⁶ Resolução do Conselho de Ministros nº 180/2004, de 22 de Dezembro

³⁷ *Corporate governance* (governo corporativo) entende-se normalmente como o sistema de regras, políticas e condutas relativas ao exercício da direcção e de controlo das sociedades. Na perspectiva da sustentabilidade, acrescenta-se a relevância que estes mecanismos e sistemas têm no triplo desempenho das sociedades e o modo como favorecem os interesses da totalidade das partes interessadas.

³⁸ Resolução do Conselho de Ministros nº 183/2005, de 28/11

³⁹ Do original: *Environmental Sustainability Index Report 2005*

O ano de 2006 é um ano recheado de eventos relacionados com a Sustentabilidade e insere o tema definitivamente na agenda nacional. O Conselho de Ministros aprovou a ENDS 2005-2015, que viria a ser revista em 2007. Esta estratégia articula desenvolvimento económico, social e ambiental e assume como desígnio retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, em um dos países mais competitivos e atractivos da UE, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social. É ainda alterado o Código das Sociedades Comerciais⁴⁰ que passa a incluir no art. 66º a necessidade de relato de matérias não financeiras, referindo especificamente as questões ambientais e as relativas aos trabalhadores. Ao longo deste ano ocorreu a 1ª Semana da Responsabilidade Social, uma iniciativa da APEE, foi publicado o livro Responsabilidade Social nas PME's que apresenta uma série de casos de estudo e surge a Associação EPIS – Empresários Pela Inclusão Social, que centra a sua actividade no combate ao insucesso e abandono escolar. Em Dezembro de 2006, a Rede Portuguesa do GC, constituída formalmente no ano seguinte, lançou o debate “Valores Éticos nas Empresas em Portugal”, com o objectivo de conhecer o que os portugueses pensam sobre este tema. Portugal aparece em 11º no Índice de Performance Ambiental 2006⁴¹ que compara a performance das políticas ambientais de 133 países, obtendo o 8º lugar no *ranking* dos países europeus. Em 2007, aparece em 21º no relatório Estado da Competitividade Responsável⁴² que avalia práticas de negócios responsáveis em 108 países.

O Governo Português e a Comissão Europeia assinaram, em Julho de 2007, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal para esse período. O QREN apresenta como prioridades estratégicas, a qualificação dos portugueses e das portuguesas, o crescimento sustentado, a coesão social, a qualificação das cidades e do território e a eficiência da governação. Em Agosto, o Governo Português aprova a ENDS 2015⁴³ organizada em torno de sete objectivos gerais (Quadro 4), que visam integrar as políticas de planeamento estratégico do Governo e funcionar como um instrumento de mobilização e concertação para as iniciativas e acções dos agentes económicos, sociais e culturais da sociedade civil.

⁴⁰ Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março

⁴¹ Do original: *Environmental Performance Index*

⁴² Do original: *State of Responsible Competitiveness 2007*

⁴³ Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto

Quadro 4 – Objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

- 1. Preparar Portugal para a sociedade do conhecimento**
- 2. Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética**
- 3. Melhor ambiente e valorização do património natural**
- 4. Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social**
- 5. Melhor conectividade internacional do País e valorização equilibrada do território**
- 6. Um papel activo de Portugal na construção Europeia e na cooperação internacional**
- 7. Uma administração pública mais eficiente e modernizada**

Fonte: Adaptado da Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007 de 20 de Agosto

Em 2007 surge a publicação da primeira norma portuguesa sobre Ética nas Organizações⁴⁴, que estabelece linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações, e já em 2008, é apresentada uma norma que especifica os requisitos necessários para a implementação de um Sistema de Gestão de Responsabilidade Social⁴⁵.

⁴⁴ Norma NP 4460-1:2007

⁴⁵ Norma NP 4469-1:2008

Quadro 5: Marcos Históricos da Sustentabilidade no contexto Português

<p>1976 Constituição da República Portuguesa</p> <p>1987 Lei de Bases do Ambiente</p> <p>1992 Ratificação dos documentos desenvolvidos na Cimeira da Terra</p> <p>Surge Conselho Nacional para o Ambiente e para o Desenvolvimento Sustentável</p> <p>1997 Revisão da Constituição da República Portuguesa</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>O Estado deve: <i>“promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável”</i></p>	<p>1998 Plano Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p><i>“ o desenvolvimento sustentável é simultaneamente o maior desafio e a maior oportunidade para a sociedade durante o próximo século.”</i></p> <p>2000 O Estado Português adoptou a Declaração do Milénio e comprometeu-se a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio</p> <p>É fundado o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial</p>	<p>2001 Surge o BCSO Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável</p> <p>2002 Apresentação na Cimeira Mundial de Joanesburgo da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2002)</p> <p>É fundada a Associação Portuguesa de Ética Empresarial</p> <p>Surge a RSE Portugal</p>	<p>2004 Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2004)</p> <p>1ª Conferência Anual da BCSO - Portugal – Responsabilidade Social em Acção.</p> <p>Lançamento da versão portuguesa das directrizes GRI2002</p> <p>Surge o Instituto Português de Corporate Governance</p> <p>2005 Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo: Programa Nacional de Acção para o crescimento e Emprego 2005-2008</p> <p>1º Fórum Português de Responsabilidade Social das Organizações</p> <p>Lançamento da revista Impactus</p>	<p>2006 Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2005-2015)</p> <p>1ª Semana da Responsabilidade Social</p> <p>Publicação do Livro Branco sobre Corporate Governance em Portugal.</p> <p>Surge a Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social</p> <p>2007 Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013)</p> <p>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)</p>
---	---	--	--	--

Fonte: Elaboração própria

2. O alcance do conceito de Sustentabilidade Empresarial

A empresa privada e o mercado global assumiram-se na última década do séc. XX como poderosas forças económicas. Para os seus defensores, estas forças oferecem oportunidades económicas sem precedentes que permitem conseguir investimentos rentáveis, expandir o mercado, aumentar o trabalho e a riqueza em todo o mundo. No entanto, para os seus críticos, estas tendências estão a minar a capacidade da sociedade civil e dos governos para assegurar que as actividades do sector privado sirvam o interesse público e continuem a gerar riqueza. As discrepâncias sobre estas questões, intensificadas pela imprensa, devem-se à consciência de que todos – empresas, governos, cidadãos e sociedade civil - partilham responsabilidades na gestão dos impactos da actividade humana e empresarial, sobre a humanidade e a biosfera.

Existem diversas organizações internacionais promotoras do conceito de Sustentabilidade Empresarial, não existindo contudo uma definição precisa do termo. Alguns organismos evitam definir o conceito, enquanto outros utilizam designações que para efeitos práticos consideram sinónimos, como Responsabilidade Social Empresarial ou Cidadania Corporativa⁴⁶. No entanto, algumas instituições começaram a desenvolver definições operativas, que vão consolidando com a prática e com a repartição dos aspectos incluídos no termo. Analisaremos aqui as definições, ou aproximações ao tema, desenvolvidas por organismos internacionais de referência designadamente a ONU, UE, OCDE e GRI, bem como os aspectos ou áreas temáticas que o conceito de Sustentabilidade Empresarial abrange.

⁴⁶ *Business in Society, Corporate Citizenship, Ethical Corporation, Corporate Responsibility, Corporate Sustainability* são designações utilizadas em literatura inglesa. Na literatura portuguesa, talvez por influência da UE, o termo mais utilizado é RSE ou apenas Responsabilidade Social.

2.1 ONU – *Global Compact*

Em Janeiro de 1999, Kofi Annan, na qualidade de Secretário-geral das Nações Unidas, propôs pela primeira vez a ideia do *Global Compact* (GC) - o Pacto Global das Nações Unidas⁴⁷ perante o Fórum Económico Mundial de Davos, com o objectivo de impulsionar a “adopção de princípios e valores partilhados que dêem um rosto humano ao mercado mundial”, promovendo a construção dos pilares social e ambiental necessários para manter a nova economia global.

O Pacto Global, que viria a ser oficialmente lançado em Julho de 2000, é uma iniciativa voluntária que procura fornecer um quadro mundial para promover o crescimento sustentável e a boa cidadania, por meio da liderança empenhada e criativa das empresas⁴⁸. Ainda que não mencione nem defina expressamente o conceito de responsabilidade social no seu texto, dos documentos de apresentação elaborados pelas Nações Unidas deduz-se, que estes princípios integram a responsabilidade da empresa⁴⁹. No seu texto define-se como “um instrumento, posicionado de forma única, para promover os objectivos da cidadania corporativa global e da responsabilidade social”⁵⁰, que visa estimular a harmonização das políticas e práticas empresariais com os valores internacionais e com os objectivos de construir um mercado global mais estável e capaz de favorecer a inclusão.

Está integrado por dez princípios universais não vinculativos, agrupados em torno de quatro âmbitos - Direitos Humanos, Normas Laborais, Meio Ambiente e Corrupção - inspirados na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e nos Princípios do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (Quadro 6).

Para aderir, basta uma carta dirigida ao Secretário-Geral da ONU, em que o Presidente do Conselho de Administração da empresa confirma o apoio ao GC e aos seus dez princípios, assumindo publicamente esse compromisso. Para tal, necessita de demonstrar a sua adesão a esta iniciativa, colocar em prática mudanças na sua estratégia empresarial e nas suas actividades com base nesses princípios, participar em actividades do GC, incluir nos seus relatórios financeiros anuais (ou em outros relatórios

⁴⁷ Nações Unidas, 2000. Note-se que a versão inicial do GC conta apenas com os primeiros nove princípios, tendo sido aditado o princípio relativo à corrupção em 2004.

⁴⁸ Actualmente conta com o compromisso de mais de 2200 empresas em 70 países.

⁴⁹ As Nações Unidas utilizam também a expressão “responsible citizenship” que se poderá traduzir como “responsabilidade cívica” ou “cidadania responsável”.

⁵⁰ Global Compact, 2000 p.3

importantes da empresa) informação sobre estas actividades com exemplos concretos e medidas que visem a aplicação dos princípios.

Quadro 6 - Os Princípios do *Global Compact*

Aspecto	Princípios
Direitos Humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar e respeitar a protecção dos direitos humanos proclamados internacionalmente. 2. Evitar a cumplicidade nos abusos dos direitos humanos.
Direito do Trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 3. Defender a liberdade de associação e o reconhecimento efectivo do direito à negociação colectiva. 4. Eliminar todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; 5. Erradicar efectivamente o trabalho infantil. 6. Eliminar a discriminação no emprego e na ocupação.
Meio Ambiente	<ol style="list-style-type: none"> 7. Apoiar uma abordagem preventiva para os desafios ambientais. 8. Promover uma maior responsabilidade ambiental. 9. Encorajar o desenvolvimento e a difusão das tecnologias ambientalmente sustentáveis.
Corrupção	<ol style="list-style-type: none"> 10. Actuar contra qualquer forma de corrupção, incluindo a extorsão e o suborno.

Fonte: Adaptado de UN Global Compact, 2004

2.2 OCDE – *Guidelines for Multinational Enterprises*

As OCDE *Guidelines for Multinational Enterprises* foram elaboradas em 1976 e revistas em 2000 com o objectivo de serem adaptadas a um mundo global. Estas directrizes, de aplicação voluntária, contêm recomendações sobre aspectos sociais e ambientais realizadas por 40 governos⁵¹ e empresas multinacionais procedentes ou a operar nestes países, sendo actualmente o único código de conduta multilateralmente adoptado. Os governos comprometeram-se a promover estas directrizes e a sua transposição para a prática articula-se através dos Pontos Nacionais de Contacto⁵².

Estas orientações visam promover a responsabilidade e a transparência corporativa através do enunciado de “princípios e normas voluntárias para uma conduta empresarial responsável compatível com as legislações aplicáveis”⁵³ em todas as zonas geográficas onde operam as empresas e não só na área da OCDE⁵⁴. Pretendem garantir que as actividades das empresas se desenvolvem em harmonia com as políticas públicas, fortalecer a base de confiança mútua entre as empresas e as sociedades, contribuir para melhorar o clima para o investimento estrangeiro e potenciar a contribuição das empresas multinacionais para o desenvolvimento sustentado.

Embora não definam expressamente o conceito de responsabilidade ou de sustentabilidade empresarial, entre os seus objectivos menciona-se o de “potenciar a contribuição das empresas multinacionais para o desenvolvimento sustentável” para “garantir uma coerência entre os objectivos sociais, económicos e ambientais”⁵⁵.

O texto das directrizes, dividido em dez secções, para além de apresentar os principais conceitos e princípios, solicita às empresas a publicação de informações relacionadas com áreas contidas na noção de responsabilidade social corporativa (Quadro 7).

⁵¹ Os membros da OCDE e ainda a Argentina, Chile e Brasil, Chile, Egipto, Estónia, Israel, Letónia, Lituânia, Roménia e Eslovénia.

⁵² OCDE, 2000, p. 3

⁵³ *Idem*, p. 1

⁵⁴ *Idem*, p. 16

⁵⁵ *Idem*, p. 1

Quadro 7 - OCDE Guidelines for Multinational Enterprises

Secção	Aspectos relevantes
I. Conceitos e Princípios ⁵⁶	Trata-se de recomendações dirigidas pelos governos às empresas multinacionais que contêm princípios e normas de boas práticas, compatíveis com as disposições legais aplicáveis. O seu cumprimento é voluntário.
II. Princípios Gerais ⁵⁷	As empresas devem contribuir para o progresso económico e social, de forma a assegurar um desenvolvimento sustentável, respeitar os direitos humanos das pessoas afectadas pelas suas actividades, estimular a geração de capacidades locais e fomentar a formação de capital humano.
III. Publicação de Informações ⁵⁸	As empresas são expressamente obrigadas a informar sobre aspectos financeiros e de governo corporativo, recomendando-se a divulgação de informação sobre aspectos relacionados com as políticas ambientais, sociais e éticas.
IV. Emprego e Relações Laborais ⁵⁹	As empresas têm responsabilidade nas questões relacionadas ao direito de associação e negociação colectiva, à contribuição para a abolição efectiva do trabalho infantil e forçado, bem como quanto à discriminação no trabalho. Devem adoptar medidas para assegurar a saúde e segurança no trabalho, fomentar o emprego de pessoal local e a atenuar os efeitos sociais das reestruturações.
V. Meio Ambiente ⁶⁰	As empresas devem estabelecer e manter um sistema de gestão ambiental, que inclua aspectos de reconhecimento e avaliação de informação relativa aos impactos da actividade empresarial, fixação de metas quantificáveis, acompanhamento e comunicação. Inclui referências aos princípios desenvolvidos na Cimeira de Desenvolvimento e Meio Ambiente de 1992, como a necessidade de realizar avaliações de impacto ambiental ou a aplicação do princípio de precaução.

⁵⁶ OCDE, 2000, p.11

⁵⁷ Idem, p.19

⁵⁸ Idem, p.20

⁵⁹ Idem, p.21 e 22

⁶⁰ Idem, p.23 e 24

VI. Luta contra a Corrupção ⁶¹	As empresas não devem, directa ou indirectamente, oferecer, prometer, dar ou solicitar pagamentos ilícitos ou outras vantagens indevidas, com vista a obter ou conservar negócios ou outras vantagens ilegítimas.
VII. Interesses dos Consumidores ⁶²	As empresas devem seguir práticas comerciais, de <i>marketing</i> e publicitárias justas e deverão adoptar todas as medidas razoáveis para garantir a segurança e a qualidade dos bens e serviços que proporcionam.
VIII. Ciência e Tecnologia ⁶³	As empresas devem esforçar-se por garantir que as suas actividades são compatíveis com as políticas e planos de ciência e tecnologia dos países em que operam. Devem contribuir para o desenvolvimento da capacidade de inovação local e nacional através da transferência de <i>know-how</i> .
IX. Concorrência ⁶⁴	As empresas deverão, dentro do quadro legal e regulamentar em vigor, exercer as suas actividades de forma concorrencial.
X. Fiscalidade ⁶⁵	As empresas devem pagar pontualmente as suas dívidas fiscais actuando em conformidade com a lei.

Fonte: Adaptado de OECD Guidelines for Multinational Enterprises, 2000

⁶¹ OCDE, 2000, p.24

⁶² Idem, p.25

⁶³ Idem, p.26

⁶⁴ Idem, p.26

⁶⁵ Idem, p.27

2.3 UE - Livro Verde: Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas

Com a publicação do documento “*Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*”⁶⁶ (o Livro Verde), em Julho de 2001, a UE abriu o debate da sustentabilidade à escala comunitária. O Livro Verde surge com o objectivo de iniciar o debate sobre a capacidade da UE para fomentar a responsabilidade social das empresas a nível europeu e internacional, e em particular, sobre como aproveitar ao máximo as experiências existentes, fomentar o desenvolvimento de práticas inovadoras, aumentar a transparência e incrementar a fiabilidade da avaliação e validação. Pretende ainda ser um fórum de discussão e de recolha de opiniões sobre a responsabilidade social das empresas à escala nacional, europeia e internacional.

No Livro Verde (e nos documentos subsequentes) a Responsabilidade Social das Empresas é definida como a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais, por parte das empresas, nas suas operações e na sua interacção com as outras partes interessadas”⁶⁷. Também é definida, num sentido mais amplo, como “um conceito ao qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”⁶⁸.

Trata-se de uma noção compreensiva e abrangente, que se situa mais no âmbito das boas práticas da ética empresarial e da moral social, do que em normativos jurídicos, construída essencialmente a partir de práticas concretas das empresas em domínios diversos das suas vidas internas e das suas relações externas. Consequentemente a RSE abrange aspectos tão diversos como os que vão da gestão de recursos humanos e da cultura de empresa, até à escolha dos parceiros comerciais e das tecnologias.

Para a Comissão Europeia a “responsabilidade social de uma empresa ultrapassa a esfera da própria empresa e estende-se à comunidade local envolvendo, para além dos trabalhadores e accionistas, um vasto espectro de outras partes interessadas: parceiros comerciais e fornecedores, consumidores, autoridades públicas e ONG’s que exercem a sua actividade junto das comunidades locais ou no domínio do ambiente”⁶⁹.

O Livro Verde divide as áreas de conteúdo da RSE em dois grandes blocos. O primeiro, relativo aos aspectos internos da empresa, contempla a gestão dos recursos

⁶⁶ U.Europeia, COM 366 (2001)

⁶⁷ Idem, parágrafo 20

⁶⁸ Idem, parágrafo 8

⁶⁹ Idem, parágrafo 42

humanos e a utilização de recursos naturais na produção que afectam o meio ambiente; o segundo, dedicado aos aspectos externos, refere-se aos parceiros comerciais, clientes, consumidores, fornecedores, interlocutores públicos e as ONG's.

Dimensão interna

A dimensão interna⁷⁰ da RSE (Quadro 8) refere-se fundamentalmente a aspectos relacionados com os trabalhadores (investimento em capital humano, saúde e segurança no trabalho e gestão da mudança) e a aspectos ambientais relacionados com a gestão de recursos naturais na produção (Quadro 8). De acordo com o exposto no Livro Verde “estes aspectos possibilitam a gestão da mudança e a conciliação do desenvolvimento social com competitividade reforçada”⁷¹.

Quadro 8 – Livro Verde: A dimensão interna da RSE

Aspecto	Área Temáticas
<p>Gestão de Recursos Humanos</p> <p>A título ilustrativo, “poderia incluir a aprendizagem ao longo do ciclo da vida, a responsabilização dos trabalhadores, uma melhor informação dentro da empresa, um melhor equilíbrio entre vida profissional, familiar e tempos livres, uma maior diversidade de recursos humanos, a igualdade de remuneração e de perspectivas de carreira para as mulheres, a instituição de regimes de participação nos lucros e no capital da empresa e uma preocupação relativa à empregabilidade e à segurança dos postos de trabalho”⁷²</p>	<p>Investimento em capital humano</p> <p>As empresas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efectuar contratações socialmente responsáveis; - Lutar contra práticas de discriminação; - Promover a educação e a formação contínua; - Subcontratar empresas que se orientam por padrões mínimos de responsabilidade social. <p>Saúde e segurança no trabalho</p> <p>Numa perspectiva que inclui as condições de trabalho dos subcontratados e fornecedores. As empresas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cumprir as normas laborais estabelecidas neste âmbito; - Procurar meios complementares para promover a saúde e a segurança; - Um ambiente de trabalho de qualidade é também um ambiente onde a higiene, saúde e

⁷⁰ U.Europeia, COM 366 (2001), parágrafo 8 a 12

⁷¹ Idem, parágrafo 27

⁷² Idem, parágrafo 28

	<p>segurança no trabalho e a prevenção do chamado <i>mobbing</i> são prioridades.</p> <p>Adaptação à mudança</p> <p>Reestruturar, de um ponto de vista socialmente responsável, significa equilibrar e ter em conta os interesses e preocupações de todos os afectados pelas mudanças.</p> <p>As empresas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Considerar todos os efeitos das suas decisões e implicar os envolvidos no processo de mudança, nomeadamente por via de mecanismos abertos de participação dos trabalhadores e de negociação colectiva; - Proteger direitos, propor reconversões profissionais, apoiar a transição de trabalhadores para outras empresas ou a criação do próprio emprego, lançar programas de qualificação que aumentem a empregabilidade; - Considerar todos os interesses relacionados com despedimentos e pré-reformas; - Promover esforços conjuntos com o poder público, empresas, representantes dos trabalhadores e demais entidades da sociedade civil, com o objectivo de financiar cursos de reciclagem e estabelecer mecanismos de informação e diálogo; - Apoiar as PME's que delas dependiam ou que resultam da sua mutação, dando-lhes assistência técnica, apoiando iniciativas de criação de novas empresas ou ainda promovendo <i>corporate ventures</i>.
<p>Aspectos Ambientais</p> <p>A responsabilidade social das empresas encontra na protecção do ambiente um outro campo importante de aplicação. Já nenhuma empresa dúvida de que a gestão dos recursos naturais ajuda a obter um menor impacto das actividades no meio ambiente, através da diminuição do consumo de recursos e pela redução de emissões contaminantes. As empresas devem ser conscientes de que os investimentos</p>	<p>Gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais</p> <p>Neste contexto as empresas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ser eco-eficientes (melhoria da utilização de recursos com economia de meios), com o objectivo de aumentar a produtividade e reduzir custos de curto prazo; - Dar especial atenção ao investimento em investigação e desenvolvimento com vista a desenvolver e aplicar tecnologias eco-eficientes;

<p>que permitam a redução dos consumos e os gastos de descontaminação são investimentos normalmente vantajosos tanto para a sociedade como para a própria empresa.</p> <p>O VI programa do Meio Ambiente da Comissão, explica de que maneira UE e os Estados Membros podem desempenhar o seu trabalho e ajudar as empresas a detectar oportunidades comerciais e efectuar investimentos vantajosos, estabelecendo programas de assistência e tratando de harmonizar os sistemas nacionais. Inclui aspectos como a diminuição do consumo de recursos, desperdícios, emissões contaminantes ou a política integrada de produtos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilizar as questões ecológicas com os interesses económicos, de acordo com a noção de desenvolvimento sustentável; - Assegurar-se que não surgem, a par das medidas positivas tomadas por algumas empresas, práticas oportunistas de “<i>dumping</i>” ecológico; - A política integrada de produtos baseia-se na análise das repercussões do produto ao longo de todo o seu ciclo de vida e inclui um diálogo entre as empresas e outros agentes interessados; - Outro planeamento que fomenta a responsabilidade social das empresas é o EMAS que incentiva as empresas a criar, de forma voluntária, sistemas de eco-gestão e auditoria de forma a estimular a melhoria contínua do rendimento ecológico.
--	---

Fonte: Adaptado de UE, COM 366, 2001

Dimensão externa

A responsabilidade social da empresa não se limita à sua actividade ou actuação dentro da mesma, mas implica também as relações com todos os seus interlocutores, como a comunidade, accionistas, parceiros comerciais e fornecedores, consumidores, autoridades públicas e ONG’s. A dimensão externa da RSE encontra-se agrupada em torno das seguintes áreas temáticas⁷³:

Quadro 9 - Livro Verde: A dimensão externa da RSE

Aspecto	Área Temáticas
<p>Comunidade Local</p> <p>As empresas mais prósperas e duradouras têm a sua sede em sociedades desenvolvidas, e os países mais desenvolvidos economicamente são, de modo geral, também os países socialmente mais coesos e com melhores padrões sociais e ambientais.</p> <p>Parece haver uma relação positiva entre a competitividade económica e a</p>	<p>Relação empresarial com as comunidades locais</p> <p>O Livro Verde indica como modelos de compromisso responsável das empresas com a comunidade local:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A oferta de lugares adicionais de formação profissional; - A colaboração com organizações de defesa do meio ambiente; - A contratação de pessoas socialmente

⁷³ UEuropeia, COM 366 (2001), p. 12 a 17

<p>qualidade da sociedade e do ambiente que as empresas podem tomar por referência.</p>	<p>excluídas, estabelecimento de redes com grupos da comunidade, patrocínio de actividades desportivas ou culturais a nível local ou a atribuição de donativos para obras de beneficência⁷⁴;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O apoio ao património, espaços verdes e financiamento de projectos de melhoria ambiental, serviços de apoio às famílias, não apenas dos seus colaboradores mas também de outros cidadãos; - A participação em projectos de desenvolvimento comunitário, como por exemplo, iniciativas de combate à exclusão social e à pobreza, financiamento de manifestações e equipamentos desportivos e culturais.
<p>Parceiros Comerciais, Fornecedores e Consumidores</p> <p>A responsabilidade social da empresa está muito relacionada com a dos seus parceiros económicos.</p> <p>“As empresas devem ser conscientes de que os seus resultados sociais podem ver-se afectados pelas práticas dos seus sócios e fornecedores ao longo de toda a cadeia de produção. Os efeitos das medidas de responsabilidade social não se limitam a esta, mas também afectarão os seus parceiros económicos”⁷⁵.</p> <p>Por outro lado, é também um aspecto fundamental da RSE a responsabilidade pelo produto até ao consumidor final constando no texto do Livro Verde que se espera que as “empresas tentem oferecer, de maneira eficaz, ética e ecológica os produtos e serviços que os consumidores necessitam e desejam”⁷⁶.</p>	<p>Relação com parceiros comerciais, fornecedores e consumidores</p> <p>Sobre esta matéria as empresas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Respeitar as normas estatais e comunitárias; - Ser conscientes de que os seus resultados sociais podem ser afectados pelas práticas dos seus sócios ou fornecedores ao longo de toda a cadeia de produção; - Adoptar medidas de responsabilidade social e fazê-las reflectir também nos seus parceiros económicos; - Respeitar códigos e normas sobre responsabilidade na publicidade. <p>O Livro Verde propõe ainda modelos de boas práticas, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de acompanhamento oferecidos pelas grandes às pequenas empresas locais; - Assistência proporcionada às pequenas empresas sobre a redacção de relatórios sociais ou a divulgação das suas actividades no âmbito da responsabilidade social.

⁷⁴ Idem p.13

⁷⁵ União Europeia, COM 366 (2001), parágrafo 48

⁷⁶ Idem, parágrafo 51

<p>Direitos Humanos</p> <p>O Livro Verde estabelece que “uma das dimensões da responsabilidade social das empresas está estreitamente vinculada aos direitos humanos”⁷⁷.</p> <p>Realçando, no entanto, que os códigos de conduta empresarial não devem nunca substituir as legislações laborais nacionais nem internacionais, o Livro Verde recorda a importância destes códigos tais como a Declaração Tripartita da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e as directrizes da OCDE para as empresas multinacionais.</p> <p>Reconhece que se trata de uma questão complexa, tradicionalmente da esfera exclusiva dos estados.</p>	<p>Respeito pelos direitos humanos</p> <p>O Livro Verde não estabelece com clareza quais são os direitos que as empresas devem respeitar, ainda que se reconheça que “ultrapassa o âmbito dos direitos laborais”⁷⁸.</p> <p>Neste contexto existe a Resolução do Parlamento europeu, de 15 de Janeiro de 1999, denominada: “Adopção de normas da União Europeia para as empresas europeias que operam em países em desenvolvimento: um código de conduta europeu”.</p> <p>Esta resolução pretende estabelecer um código de conduta baseado em normas internacionais, e contribuir para padronizar os códigos de conduta voluntários bem como para criar uma plataforma de acompanhamento europeia que inclua disposições sobre os procedimentos de denúncia e medidas correctivas.</p>
<p>Problemas ecológicos mundiais</p> <p>O Livro Verde destaca a importância da contribuição das empresas para a prossecução de um desenvolvimento sustentado mundial, cumprindo as directrizes da OCDE e o Pacto Global.</p>	<p>Responsabilidade ecológica à escala internacional</p> <p>Nesta matéria o Livro Verde recorda que a Comunicação da Comissão: “Dez anos depois do Rio: Preparação da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2002”⁷⁹.</p>

Fonte: Adaptado de UE, COM 366, 2001

⁷⁷ Idem, parágrafo 52

⁷⁸ Idem, parágrafo 55

⁷⁹ União Europeia, COM 53 (2001)

2.4 GRI - *Sustainability Reporting Guidelines*

A *Global Reporting Initiative* é uma iniciativa internacional, criada com uma visão de longo prazo, cuja missão é elaborar e difundir as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, aplicáveis voluntariamente por “organizações que desejem elaborar relatórios abrangendo a dimensão económica, ambiental e social das suas actividades, produtos e/ou serviços”⁸⁰, com o objectivo de “auxiliar a organização relatora e os seus *stakeholders*⁸¹ a articularem e compreenderem as contribuições daquelas organizações para o desenvolvimento sustentável”⁸².

A origem da GRI deveu-se à *Coalition for Environmentally Responsible Economies* em cooperação com a UNEP em 1997. Em Abril de 2002, tornou-se uma estrutura independente colaboradora oficial da UNEP e do Pacto Global das Nações Unidas. Desde então, um comité executivo de membros, representando um vasto e abrangente conjunto de grupos interessados, tem guiado a GRI na concepção de um marco global e no desenvolvimento de directrizes para elaboração de relatórios de Sustentabilidade. O seu principal objectivo é o desenvolvimento de orientações para a elaboração de relatórios de sustentabilidade harmonizados, impulsionando a informação sobre questões económicas, sociais e ambientais ao mesmo nível que a informação financeira.

As Nações Unidas, a OCDE, o Conselho de Ministros da UE, a Comissão Europeia e o Fórum Económico Mundial, entre outros, referiram-se à GRI nas suas comunicações considerando-a como uma ferramenta essencial para garantir a transparência e manifestar o compromisso das organizações face à responsabilidade social.

O primeiro esboço de Directrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade foi apresentado pela GRI em 1999, sendo efectivamente lançado em 2000. Logo de imediato foi iniciado um processo contínuo de revisão que culminou na publicação das directrizes 2002, sendo estas, na versão portuguesa editada em 2004, as que iremos analisar com mais profundidade nas páginas seguintes⁸³.

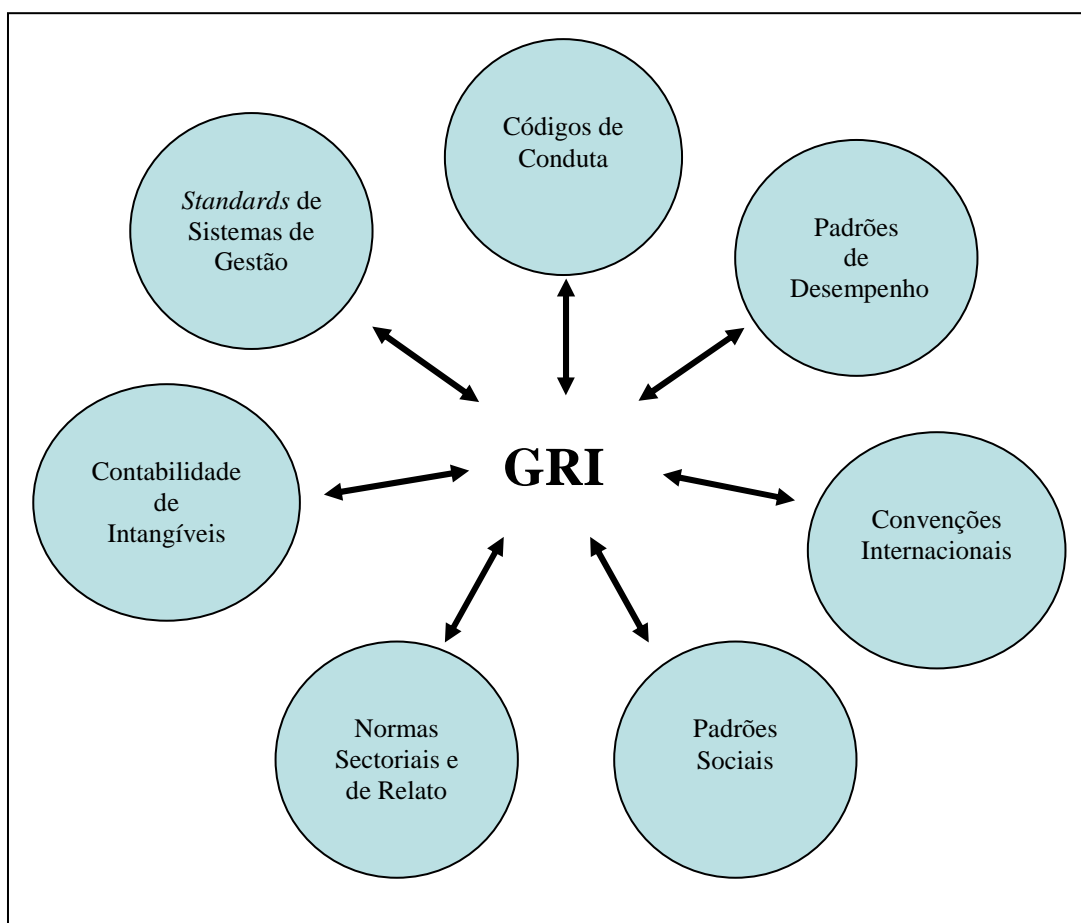
⁸⁰ Global Reporting Initiative, 2002, p.1

⁸¹ As Directrizes não definem o termo, tendo sido utilizado na versão portuguesa das directrizes a expressão “Partes Interessadas” ou “Interessados”. Entendemos que *Stakeholders* são todos aqueles que afectam ou se vêem afectados pela actuação da empresa, designadamente Accionistas, Gestores, Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Concorrentes, Associações, Sindicatos, Administração Publica, Grupos ecologistas, Comunidade local e ONG’s.

⁸² GRI, 2002, p.1

⁸³ Em 2006 foi lançada a terceira versão denominada “G3”.

Figura 1: A GRI pretende harmonizar e integrar:



Fonte: Global Reporting Initiative, 2002

Quanto a definições conceptuais, a GRI adopta um planeamento operativo e pragmático, e ainda que não defina expressamente o conceito de sustentabilidade, ou de responsabilidade social corporativa, menciona no seu texto que utiliza a expressão “Relatório de Sustentabilidade” como sinónimo de relatório de cidadania, balanço social, ou outras expressões que incorporem os aspectos económicos, sociais e ambientais do desempenho de uma organização”⁸⁴.

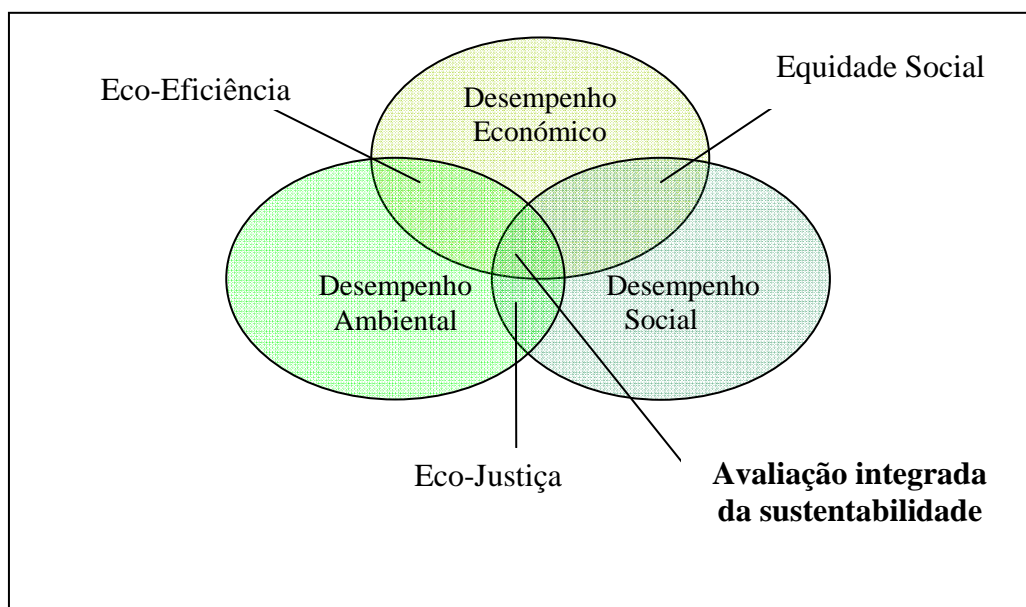
As directrizes GRI para a elaboração dos relatórios de Sustentabilidade abordam os três elementos interrelacionados da Sustentabilidade, o desempenho económico, o desempenho ambiental e o desempenho social das organizações.

Esta estrutura reflecte o enfoque mais generalizado para definir sustentabilidade e constitui um ponto de partida facilmente compreensível que alcançou um amplo grau de consenso.

⁸⁴ GRI, 2002, p.1 Outras designações: relatório de responsabilidade corporativa, relatório social, *triple bottom line*.

A GRI reconhece que constitui uma simplificação de um desígnio muito mais complexo, a avaliação integrada da sustentabilidade (Figura 2), sendo esta a direcção que se espera em futuras edições.

Figura 2: Dimensões da Sustentabilidade Empresarial



Fonte: Adaptado de Global Reporting Initiative, 2002

As Directrizes GRI 2002, para além de apresentarem o conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade, indicam uma série de 96 indicadores de desempenho empresarial⁸⁵, divididos por aspectos que representam a dimensão económica, social e ambiental da sustentabilidade (Quadro 10).

Estes indicadores têm a função de facilitar a apresentação de informações sobre os impactos causados pela organização de forma a propiciar comparabilidade entre relatórios e entre organizações.

⁸⁵ Os Indicadores de Desempenho GRI 2002 são apresentados em detalhe no capítulo 3.

Quadro 10: Indicadores de Desempenho GRI 2002

DIMENSÃO	CATEGORIA	ASPECTO
Económica	Impactos Económicos Directos	Clientes Fornecedores Colaboradores Investidores Sector público
Ambiental	Ambiental	Materiais Energia Água Biodiversidade Emissões, Efluentes e Resíduos Fornecedores Produtos e Serviços Conformidade Transporte Geral
Social	Práticas Laborais e Condições de Trabalho	Emprego Trabalho e Relações Laborais Saúde e Segurança Formação e Educação Diversidade e Oportunidade
	Direitos Humanos	Trabalho e Relações Laborais Não Discriminação Liberdade de Associação e Negociação Colectiva Trabalho Infantil Trabalho Forçado e Obrigatório Medidas Disciplinares Medidas de Segurança Direitos das Comunidades Locais
	Sociedade	Comunidade Suborno e Corrupção Contribuições Políticas Concorrência e Preços
	Responsabilidade sobre os Produtos	Saúde e Segurança do Consumidor Produtos e Serviços Publicidade Respeito pela Privacidade

Fonte: Global Reporting Initiative, 2002

2.5. Aspectos que caracterizam o conceito de Sustentabilidade Empresarial

Ao longo deste capítulo, após ter sido apresentada uma breve história do Desenvolvimento Sustentável, efectuámos uma revisão das definições e dos aspectos mencionados pelos principais organismos internacionais que se debruçam sobre o tema.

A primeira conclusão que podemos extrair desta análise é que existem enormes dificuldades em precisar um conceito com conteúdo único para todos. Trata-se de um conceito em desenvolvimento, notando-se que a maioria das instituições internacionais preferem não elaborar uma definição concreta, ou quando o fazem, atribuem-lhe uma dimensão puramente operativa. Além disso, algumas organizações adoptam um enfoque pragmático, equiparando a Sustentabilidade Empresarial a outros conceitos relacionados, como Responsabilidade Social Empresarial, Responsabilidade Corporativa ou Cidadania Corporativa.

Verifica-se um relativo consenso em torno das principais áreas temáticas que caracterizam a Sustentabilidade Empresarial, com nomes mais ou menos equivalentes, ainda que ao descer o nível de detalhe se observem diferenças entre os aspectos considerados pelas distintas instituições. Em alguns casos, mencionam-se áreas amplas de conteúdo sem entrar em detalhe e sem clarificar o seu alcance. No entanto, existe um acordo geral que atribui à Sustentabilidade Empresarial uma dimensão voluntária que ultrapassa o cumprimento das obrigações legais das empresas.

Nos últimos anos tem-se assistido a um esforço crescente de coordenação interinstitucional, com referências cruzadas entre os diferentes instrumentos⁸⁶, e a GRI, na qualidade de iniciativa que visa a definição de uma estrutura para a divulgação de informação, acolhe as recomendações das restantes organizações sendo por estas considerada como o melhor modelo para divulgar informação relativa à sustentabilidade.

O quadro da página seguinte permite visualizar os principais aspectos, que segundo os organismos estudados, caracterizam a Responsabilidade ou a Sustentabilidade Empresarial.

⁸⁶ É frequente a referência às Directrizes da OCDE ou aos princípios do GC.

Quadro 11: Aspectos da Sustentabilidade Empresarial⁸⁷

Conteúdo	Instrumento	Pacto Global (2004)	Directrizes OCDE (2000)	Livro Verde (2001)	Directrizes GRI (2002)
Direitos Humanos		√	√	√	√
Direitos Laborais		√	√	√	√
Praticas Laborais			√	√	√
Meio Ambiente		√	√	√	√
Relação com Fornecedores			√	√	√
Relação com Clientes ou Consumidores			√	√	√
Relação com a Comunidade			√	√	√
Diálogo Social			√	√	√
Luta contra a Corrupção		√	√		√
Transparência			√		√
Transmissão de Know-How			√		
Concorrência			√		√
Fiscalidade			√	√	√
Missão, Valores e Visão					√
Boas práticas de Governo Corporativo e Conduta ética		√	√		√

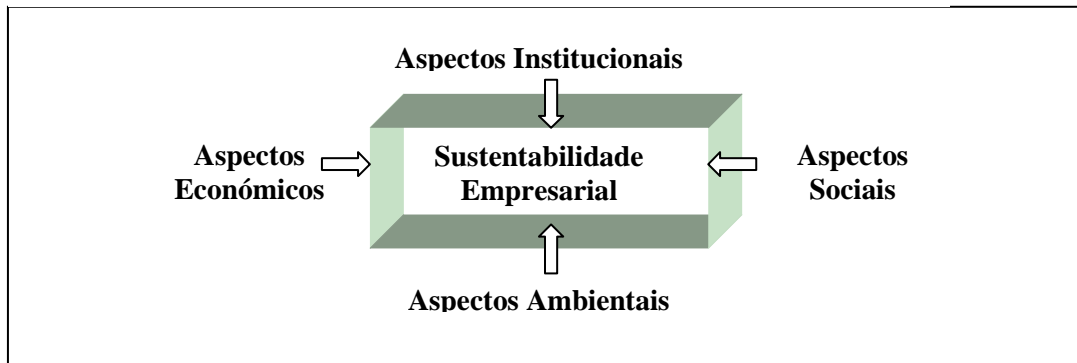
Fonte: Elaboração própria

O conteúdo da Sustentabilidade Empresarial é, pela sua própria natureza, dinâmico, variável no tempo e entre empresas, em função das expectativas dos *stakeholders*. A dificuldade de encontrar definições concretas ou de identificar fronteiras claras é uma das suas próprias características definidoras. Certo, é que a Sustentabilidade Empresarial corresponde à consideração das três dimensões da sustentabilidade nas políticas e actividades das organizações, integradas com a vertente institucional que chama a atenção para as questões relativas às formas de governação

⁸⁷ Apresentam-se estas categorias a título de resumo, mas é necessário recordar que por vezes têm designações diferentes e distinto alcance nos diversos instrumentos analisados.

das instituições, dos sistemas legislativos e para o quadro da participação dos grupos de interesse considerados parceiros essenciais na promoção dos objectivos do desenvolvimento sustentável (Figura 3).

Figura 3: Determinantes da Sustentabilidade Empresarial



Fonte: Adaptado de Gouzee *et al*, 1995

De forma genérica podemos dizer que as empresas devem gerar valor para o accionista e benefício económico para o mundo, reduzir o impacto no ambiente até níveis ecologicamente sustentáveis proporcionando, sempre que possível, uma interacção positiva com o meio ambiente e desenvolver o negócio de forma ética e responsável beneficiando a vida daqueles que com elas estão relacionados.

Capítulo 2

A Comunicação Empresarial da Sustentabilidade

Confrontadas com os desafios de um meio em mutação as empresas vão tomando consciência de que a responsabilidade social ou sustentabilidade empresarial é passível de revestir valor económico directo, o que justifica o crescente aparecimento de declarações de princípios por parte das grandes empresas multinacionais.

Comunicar o desenvolvimento sustentável é ainda um tema em evolução não existindo actualmente, como acontece na informação financeira, uma abordagem padronizada globalmente aceite e utilizada.

O próprio conceito de sustentabilidade permanece difuso e engloba diversas questões complexas, que variam entre os diferentes sectores e países.

A diversidade dos grupos de interesse representa por si só um desafio, na medida em que todos têm necessidades específicas de informação, competindo às empresas encontrar o equilíbrio entre o que estes pretendem saber e a informação prática e viável de comunicar.

Neste capítulo vamos apresentar a recente evolução da publicação de relatórios de sustentabilidade, compará-los com os relatórios financeiros, identificar os seus principais impactos e destinatários e apresentar os aspectos fundamentais do modelo de relato apresentado pela GRI em 2002.

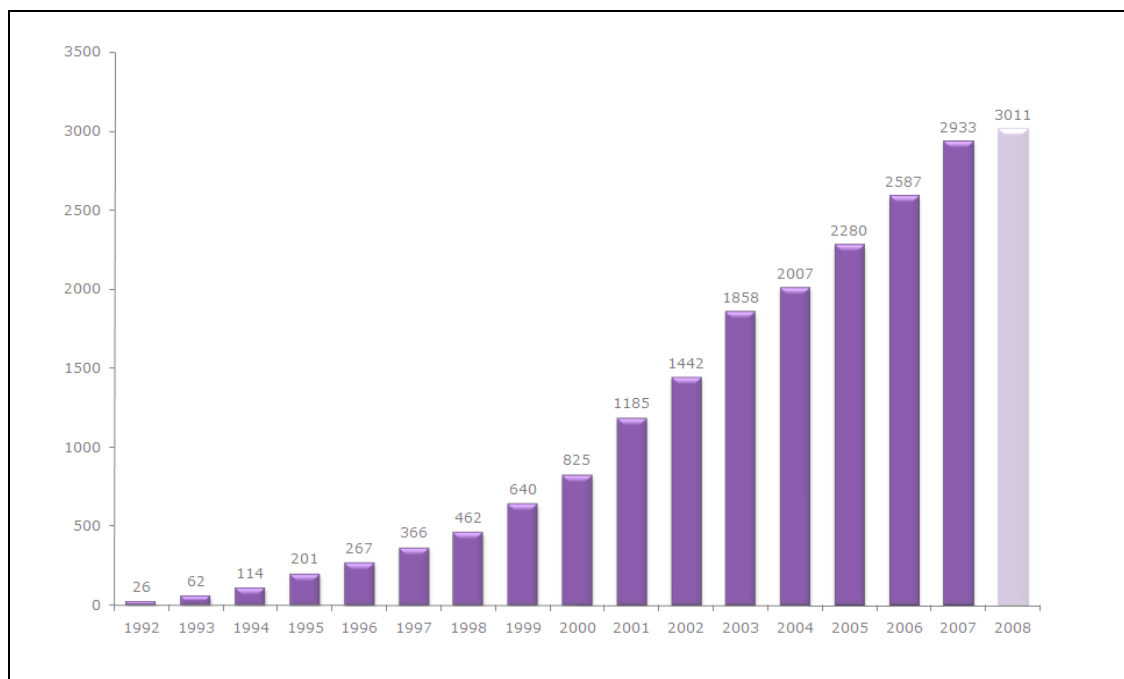
1. O Relato da Sustentabilidade

1.1 Publicação de Relatórios de Sustentabilidade

As empresas ao assimilarem uma nova consciência ambiental e social estão gradualmente a modificar a sua actuação e a reconhecer os benefícios de passar do mero cumprimento de legislação para uma abordagem integrada baseada na sustentabilidade, prestando atenção às distintas partes interessadas e não unicamente aos investidores. Se até agora o balanço social e as declarações ou relatórios ambientais tinham um carácter essencialmente voluntário, são cada vez mais frequentes as iniciativas legais e reguladoras que incentivam e pressionam as empresas a divulgar informação não financeira.

De acordo com o site *CorporateRegister.com - CSR Report Directory*, o maior directório mundial *on-line* dedicado a relatórios empresariais não financeiros, a publicação de relatórios relacionados com a Sustentabilidade Empresarial tem vindo a aumentar (Gráfico 1). Após uma modesta performance de 26 registos em 1992 atingiu em 2008 o total de 3011 registos. Os países que mais participam neste directório são o Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Alemanha e Austrália. Por sector de actividade destacam-se as empresas Químicas, Eléctricas e a Banca.

Gráfico 1: Relatórios registados anualmente no *CorporateRegister.com*



Fonte: *The CorporateRegister.com*

À semelhança dos organismos internacionais, as empresas também utilizam diversas designações para denominar os relatórios que produzem. No Gráfico 2, que representa a proporção anual por designação, verifica-se que cada vez mais as empresas privilegiam a expressão “Relatório de Sustentabilidade” e “Relatório de Responsabilidade Corporativa” em detrimento dos “Relatórios Ambientais” e “Relatórios de Ambiente, Saúde e Segurança”.

Gráfico 2: Relatórios registados anualmente no *CorporateRegister.com* por Designação

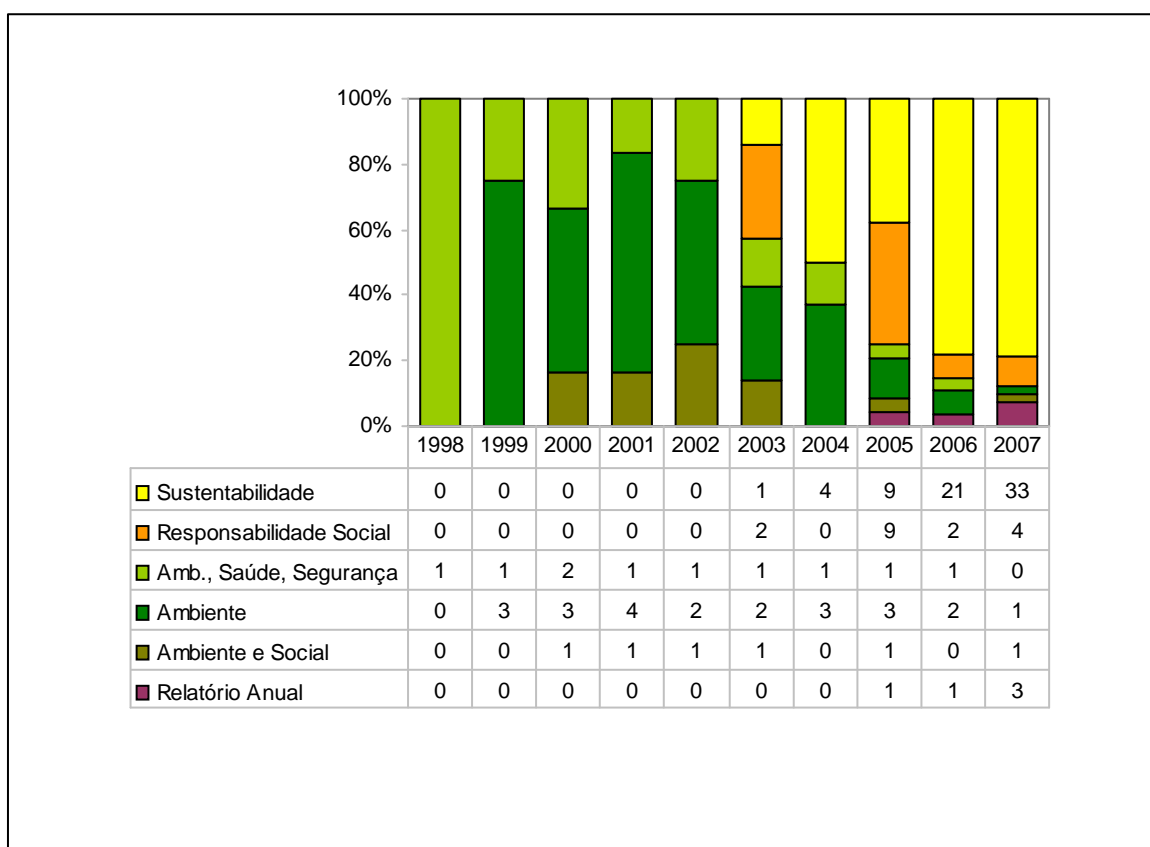


Fonte: *The CorporateRegister.com*

Em Portugal, tal como acontece no resto do Mundo e em consequência da adesão das empresas portuguesas a pactos e convenções internacionais, assiste-se ao aumento de publicações empresariais relacionadas com o relato da Sustentabilidade (Gráfico 3).

O primeiro relatório Português registado no *CorporateRegister.com* foi publicado em 1998 pela empresa Solvay Portugal, SA e utiliza a designação de Relatório de Ambiente, Segurança e Saúde. Nos 42 relatórios registados em 2007, verifica-se que as empresas portuguesas utilizam maioritariamente a designação de Relatórios de Sustentabilidade, assistindo-se, por comparação com 2005, que a designação Relatórios de Responsabilidade Social tem vindo a ser menos utilizada.

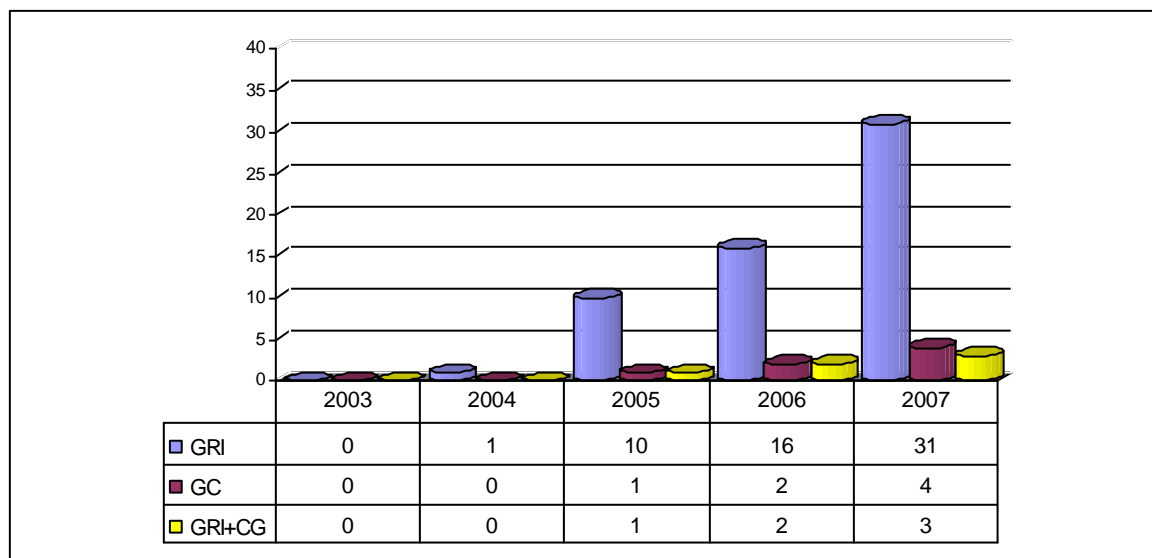
Gráfico 3: Relatórios Portugueses registados anualmente por Designação



Fonte: *The CorporateRegister.com*

Verifica-se no Gráfico 4 que só desde 2004 é que as empresas portuguesas iniciaram a publicação de relatórios elaborados de acordo com as orientações propostas pela GRI e que em 2005 surge o primeiro relatório de uma empresa aderente ao GC.

Gráfico 4: Relatórios Portugueses elaborados de acordo com as Directrizes GRI



Fonte: *The CorporateRegister.com*

1.2 Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Financeiros

A informação não financeira sobre a actuação relativa à sustentabilidade, sobretudo informação de carácter ambiental e relativa às práticas de governo, já se encontra nos principais modelos de relatórios financeiros. Assiste-se a uma nova fase nas tendências de relato empresarial em que as empresas começam a fundir os seus relatórios financeiros e os relativos à sustentabilidade num único relatório anual. Geralmente as tendências económicas, ambientais e sociais são incluídas nos capítulos dos relatórios financeiros dedicados ao estudo e análise das oportunidades e riscos futuros, em torno de parâmetros tão importantes como a formação de capital humano, inovação, o governo da sociedade, a gestão de riscos e a responsabilidade ambiental. Conceitos como a vulnerabilidade perante mudanças nas normas ambientais ou em convenções laborais internacionais são conceitos a considerar no que concerne à capacidade de continuidade das empresas pois podem afectar a capacidade de desenvolvimento da empresa ou prejudicar a sua reputação e valor.

A informação constante nos relatórios financeiros e a relativa a aspectos que caracterizam a sustentabilidade, incluída ou não nos relatórios financeiros, tem carácter complementar e enriquece-se mutuamente, permitindo considerar na avaliação empresarial aspectos que saem do âmbito tradicional da análise financeira. Contudo, a recolha e apresentação de dados relativos à sustentabilidade não é de momento tão simples e directa como a da informação financeira onde, para além das metodologias estabelecidas que contam com mais de meio século de existência e que continuam em permanente avaliação e evolução, está presente a força unificadora da moeda. Pelo contrário, o desempenho global para além de contar com diversos destinatários com distintas necessidades, abarca uma complexa mistura de parâmetros para os quais as metodologias de medição ou são muito recentes ou ainda não estão totalmente definidas e aceites. Para conseguir dar uma forma concreta à relação entre o desempenho financeiro e a actuação económica, social e ambiental é necessário combinar os indicadores utilizados em ambos os contextos e medir a sustentabilidade durante um período de tempo que permita reforçar as práticas empresariais de obtenção e comunicação da informação.

Elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas às várias partes interessadas sobre o desempenho das organizações visando atingir o objectivo do desenvolvimento sustentável, e se é certo que existem pontos de contacto e até mesmo alguma sobreposição nas informações recolhidas nos

relatórios financeiros e nos relatórios de sustentabilidade, existem entre eles diversas diferenças (Quadro 12). Para além do sistema de medida, o carácter essencialmente voluntário e a multiplicidade de destinatários são, na nossa opinião, as características que melhor distinguem os relatórios de sustentabilidade dos tradicionais relatórios financeiros. Enquanto os relatórios financeiros têm como finalidade divulgar informação obrigatória aos accionistas e investidores, os relatórios de sustentabilidade contam com uma imensa diversidade de utilizadores com consequente diversificação dos temas de interesse.

Quadro 12 - Diferenças entre Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Financeiros

Tipo de Relatório	Financeiro	Sustentabilidade
Destinatários	Accionistas, investidores, outros financiadores, gestores	Múltiplos Internos e externos
Processo	Maduro, <i>standard</i>	Em evolução
Opções	Obrigatório	Essencialmente voluntário
Dados	Medida comum: unidade monetária Facilmente compreendidas	Medidas inconsistentes Técnicos
Conteúdo/Formato	Padronizado	Em evolução Diferentes marcos e princípios
Verificação	Requerida - Auditoria - Normas para os auditores	Não requerida Possível evolução via: - Certificação - Garantia - Declaração da Gestão - Revisão pelos participantes
Supervisão	Organismos reguladores Pública	Não há autoridade de controlo Privada
Apoio	Contabilistas e organismos de contabilidade	Não há grupos dominantes: ONG's, governos, associações industriais, bolsa de valores...

Fonte: Adaptado de McLean e Gottfrid, 2000

1.3 Destinatários dos Relatórios de Sustentabilidade

Tradicionalmente as empresas preparavam informação destinada a apenas três grupos de interesse - os investidores, os colaboradores e os clientes. Actualmente, o conceito moderno reconhece um universo alargado, incluindo grupos de interesse directos e indirectos, interessados em diferentes aspectos do negócio, por vezes, conflituosos entre si. A comunicação da informação sobre sustentabilidade pressupõe o conhecimento dos diversos grupos de interesse, internos e externos à empresa, devendo ser relevante em função das suas diferentes necessidades, pois só assim manifesta a sua utilidade.

A nível interno a informação sobre a sustentabilidade deve ser integrada em todos os processos de decisão e comunicação. Fixar objectivos e monitorizar o desempenho através de indicadores são instrumentos de gestão utilizados no mundo dos negócios, incluindo na gestão ambiental e na medição da eco-eficiência, sendo necessários para medir o progresso da empresa rumo a um futuro mais sustentável, definir oportunidades e prioridades, identificar poupanças de custos e eventuais benefícios.

Os utilizadores internos são múltiplos pois, enquanto os conselhos de administração incorporam a informação da sustentabilidade nas suas decisões estratégicas e na definição de objectivos, os órgãos de gestão utilizam a informação para tomar decisões relacionadas com melhorias nos produtos e processos.

Por sua vez, os colaboradores e os seus grupos representativos estão interessados na informação sobre o desenvolvimento sustentável, de modo a poderem julgar se a empresa é uma empregadora estável e tem uma cidadania corporativa respeitada. Estão também interessados em conhecer o desempenho da empresa, quantificar o seu próprio contributo, obter informações sobre os níveis de remuneração, benefícios ligados à reforma e a natureza e âmbito das oportunidades de emprego.

A informação da sustentabilidade é ainda útil aos colaboradores com funções nos departamentos financeiro, engenharia de processo e gestão ambiental, na medida em que a sua análise pode ajudar a introduzir melhorias nos processos e respectivo acompanhamento.

Quadro 13 - Destinatários dos Relatórios de Sustentabilidade

Utilizadores Internos	Utilizadores Externos
Conselho de Administração	Investidores
Órgão de Gestão	Accionistas
Colaboradores	Analistas Financeiros
	Contabilistas e Revisores
	Seguradoras
	Clientes
	Fornecedores
	Comunidade Local
	Cidadãos
	Governos
	Entidades Internacionais
	ONG's

Fonte: Elaboração própria

Os utilizadores externos da informação sobre sustentabilidade, dada a sua multiplicidade, procuram distintas informações que lhes permitam comparar o desempenho das empresas, reconhecendo a diversidade inerente ao negócio e a particularidade de cada empresa.

Os investidores, accionistas, analistas financeiros, contabilistas e revisores de contas encontram-se cada vez mais atentos à informação sobre sustentabilidade, uma vez que o desempenho de uma empresa pode influenciar o valor financeiro, a qualidade dos investimentos e a continuidade das operações. Embora os relatórios e contas anuais tenham por objectivo principal ser informativos para este sector, a verdade é que os relatórios sobre o desenvolvimento sustentável têm vindo a ser, cada vez mais, utilizados e valorizados pelos interlocutores financeiros. Os interesses dos investidores e dos analistas financeiros não se limitam à informação financeira, já que a informação sobre os riscos e as oportunidades associados à responsabilidade social e ao impacto ambiental podem ser utilizados no processo de decisão e investimento.

Os clientes, para além de estarem interessados em confirmar se os produtos que compram são «amigos» do ambiente e da sociedade, procuram conhecer os valores, atitudes e riscos sociais que estão ligados às actividades, produtos e serviços comercializados pela empresa.

Para os fornecedores, enquanto parte integrante da cadeia de fornecimento, a informação sobre sustentabilidade pode ajudá-los a determinar riscos pois permite antecipar eventuais exigências a que poderão vir a ser sujeitos.

As comunidades locais, por exemplo, podem estar interessadas no desempenho ambiental das unidades fabris localizadas na sua área residencial, enquanto que os consumidores incluem a informação do desempenho da sustentabilidade como parte integrante nas suas decisões de compra.

Os relatórios de desenvolvimento sustentável podem também ser úteis para os cidadãos, ao disponibilizar informação sobre a evolução e actividades recentes da empresa, permitem concluir se existe equilíbrio entre o que uma empresa retira e o que acrescenta na comunidade local.

Entidades internacionais de normalização pretendem que as empresas descrevam e quantifiquem a sustentabilidade nas suas comunicações externas, como forma de ajudar a documentar o progresso atingido rumo à sustentabilidade.

As Organizações não Governamentais (ONG's) representam um vasto leque de interesses e preocupações, tais como, a protecção ambiental, os direitos humanos ou questões ligadas ao consumidor. Estes grupos, de interesses muito distintos, podem utilizar os relatórios de desenvolvimento sustentável como base para entenderem os valores, princípios, atitudes, desempenho e metas das empresas.

Por último, os governos e as agências governamentais necessitam de informação que lhes permita regular as actividades das empresas e determinar as políticas de concorrência, fiscal, ambiental, dos assuntos sociais e do consumidor. Os relatórios de sustentabilidade podem colaborar nesta definição e ser utilizados como uma fonte de informação na compilação das estatísticas nacionais relacionadas com o desenvolvimento sustentável.

1.4 Impactos da comunicação da Sustentabilidade

Como já sabemos, os principais grupos de interesse, tais como accionistas, colaboradores e instituições financeiras pretendem que o mundo empresarial seja responsável e transparente. Estas tendências não são desconhecidas dos administradores que procuram incrementar a sua competitividade num mundo em plena globalização, servindo os relatórios para comunicar ao público que as empresas encaram com seriedade os valores e políticas sociais e ambientais.

Segundo o WBCSD⁸⁸, para além de outros benefícios internos e externos, só o facto de elaborar um relatório é em si benéfico para as empresas, uma vez que é uma tarefa que requer uma abordagem sistemática do desenvolvimento sustentável, tornando-o numa parte integrante do processo de aprendizagem dentro da organização.

Quadro 14 – Benefícios da comunicação da Sustentabilidade Empresarial

1. Transparência
2. Melhorar a reputação
3. Criar valor financeiro
4. Atrair capital a longo prazo e condições de financiamento favoráveis
5. Consciencializar, motivar, solidarizar os colaboradores e atrair talentos
6. Manter a licença para operar
7. Melhorar os sistemas de gestão
8. Incremento do diálogo interno
9. Consciencialização do risco
10. Encorajar a inovação
11. Melhoria contínua

Fonte: Adaptado de WBCSD: Sustainable Development Reporting: Striking the balance, 2002

Transparência – a comunicação do desenvolvimento sustentável canaliza a informação pertinente para os respectivos grupos de interesse favorecendo a visibilidade corporativa e a demonstração de transparência. A informação é um elemento imprescindível para consolidar, manter e dar forma ao compromisso com os interessados, permitindo enfatizar as contribuições sociais e ecológicas das organizações e as “propostas de sustentabilidade” dos seus produtos e serviços. A própria elaboração dos relatórios permite antecipar a identificação de aspectos que possam vir a originar conflitos com a comunidade, colaboradores, parceiros ou organismos reguladores.

⁸⁸ WBCSD, 2002, Sustainable Development Reporting: Striking the balance

Reputação – as empresas dão uma importância cada vez maior às suas relações externas uma vez que estas constituem um factor fundamental para o sucesso empresarial. A transparência e o diálogo aberto sobre actuação passada e sobre os planos futuros ajuda a reforçar as relações, inspirando mais confiança e consolidando a reputação das empresas, o que a longo prazo, contribuirá para um crescimento do valor da marca, da quota de mercado e da fidelização do cliente.

Criação de valor financeiro – o relato da sustentabilidade tende a reflectir a capacidade e rapidez das empresas em melhorarem a longo prazo o valor para o accionista através da mensuração dos activos intangíveis.

Atração de capital e condições de financiamento favoráveis – comunicar o desenvolvimento sustentável pode ajudar a reduzir a instabilidade na cotização das acções das empresas e justificar prémios de baixo risco com empresas financeiras e seguradoras. Uma informação mais exhaustiva e periódica, que inclua no momento tudo aquilo que os analistas solicitam aos gestores, pode indicar uma maior estabilidade financeira para a organização ao evitar flutuações no comportamento dos investidores devido a declarações inesperadas.

Consciencialização, motivação e captação de talentos – o relato da sustentabilidade pode ajudar a demonstrar que a empresa respeita valores e princípios relacionados com questões ambientais e sociais, aumentando a motivação dos actuais trabalhadores e promovendo a empresa no mercado laboral.

Manter a licença para operar – o relato da sustentabilidade proporciona uma base sólida para o diálogo e discussão com as partes interessadas, contribuindo para manter ou reforçar a “licença” para operar.

Melhoria dos sistemas de gestão - a comunicação do desenvolvimento sustentável pode encorajar e facilitar a implementação de sistemas de gestão mais rigorosos e fiáveis, para melhorar a gestão dos impactos ambientais, económicos e sociais. Indirectamente pode promover melhorias na eficiência da empresa através da racionalização e controlo de custos.

Incremento do diálogo interno - a elaboração de relatórios de sustentabilidade manifesta-se como um instrumento para vincular relações habitualmente isoladas e diferenciadas das empresas (finanças, marketing, investigação) de modo mais estratégico, possibilitando um diálogo interno que de outra forma seria impossível.

Consciencialização do risco - a comunicação do Desenvolvimento Sustentável pode espelhar o modo como a empresa gere o risco, permitindo a antecipação de regulamentação ambiental e social antes da sua entrada em vigor, promovendo consequentemente a sua redução.

Inovação – o relato pode estimular o pensamento e o desempenho inovadores, ajudando a empresa a manter-se competitiva, pois incentiva as organizações a desenvolverem novos produtos e processos que reduzam danos ambientais sobre o ciclo de vida do produto ou do serviço.

Melhoria contínua - a gestão eficaz numa economia global requer uma focalização pro-activa, constituindo a medição do desempenho, tanto passado como previsional, uma ferramenta de gestão essencial. O relato da sustentabilidade favorece a melhoria e a aprendizagem contínua, para além de estimular a gestão de topo a tomar medidas progressivas e contínuas no tempo.

Apesar das vantagens assinaladas, os relatórios de sustentabilidade podem originar alguns inconvenientes, relacionados com a própria actividade e gestão deficiente dos aspectos ambientais e sociais da empresa, uma vez que a sua actuação é colocada sob os focos da opinião pública. A comunicação torna a empresa mais transparente e, por conseguinte, exposta a mais críticas e riscos, pois a informação disponibilizada pode ser usada contra a empresa por organismos de controlo público, entidades reguladoras, concorrentes, sindicatos, grupos ecologistas ou interesses locais. Caso a informação divulgada seja incorrecta mas simultaneamente benéfica para a imagem da empresa, esta poderá ser acusada de publicidade enganosa ou fraude.

A produção do próprio relatório pode originar custos significativos, tanto em recursos humanos como financeiros, sendo necessário algum tempo para criar sistemas de recolha de dados adequados aos novos parâmetros. Esta é a razão porque as empresas tendem a divulgar os temas com que estão familiarizadas, uma vez que comunicar sobre novos tópicos requer o desenvolvimento de sistemas para compilar a informação necessária, o que pode tornar-se muito dispendioso e demorado.

2. Os Relatórios de Sustentabilidade GRI 2002

2.1 Enquadramento e Objectivos

As Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, propostas pela GRI em 2002, constituem uma estrutura para a elaboração de relatórios sobre o desempenho económico, ambiental e social de organizações e apresenta com detalhe os distintos aspectos sobre os quais as empresas devem informar, entendendo que todos eles constituem a sustentabilidade e ilustram a responsabilidade social da organização.

Estas directrizes, embora tenham sido elaboradas visando as necessidades das empresas, não são exclusivas de nenhuma indústria ou sector podendo ser aplicadas por qualquer tipo de organização, com ou sem fins lucrativos, independentemente da sua dimensão. De acordo com o próprio documento⁸⁹, as Directrizes GRI 2002:

- Apresentam princípios e linhas de orientação específicas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade das organizações;
- Ajudam as organizações a apresentarem uma visão completa e equilibrada da sua actuação económica, ambiental e social;
- Promovem a comparabilidade entre relatórios de sustentabilidade, ao tomar em consideração os aspectos práticos da divulgação de informações por parte de organizações dos mais variados tipos, muitas delas com operações vastas e geograficamente dispersas;
- Ajudam a estabelecer padrões de referência e a avaliar o desempenho de sustentabilidade relativo a códigos de conduta, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- Servem como instrumento facilitador da participação das partes interessadas.

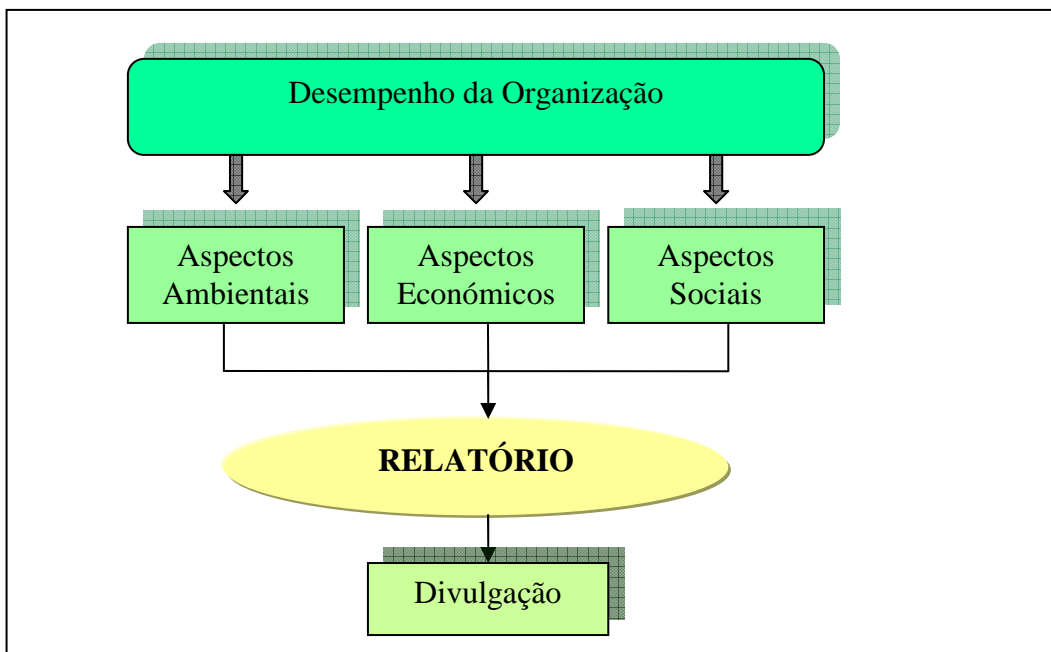
Saliente-se que as directrizes GRI não fornecem orientação quanto à recolha de dados, sistemas de informação e comunicação ou procedimentos organizativos para preparar relatórios de sustentabilidade. Também não contêm orientação sobre o controlo do desempenho, da monitorização ou práticas de verificação. Finalmente as Directrizes não apresentam normas de desempenho, embora o desempenho das organizações que publicam relatórios em matéria económica, ambiental e social seja muitas vezes avaliado por organizações de *benchmarking* de diversos tipos. Estes aspectos são matérias deixadas ao critério das organizações.

⁸⁹ GRI, 2002, p. 10

As diretrizes visam ajudar as empresas a elaborar os relatórios de sustentabilidade de modo a que⁹⁰:

- Apresentem uma visão clara do impacto ecológico e humano da empresa, para apoiar e fundamentar as decisões quanto a investimentos, compras e possíveis alianças;
- Proporcionem às partes interessadas informação credível que seja relevante para as suas necessidades e interesses e que simultaneamente convide a um maior diálogo e informação entre as partes interessadas;
- Proporcionem uma ferramenta de gestão para apoiar a organização na avaliação e melhoria contínua do seu desempenho e progresso;
- Respeitem critérios externos já estabelecidos e aceites para elaboração de relatórios e os apliquem consistentemente nos sucessivos períodos informativos de forma a garantir transparência e credibilidade;
- Apresentem um formato que seja facilmente compreensível e que facilite a comparação com Relatórios de Sustentabilidade de outras organizações;
- Complementem outras formas de comunicação, incluindo a financeira;
- Ilustrem a relação entre os três elementos da Sustentabilidade – económico (incluindo, mas não limitado à informação financeira), ambiental e social.

Figura 4: Perspectiva Global de Sustentabilidade proposta pela GRI



Fonte: Adaptado de Caseirão, M. 2003

⁹⁰ GRI, 2002, p. 11

As Directrizes encontram-se divididas em cinco partes distintas (Quadro 15), das quais destacamos a parte B - Princípios dos Relatórios e C – Conteúdo dos Relatórios para análise mais profunda nas páginas seguintes.

Quadro 15: Conteúdo das Directrizes GRI 2002

Introdução	Tendências que motivam os relatórios de sustentabilidade e os benefícios gerados
Parte A: Utilizar as Directrizes GRI	Instruções gerais sobre o uso das Directrizes
Parte B: Princípios dos Relatórios	Princípios e procedimentos que promovem o rigor dos relatórios e orientam o uso das Directrizes
Parte C: Conteúdo do Relatório	Conteúdo e compilação de um relatório
Parte D: Glossário e Anexos	Orientações e recursos adicionais para usar as directrizes

Fonte: Global Reporting Initiative, 2002

2.2 Princípios dos Relatórios de Sustentabilidade

Os relatórios modelo GRI, como qualquer sistema de transmissão de informação, pretendem assegurar e integrar determinados princípios e características qualitativas da informação que pretendem divulgar. Os princípios constituem os objectivos que as organizações devem alcançar na elaboração dos seus relatórios, e embora não seja solicitado às empresas que demonstrem no relatório o detalhe da sua adopção, deve constar uma explicação suficiente de como foram aplicados.

A primeira versão das directrizes publicada pela GRI em 2000 incorpora, com as necessárias modificações, o conjunto de princípios e pressupostos adoptados e comumente aceites na elaboração dos relatórios financeiros. Na base desta utilização esteve o trabalho realizado pela *Environmental Task Force* da *Fédération des Experts Comptables Européens* (FEE, 2000) sobre os princípios e características qualitativas da divulgação ambiental e sobre a importância de uma estrutura conceptual que vá de encontro às necessidades deste tipo de informação⁹¹. Na versão de 2002 a GRI distancia-se dos princípios de elaboração de relatórios financeiros e apresenta uma versão revista onde combina e amplia os conceitos da versão anterior. Estes novos princípios pretendem garantir que os relatórios⁹²:

- Apresentam uma visão equilibrada e sensata do desempenho económico, ambiental e social da organização, descrevendo a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável;
- Facilitam comparações ao longo do tempo;
- Facilitam comparações entre organizações distintas;
- Cobrem com credibilidade os assuntos que preocupam as partes interessadas.

Encontram-se organizados em quatro categorias de acordo com a sua finalidade (Figura 5):

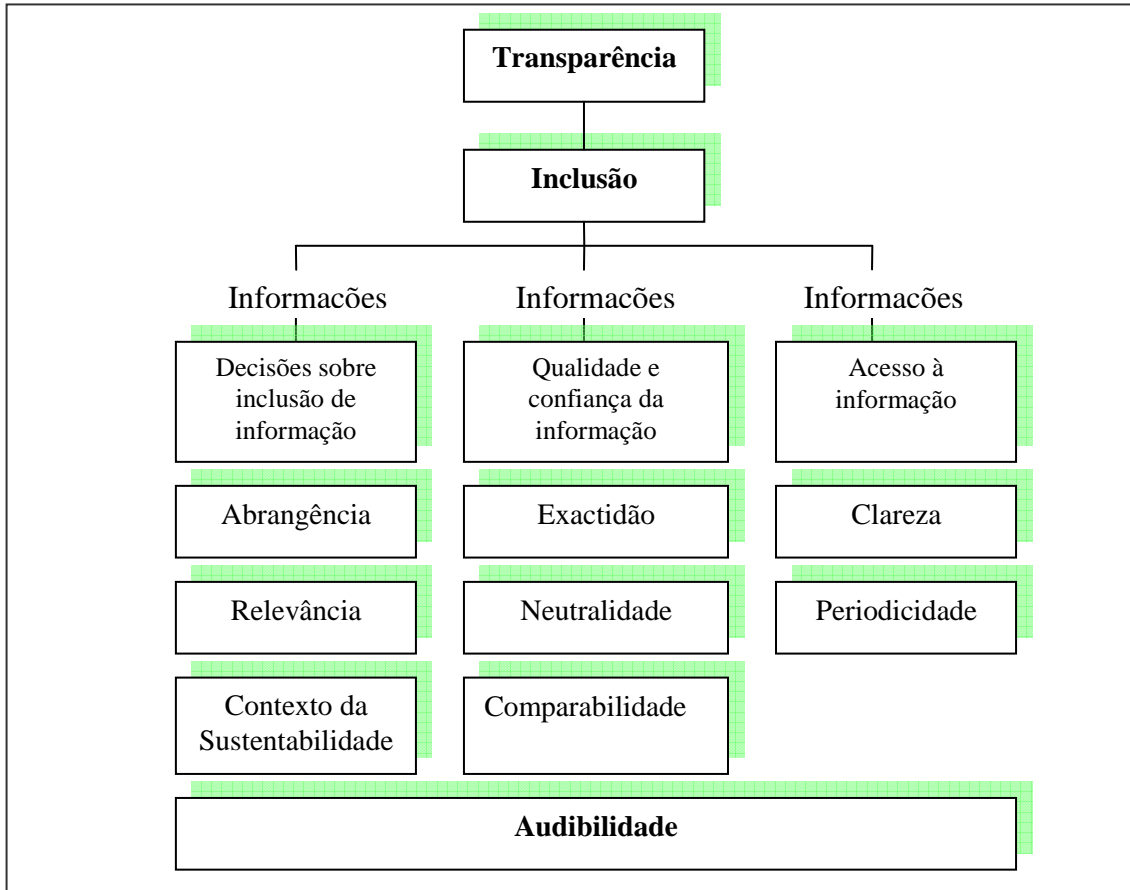
- Os que formam o marco do relatório: transparência, inclusão e audibilidade;
- Os que afectam as decisões sobre o que incluir no relatório: abrangência, relevância e contexto de sustentabilidade;
- Os que pretendem garantir a qualidade e a veracidade da informação: exactidão, neutralidade e comparabilidade;

⁹¹ No GRI2000 constam como princípios fundamentais os principais princípios dos relatórios financeiros, a título de exemplo, continuidade, prudência e materialidade.

⁹² GRI, 2002, p. 27 -29

- Os que afectam as decisões sobre o acesso e modo de revelar a informação: clareza e periodicidade.

Figura 5: Princípios dos Relatórios de Sustentabilidade



Fonte: Global Reporting Initiative, 2002

De acordo com as Directrizes⁹³, os princípios de transparência e de inclusão são os pontos de partida para a elaboração de relatórios e estão na base da criação de todos os outros princípios. Todas as decisões acerca dos relatórios (por exemplo: como, quando e o quê) devem considerar estes dois princípios.

Os princípios de contexto de sustentabilidade, de abrangência e de relevância têm um papel chave na determinação do que deve ser incluído no relatório. Os relatórios deverão colocar o desempenho da organização num contexto que identifique os desafios riscos e oportunidades da sustentabilidade. A informação existente no relatório deverá cumprir com os critérios de abrangência ao nível da identificação dos limites do relatório (as entidades incluídas) e o seu âmbito (os aspectos reportados), bem como a correcta identificação do período a que respeitam.

⁹³ GRI, 2002, p. 27-29

Quadro 16 - Princípios dos Relatórios de Sustentabilidade GRI 2002

Transparência	A completa divulgação dos processos, procedimentos e hipóteses usados na elaboração é essencial para a credibilidade do relatório.
Inclusão	A organização que produz um relatório deve, de maneira sistemática, dialogar com as várias partes interessadas, de modo a promover uma melhoria contínua dos relatórios.
Audibilidade	A informação e os dados divulgados devem ser guardados, compilados, analisados e divulgados de modo a permitir que auditores, internos ou externos, confirmem a sua fidedignidade.
Abrangência	Toda a informação que seja relevante para os utilizadores analisarem o desempenho económico, social e ambiental da organização deverá estar presente no relatório, de um modo consistente com os limites declarados, âmbito e período temporal.
Relevância	Relevância é o grau de importância dado a um aspecto, um indicador ou uma informação em particular. Ela representa um marco de referência a partir do qual a informação se torna suficientemente significativa para ser incluída no relatório.
Contexto da Sustentabilidade	A organização relatora deve procurar analisar o seu desempenho num contexto mais amplo ao nível ecológico, social ou de limites e constrangimentos de outra natureza, sempre que esse contexto dê maior significado às informações contidas no relatório.
Exactidão	Este princípio refere-se à necessidade de se atingir um elevado padrão de exactidão, com uma margem mínima de erro, face à informação divulgada, de modo a que os processos de decisão dos utilizadores sejam realizados com um elevado grau de confiança.
Neutralidade	Os relatórios devem evitar distorções na selecção e apresentação da informação e devem esforçar-se por transmitir informação equilibrada sobre o desempenho da organização.
Comparabilidade	A organização relatora deve ser consistente em relação aos limites e âmbito dos seus relatórios, informar acerca de potenciais alterações e rectificar informações previamente disponibilizadas.
Clareza	A organização relatora deve ter em mente as diferentes necessidades e os diferentes níveis de conhecimento das partes interessadas e disponibilizar as informações de maneira a atender o maior número possível de utilizadores, garantindo ainda um nível adequado de detalhe.
Periodicidade	Os relatórios devem fornecer informações de acordo com um cronograma regular que satisfaça as necessidades dos utilizadores e seja compatível com a natureza das próprias informações.

Fonte: Adaptado de Global Reporting Initiative, 2002

Os princípios de neutralidade, comparabilidade e exactidão são os que definem a qualidade e fidedignidade do conteúdo dos relatórios. As informações devem ser suficientemente exactas e fidedignas para que possam estar na base de processos de decisão. É igualmente importante, que o relatório apresente o seu conteúdo de maneira imparcial e que contribua para a comparabilidade no tempo e entre organizações.

Os princípios de clareza e de periodicidade estão na base do acesso e da disponibilidade dos relatórios. Os *stakeholders* deverão receber informação oportuna que lhes permita uma fácil interpretação e utilização.

Finalmente, o princípio da audibilidade está relacionado com vários dos restantes princípios, tais como a comparabilidade, a exactidão, a neutralidade e a abrangência. Este princípio refere-se especificamente à capacidade de demonstrar que as informações e os processos subjacentes à elaboração do relatório satisfazem critérios de qualidade rigorosos e correspondem à realidade.

2.3 Conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade

A Parte C das Directrizes GRI 2002 refere-se à estrutura e ao conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade e apresenta, conforme o quadro seguinte, um modelo composto por cinco secções⁹⁴:

Quadro 17 - Conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade GRI 2002

1. Visão e Estratégia	Exposição da visão e da estratégia da organização no que respeita à sua contribuição para o desenvolvimento sustentado, incluindo uma declaração do Conselho de Administração ou do Presidente.
2. Perfil	Visão geral da estrutura e das operações da organização relatora, bem como do alcance e perfil do relatório.
3. Estrutura de Governo e Sistemas de Gestão	Apresentação geral da estrutura de governo e das políticas globais da organização, sistemas de gestão existentes e esforços pelo compromisso com as partes interessadas no âmbito do desenvolvimento sustentado.
4. Índice	A GRI recomenda que seja elaborada uma tabela ou quadro resumo que assinala em que lugar do relatório se pode encontrar a informação.
5. Indicadores de Desempenho	Medições do impacte da organização relatora, discriminadas em indicadores de desempenho integrado, económico, ambiental e social.

Fonte: Global Reporting Initiative, 2002

1. Visão e Estratégia: Nesta secção as empresas devem expor a sua visão e estratégia no que respeita à contribuição para o desenvolvimento sustentado, devendo constar, autonomamente ou não, uma declaração do Conselho de Administração ou do seu Presidente⁹⁵. A organização deve apresentar a sua visão do futuro, particularmente em relação aos desafios relacionados com o desempenho económico (incluindo mas não limitado, ao financeiro), ambiental e social.

2. Perfil: As empresas devem fornecer um panorama da sua organização e do âmbito do relatório, o que fornece aos leitores um contexto para a compreensão e avaliação da restante informação⁹⁶. É nesta secção que as organizações terão que determinar o nível adequado de agregação dos dados relatados, os dados podem ser relativos a toda a organização ou, pelo contrário, serem apresentados por países, filiais ou instalação. A

⁹⁴ O Anexo 1 apresenta com detalhe as informações que devem constar em cada uma das secções.

⁹⁵ GRI, 2002, p.45

⁹⁶ GRI, 2002, p.47

consolidação da informação pode levar a uma considerável perda na sua utilidade pois pode ocultar o desempenho particular de áreas específicas das operações, devendo-se ponderar a dificuldade de elaborar o relatório e o potencial valor adicional dos indicadores reportados de forma desagregada. Os elementos necessários para um perfil completo da organização, num total de 22 itens, encontram-se divididos em:

- Perfil da Organização
- Âmbito do Relatório
- Perfil do Relatório

3. Estrutura de Governo e Sistemas de Gestão: Esta rubrica serve para apresentar uma visão geral da estrutura de governo, das políticas e sistemas de gestão adoptados para implementar a visão da sustentabilidade da organização e gestão do seu desempenho⁹⁷. O desenvolvimento dos mercados financeiros e os recentes escândalos em diversas multinacionais têm conduzido a uma intensa reflexão sobre a estrutura e o controlo das empresas. Não sendo nova, esta problemática genericamente rotulada de *corporate governance*, tem conhecido uma enorme difusão em todos os mercados e fóruns internacionais, por ir de encontro à preocupação universal de aperfeiçoamento dos mecanismos de controlo do risco. A globalização da economia e consequente internacionalização empresarial torna necessário a definição de parâmetros de segurança e de organização para as empresas. Nessa medida a GRI pretende descrever a importância dos aspectos ambientais, económicos e sociais nos processos de decisão das organizações, repartindo os 20 itens deste capítulo em:

- Estrutura de Governo
- Participação das Partes Interessadas
- Políticas e Sistemas de Gestão

4. Índice: A GRI recomenda que seja inserido no relatório uma tabela que identifique a localização de cada elemento do relatório por Secção e Indicador⁹⁸. O objectivo é dar condições para que o utilizador do relatório avalie em que medida a organização relatora incluiu as informações e indicadores contidos nas Directrizes da GRI, pelo que deverá identificar a localização das seguintes informações:

⁹⁷ GRI, 2002, p.50

⁹⁸ GRI, 2002, p.54

- Visão e Estratégia: 1.1 e 1.2
- Perfil: 2.1 a 2.22
- Estrutura de Governo e Sistemas de Gestão: 3.1 a 3.20
- Indicadores de Desempenho Essenciais (e explicação para qualquer omissão)
- Indicadores Complementares que a organização decida incluir no seu relatório

5. Indicadores de Desempenho: Esta secção apresenta 96 indicadores de desempenho⁹⁹ agrupados nas três grandes dimensões do modelo convencional de desenvolvimento sustentável e têm como finalidade facilitar o manuseamento da informação. Encontram-se divididos em categorias e aspectos (Quadro 18) baseados na terminologia utilizada pelas normas ISO 14000 e pelo WBCSD.

Os indicadores dividem-se ainda em:

- Indicadores Essenciais (ou centrais) – os que têm uma aplicação universal em todos os negócios, independentemente do sector, localização ou outros atributos.
- Indicadores Complementares (ou adicionais) – os que podem não ser relevantes ou aplicáveis a todas as organizações, uma vez que se prendem com atributos, tais como, o sector de actividade da empresa, a sua localização geográfica ou as preocupações específicas das partes interessadas.

Limitar os indicadores de desempenho a estas três categorias pode, todavia, implicar perda de informação, pois o avanço no desenvolvimento sustentável requer uma quarta dimensão de informação - o desempenho integrado. E uma vez que existe um relacionamento único entre cada organização e os sistemas em que opera, a GRI não identificou um conjunto normalizado de indicadores integrados de desempenho. No entanto, recomenda que cada empresa, em colaboração com as partes interessadas, avalie o seu próprio negócio e determine quais os indicadores específicos que lhe são aplicáveis e úteis, tanto à gestão como aos diversos interessados externos e internos, devendo reflectir as questões chave de âmbito social, ambiental e económico das suas operações, produtos e/ou serviços incluindo os impactos directos e indirectos originados na cadeia de fornecedores.

⁹⁹ GRI, 2002, p.54

Quadro 18: Indicadores Essenciais e Complementares GRI 2002

Dimensão	Categoria	Aspecto	Indicadores Essenciais	Indicadores Complementares
Económica	Impactos Directos	Clientes	EC1, EC2	
		Fornecedores	EC3, EC4	EC11
		Colaboradores	EC5	
		Investidores	EC6, EC7	
		Sector público	EC8, EC9, EC10	EC12
	Indirectos			EC13
Ambiental	Ambiental	Materiais	EN1, EN2	
		Energia	EN3, EN4	EN17, EN18, EN19
		Água	EN5	EN20, EN21, EN22
		Biodiversidade	EN6, EN7	EN23, EN24, EN25, EN26, EN27, EN28, EN29
		Emissões, Efluentes Resíduos	EN8, EN9, EN10, EN11, EN12, EN13	EN30, EN31, EN32
		Fornecedores		EN33
		Produtos, Serviços	EN14, EN15	
		Concordância	EN16	
		Transporte		EN34
		Total		EN35
Social	Práticas Laborais e Condições de Trabalho	Emprego	LA1, LA2	LA11
		Trabalho e Rel. Laborais	LA3, LA4	LA13
		Saúde e Segurança	LA5, LA6, LA7, LA8	LA14, LA15
		Formação e Educação	LA9	LA16, LA17
	Direitos Humanos	Diversidade Oportunidade	LA10, LA11	
		Trabalho e Rel. Laborais	HR1, HR2, HR3	HR8
		Não Discriminação	HR4	
		Liberdade de Associação	HR5	

Social (continuação)	Direitos Humanos (continuação)	Trabalho Infantil	HR6	
		Trabalho Forçado e Compulsório	HR7	
		Práticas Disciplina		HR9, HR10
		Práticas Segurança		HR11
		Direitos Indígenas		HR12, HR13, HR14
	Sociedade	Comunidade	SO1	SO4
		Suborno e Corrupção	SO2	
		Contribuições Políticas	SO3	SO5
		Concorrência e Preços		SO6, SO7
	Responsabilidade sobre os Produtos	Saúde e Segurança do Consumidor	PR1	PR4, PR5, PR6
		Produtos e Serviços	PR2	PR7, PR8
		Publicidade		PR9, PR10
		Respeito pela Privacidade	PR3	PR11

Fonte: Global Reporting Initiative, 2002

Indicadores de Desempenho Económico

As organizações afectam de muitas formas as economias em que actuam, nomeadamente através da utilização de recursos e criação de bem-estar. Os aspectos económicos da sustentabilidade estão relacionados com os impactos que uma organização causa nas circunstâncias económicas das suas partes interessadas, assim como nos sistemas económicos locais, nacionais e mundiais.

Em termos gerais, o desempenho económico abrange todos os aspectos das interacções económicas da organização, incluindo as tradicionais medidas utilizadas na contabilidade financeira, bem como os intangíveis, que não são sistematicamente incluídos nos balanços financeiros. Os tradicionais indicadores financeiros centram a sua análise na rentabilidade de uma organização, com o objectivo de informar a sua direcção e os seus accionistas. Por seu lado, os indicadores económicos considerados no

contexto dos relatórios de sustentabilidade centram-se no modo como a organização afecta economicamente as partes interessadas com as quais interage directa ou indirectamente, facilitando a compreensão dos impactos intangíveis da organização. Por essa razão, o foco da avaliação de desempenho económico não se centra nas mudanças da condição financeira da própria organização, mas sim nas mudanças observadas no estatuto económico das partes interessadas em consequência das suas actividades.

Indicadores de Desempenho Ambiental

A dimensão ambiental da sustentabilidade diz respeito aos impactos ambientais que as empresas produzem ao nível local, regional, nacional e internacional e que afectam os ecossistemas, a terra, o ar, a água e a biodiversidade. A utilização empresarial de indicadores ambientais evoluiu bastante nos últimos anos tendo-se verificado um amplo consenso em torno dos indicadores propostos pela GRI.

A informação sobre a actuação ambiental pode ser apresentada em valores absolutos ou em medidas normalizadas (consumo de recursos por unidade de produção). Os indicadores absolutos oferecem uma visão da proporção ou magnitude do impacto permitindo ao utilizador considerar a actuação da organização num contexto mais amplo. Por seu lado, as medidas normalizadas para além de ilustrarem a eficiência das organizações, permitem comparar o seu desempenho mesmo que a dimensão seja diferente.

Indicadores de Desempenho Social

A dimensão social da sustentabilidade está relacionada com os impactos que uma organização causa nos sistemas sociais onde actua e dada a diversidade das situações sociais que enfrentam, só por consulta às partes interessadas é que as empresas podem garantir que os impactos sociais relatados são os mais adequados e representativos.

A GRI seleccionou indicadores que identificam aspectos essenciais de desempenho relacionados com práticas laborais, direitos humanos e aspectos mais amplos que afectam os consumidores, as comunidades e outras partes interessadas da sociedade. Os aspectos específicos para práticas laborais e desempenho em direitos humanos baseiam-se em padrões internacionalmente reconhecidos, como as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e instrumentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.

Existe uma diferença substancial entre o carácter de alguns dos indicadores de desempenho social e os que reflectem a actuação económica e ambiental. Muitos dos elementos analisados pelas medidas de actuação social não se podem quantificar facilmente, consistindo em estimações qualitativas sobre os sistemas e operações da organização, que englobam políticas, procedimentos e práticas de gestão.

Capítulo 3

O Relato da Sustentabilidade Empresarial: Evidência empírica nas empresas cotadas em Portugal

Como vimos no capítulo 1, aspectos como a globalização, responsabilidade social, transparência, *corporate governance*, cidadania e sustentabilidade empresarial, centram os debates em matéria de política e gestão administrativa no seio de muitas organizações e nos países em que estas actuam. O domínio global do conceito de sustentabilidade abriu um novo debate em todas as ciências sociais. À Contabilidade acrescentou um novo desafio teórico e a responsabilidade de captar e divulgar adequadamente este tipo de informação, podendo-se identificar um novo marco conceptual a que já se chama Contabilidade para o Desenvolvimento Sustentável (Bebbington, 2001).

As preocupações com *stakeholders*, a crescente discussão sobre ética nos negócios, a responsabilidade social das empresas e o aumento da importância do investimento ético, criaram a necessidade de uma nova contabilidade, com novos métodos, que permita informar as organizações e os seus participantes sobre estes assuntos (Gray, 1998).

O Relato da Sustentabilidade Empresarial ou *Triple Bottom Line* (Elkington, 1997; Gray e Milne, 2004; Larrinaga *et al*, 2008; Guthrie e Hacking, 2008) é o novo desafio da contabilidade e dos relatórios empresariais, constituindo um campo de investigação em crescente desenvolvimento.

As tendências actuais indicam uma nova forma para comunicar as questões sociais e ambientais (Bebbington e Gray, 1997; Larrinaga *et al*, 2002, Kolk 2004, 2005; Larrinaga *et al*, 2008). São cada vez mais as empresas que produzem relatórios que, apesar da sua variedade de denominações (relatórios sociais e ambientais, relatórios de sustentabilidade, relatórios de responsabilidade social corporativa, *triple bottom line report*), divulgam informação dos seus impactos sociais e ambientais (Guthrie e Hacking, 2008; KPMG, 2008).

Esta tendência é também confirmada nos estudos que desde 1993 a consultora KPMG tem vindo a publicar sobre as tendências das maiores empresas mundiais relativamente ao relato dos aspectos que caracterizam a sustentabilidade empresarial. O mais recente (KPMG, 2008), que incluiu pela primeira vez Portugal, tem como amostra as organizações presentes no índice *Global Fortune 250* (G250) e as 100 maiores empresas nacionais (N100) de 22 países industrializados. Este estudo conclui que 83% das empresas do grupo G250 divulgam regularmente informação sobre temas ambientais, sociais e de governo corporativo, enquanto que em 2005 (KPMG, 2005) apenas cerca de 50% o faziam. Deste universo 79% das empresas optaram por produzir relatórios autónomos e apenas 4% integraram este tipo de informação nos seus relatórios anuais. Por sua vez, no grupo N100 a média de empresas que produzem relatórios autónomos é de 45% (contra 33% em 2005), correspondendo às empresas Portuguesas 49% (contra apenas 10% em 2005¹⁰⁰). Outro facto assinalável deste estudo é que a maioria das empresas (77% no grupo G250 e 69% no grupo N100) usam os documentos apresentados pela *Global Reporting Initiative*¹⁰¹ (GRI) como modelo para a elaboração e definição do conteúdo dos seus relatórios.

Na mesma linha, a base de dados *CorporateRegister.com*¹⁰² indica que o número de organizações que produziu o seu relatório de sustentabilidade com base nas directrizes GRI tem crescido significativamente nos últimos anos. Dos 1412 relatórios publicados em 2002, apenas 1,6% utilizaram as directrizes GRI, enquanto que em 2008,

¹⁰⁰ KPMG (2006) Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal. KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Portugal.

¹⁰¹ A *Global Reporting Initiative* é uma iniciativa internacional cuja missão é elaborar e difundir Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. O primeiro esboço foi apresentado pela GRI em 1999, sendo efectivamente lançado em 2000. Logo de imediato foi iniciado um processo de revisão que culminou na publicação das directrizes GRI2002, conhecidas por G2, sendo estas, na versão portuguesa editada em 2004, as que foram consideradas neste estudo. Em 2006 foi lançada a terceira versão denominada “G3”.

¹⁰² Dados obtidos em 14.03.2009.

entre 3139 publicações, cerca de 35% das empresas mencionam o seu uso na elaboração do relatório. Estes dados demonstram que as empresas aderem significativamente ao único modelo internacional de relato da sustentabilidade, e começam a transformá-lo na tradução prática da sustentabilidade empresarial (Moneva *et al*, 2006).

Neste capítulo pretendemos obter evidência empírica sobre a divulgação de informação empresarial de sustentabilidade, disponibilizada no exercício de 2005 pelas empresas que constituem a amostra, com os seguintes objectivos:

- Verificar as práticas de relato das empresas cotadas em Portugal;
- Analisar o grau de divulgação de informação sobre sustentabilidade;
- Identificar os indicadores económicos, ambientais e sociais mais relevantes para cada sector de actividade.

Para tal, na primeira parte do capítulo é efectuada uma análise a diversos estudos prévios que fundamentam e suportam a realização do nosso trabalho. Na segunda, caracteriza-se a amostra seleccionada, as fontes de informação e descreve-se a metodologia utilizada na investigação, incluindo a classificação das empresas por sector de actividade e as categorias usadas na análise de conteúdo. Por último apresenta-se os resultados obtidos.

1. Revisão da Literatura Empírica

Desde finais do século XIX que as empresas divulgam informação voluntária de carácter social e ambiental nos seus relatórios (Hogner, 1982; Guthrie e Parker, 1989). No entanto, só no final dos anos 60 é que apareceram as primeiras referências sobre matérias sociais e ambientais na investigação em contabilidade, introduzidas por Cheit (1964) que questionou o papel das empresas na sociedade e analisou as questões éticas, legais, económicas e sociais das suas actividades.

Numa primeira fase os investigadores concluíram que estas informações constavam do relatório de contas (Ernst e Ernst, 1972-1978; Guthrie e Parker, 1989, 1990), verificando-se a partir dos anos 90 um aumento na divulgação de informação social e ambiental, um pouco por todo o globo, tanto em relatórios anuais, como por adopção de relatórios específicos (Guthrie e Parker, 1990; Harte e Owen, 1991; Gray *et al*, 1995a; Hackston e Milne, 1996; Adams *et al*, 1998; Deegan e Gordon, 1996; Milne e Adler, 1999; Tilt, 2001; Deegan *et al*, 2002, Kolk 2004).

Embora existam algumas comparações internacionais (Guthrie e Parker, 1990; KPMG, 1993-2008; Larrinaga *et al*, 2008), os estudos que seguem esta linha de investigação, tendem a limitar o seu âmbito a uma amostra de empresas cotadas em determinado país (Guthrie e Mathews, 1985; Harte e Owen, 1991; Gray *et al*, 1995b; Deegan e Gordon, 1996; Tilt, 1997, 2001; Larrinaga *et al*, 2002; Bebbington e Thomson, 2005; Davidson e Wilson, 2006; Haniffa e Cooke, 2005; Branco e Rodrigues, 2005, 2008a).

A maioria dos estudos concluiu que as empresas de maior dimensão são as responsáveis por uma maior quantidade e qualidade da informação ambiental e social divulgada (Patten, 1991; Hackston e Milne, 1996; Adams *et al*, 1998; Moneva e Llena 2000; Archel, 2003; Larrinaga *et al*, 2008). Estas empresas, para além de terem de cumprir obrigações legais relacionadas com a comunicação das suas actividades (Tilt, 1994; Wilmshurst e Frost, 2000) são simultaneamente as que se encontram mais visíveis e sujeitas a pressões públicas e da comunicação social (Patten, 1991; Gray *et al*, 1995a; Deegan e Gordon, 1996; Bansal, 2005) o que poderá justificar maior divulgação de informação.

Alguns autores detectaram a existência de diferenças significativas, quer na quantidade quer na qualidade da informação divulgada, em função do sector de

actividade (Deegan e Gordon, 1996; Hackston e Milne, 1996; Adams *et al*, 1998; Tilt, 1997; Deegan *et al*, 2002; Archel, 2003; Kolk 2004, 2005; Branco e Rodrigues, 2008a) devido a legislação de cumprimento obrigatório e à crescente consciência do impacto das empresas no meio, correspondendo às empresas de alto impacto ambiental a maior divulgação de informação. No entanto, os sectores considerados “mais limpos”, designadamente o sector financeiro, serviços, comunicação e média, têm conhecido um incremento de divulgação destas matérias superior ao verificado nos sectores considerados tradicionalmente como de maior impacto (Kolk 2004, 2005; Branco e Rodrigues, 2008b).

Em Portugal a investigação sobre sustentabilidade empresarial começa a dar os primeiros passos, podendo-se distinguir entre estudos que incidem sobre a dimensão ambiental do relato empresarial (Ferreira, 2004; Monteiro e Guzmán, 2005; Rodrigues *et al*, 2005; Roque e Cortez, 2006; Branco *et al*, 2008) e os que analisam o relato da responsabilidade social (Abreu *et al*, 2005; Dias-Sardinha e Reijnders, 2005; Branco e Rodrigues, 2005, 2006, 2008a,b).

2. Metodologia e Desenho da Investigação

2.1 Obtenção de Dados

Para seleccionar a informação de sustentabilidade divulgada pelas empresas que constituem a amostra analisámos toda a informação, obrigatória ou voluntária, disponível na *Internet* em qualquer formato para *download*, uma vez que permite ao utilizador guardar os relatórios para comparações futuras. O uso da *Internet* é actualmente considerado como um importante meio para as empresas comunicarem aos *stakeholders* os aspectos da sua sustentabilidade (Patten, 2002; Campbell e Beck, 2004; Epstein, 2004; Branco e Rodrigues, 2008b). Esta opção, para além de ter em consideração a utilização de múltiplas designações nos relatórios empresariais, justifica-se pelo carácter exploratório da investigação, e fundamenta-se no estudo da KPMG Portugal (KPMG, 2006) onde consta que 61% das empresas inquiridas produziram relatórios autónomos, 31% utilizaram secções específicas incluídas no relatório de contas e 8% divulgaram informação exclusivamente no seu *website*.

Numa primeira fase recolheu-se toda a informação disponível na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), designadamente Relatórios de Contas e Relatórios de Governo de Sociedade¹⁰³ relativos a 2005. Posteriormente, pesquisámos os relatórios disponíveis na base de dados *CorporateRegister.com* e verificámos o conteúdo dos *websites* das empresas que constituem a amostra, tendo-se obtido os ficheiros relativos a Relatórios Anuais, Relatórios de Gestão, Relatórios Ambientais, Relatórios de Responsabilidade Social e Relatórios de Sustentabilidade. Uma vez que o conceito de divulgação voluntária de informação não impõe qualquer data, e atendendo a que por vezes as empresas produzem relatórios relativos a mais que um exercício económico, este processo foi realizado sistematicamente ao longo de 2006 e 2007.

A escolha do ano em análise, um ano após a apresentação da versão Portuguesa das directrizes GRI2002 em Portugal (GRI, 2004), permite supor maior divulgação de informação de carácter social e ambiental. Trata-se também do ano imediatamente anterior à alteração do Código das Sociedades Comerciais¹⁰⁴, à entrada em vigor da

¹⁰³ Regulamento n.º 10 - Governo das Sociedades e Deveres de Informação (2005), CMVM, Lisboa

¹⁰⁴ O art. 66º do Código das Sociedades Comerciais, revisto em 2006 pelo Decreto-lei n.º 76-A, 29.03, refere a obrigação de relato de matérias não financeiras, especificamente de aspectos ambientais e sociais.

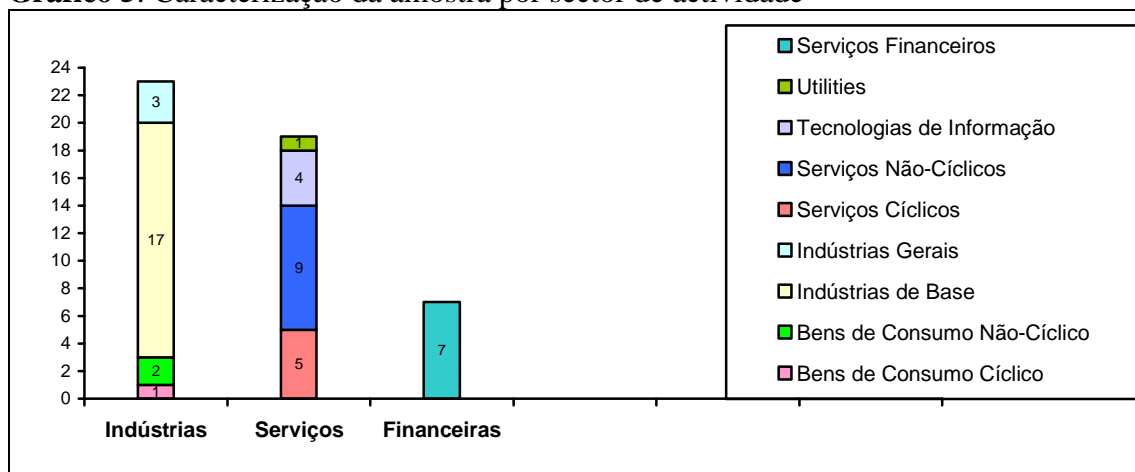
Directriz Contabilística n.º 29¹⁰⁵ e à publicação das Directrizes G3 (GRI, 2006) permitindo que em estudos futuros seja possível verificar o impacto da regulação na divulgação deste tipo de matérias e simultaneamente comparar os resultados com estudos que usem o modelo G3.

2.2 Selecção e Caracterização da Amostra

No presente estudo analisámos a informação disponibilizada pelas empresas cotadas no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa no exercício de 2005, num total de 49 empresas¹⁰⁶, uma vez que constituem uma amostra de diversos sectores de actividade que representa as maiores empresas portuguesas. Dado o carácter exploratório da presente investigação não foram consideradas influências externas ao país, nem investigado o nível de associação entre empresas fora do mercado de capitais.

Como existem evidências empíricas que apontam para a existência de diferenças significativas quanto à quantidade e qualidade da informação divulgada em função do sector de actividade classificaram-se as empresas em sectores utilizando o FTSE Global Classification System (gráfico 5). As empresas pertencentes aos sectores FTSE 10 a 40 foram agrupadas na categoria “Indústrias”, as empresas pertencentes ao sector FTSE 80 constituem a categoria “Financieiras” e os sectores FTSE 50 a 90 (excluindo o sector 80) foram agrupados na categoria “Serviços”.

Gráfico 5: Caracterização da amostra por sector de actividade



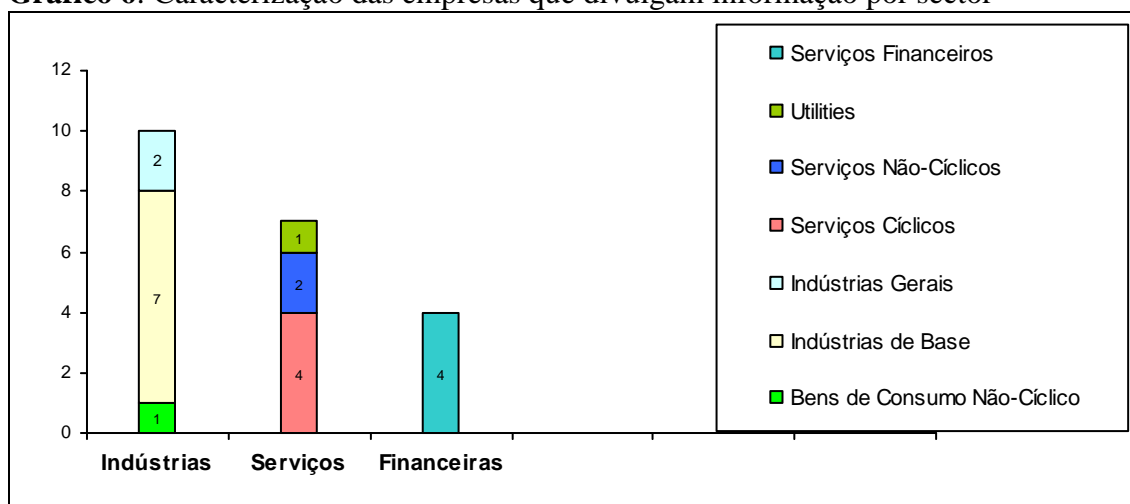
¹⁰⁵ A Directriz Contabilística 29 - Matérias Ambientais, publicada em 2002, foi homologada em Junho de 2004 e publicada em Diário da Republica em Abril de 2005, sendo a sua aplicação obrigatória 01.01.2006.

¹⁰⁶ Das 51 empresas cotadas no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa no exercício de 2005 eliminaram-se as Sociedades Anónimas Desportivas por terem um período de relato não coincidente com ano civil.

Num segundo momento, centramos a investigação nas empresas que de facto divulgam informação relacionada com Sustentabilidade de forma a responder ao segundo objectivo da investigação, efectuou-se a revisão de toda a documentação obtida e excluíram-se as empresas que apenas divulgaram informação financeira e de governo corporativo de carácter obrigatório. Neste processo foram eliminadas 28 empresas, 55% da amostra, resultado que indicia que a divulgação de informação relativa à sustentabilidade empresarial não está na agenda da maioria das empresas cotadas em Portugal.

Neste novo grupo de 21 empresas (gráfico 6), 10 pertencem ao sector industrial (47,6%), 7 empresas pertencem ao sector dos serviços (33,3%) e 4 ao sector financeiro (19,1%). É ainda assinalável o facto de terem sido eliminadas as quatro empresas que inicialmente representavam o sector de Tecnologias de Informação, bem como a única que representava os Bens de Consumo Cíclico.

Gráfico 6: Caracterização das empresas que divulgam informação por sector



2.3 Análise de Conteúdo

Com o objectivo de analisar a informação disponibilizada pelas empresas, utilizou-se a metodologia aplicada com mais frequência na investigação empírica em Contabilidade Social e Ambiental (ver, por exemplo, Gray et al 1995a), a Análise de Conteúdo (Krippendorf, 1980; Zéghal e Ahmed, 1990; Adams *et al*, 1995; Gray, *et al* 1995b; Hackston e Milne, 1996; Bebbington e Gray, 1997; Milne e Adler, 1999; Moneva e Llena, 2000; Raar, 2002; Gallego, 2006; Larrinaga *et al*, 2008; Branco e Rodrigues, 2008a, b).

A Análise de Conteúdo é uma técnica de obtenção de dados que consiste em codificar informação literária qualitativa em categorias de escalas quantitativas com vários níveis de complexidade (Abbott e Monsen, 1979). O nosso estudo utiliza um método particular de análise de conteúdo designado por análise de conteúdo temática (Jones e Shoemaker 1994) que requer o desenho e definição de regras de classificação, quantificação e recolha dos dados que serão utilizados (Milne e Adler 1999). Esta técnica de análise consiste em detectar a presença (valor 1) ou ausência (valor 0) de informação em função de atributos ou categorias previamente definidas (Guthrie e Mathews, 1985; Archel, 2003; Haniffa e Cooke, 2005).

Para realizar uma correcta análise de conteúdos é necessário realizar várias etapas, que se iniciam com a definição do tipo de informação a procurar. Neste estudo, tendo em conta o seu objectivo, consistiu em determinar a informação de sustentabilidade empresarial divulgada pelas empresas que constituem a amostra. Nesta fase, como referimos na caracterização da amostra, excluámos 28 empresas por se considerar que não divulgavam qualquer tipo de informação relativa à sua sustentabilidade para além da decorrente da informação financeira e de governo corporativo obrigatória.

Na etapa seguinte, após analisar a documentação considerada pertinente, iniciou-se o processo de classificação, codificação e quantificação. As Directrizes GRI2002, designadamente a Parte C - Conteúdo do Relatório, foram utilizadas para definir um cenário de classificação objectivo em função do tipo de texto que pretendemos analisar (Gray *et al*, 1995b; Raar, 2002; Larrinaga *et al*, 2008, Clarkson *et al*, 2008). A Tabela 1 ilustra as categorias de informação consideradas para a análise de conteúdo¹⁰⁷.

Tabela 1 – Categorias e Conteúdo

Categorias	Conteúdo
Visão e Estratégia	<p>De acordo com o descrito no ponto 1 do Conteúdo do Relatório Modelo GRI:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Declaração da visão e da estratégia da organização no que se refere à sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. - Declaração do Conselho de Administração ou do Presidente (ou autoridade equivalente), com descrição dos pontos principais do relatório.

¹⁰⁷ Para mais detalhe sobre as regras de classificação e sobre os itens das categorias utilizadas na análise de conteúdo ver o anexo 1.

Perfil	<p>De acordo com os itens previstos no ponto 2 do Conteúdo do Relatório Modelo GRI, divididos por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Perfil Organizacional: 2.1 a 2.9 - Âmbito do Relatório: 2.10 a 2.16 - Perfil do Relatório: 2.17 a 2.22
Estrutura de Governo e Sistemas de Gestão	<p>De acordo com os itens previstos no ponto 3 do Conteúdo do Relatório Modelo GRI, divididos por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura de Governo: 3.1 a 3.8 - Participação das Partes Interessadas: 3.9 a 3.12 - Políticas e Sistemas de Gestão: 3.13 a 3.20
Indicadores de Desempenho	<p>De acordo com os itens previstos no ponto 5 do Conteúdo do Relatório Modelo GRI, divididos por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de Desempenho Económico: EC1 a EC13 - Indicadores de Desempenho Ambiental: EN1 a EN35 - Indicadores Sociais, divididos em: <ul style="list-style-type: none"> - Práticas Laborais e Condições Trabalho: LA1 a LA 17 - Direitos Humanos: HR1 a HR14 - Sociedade: SO1 a SO7 - Responsabilidade sobre o Produto: PR1 a PR11

A este género de investigação está sempre associado alguma subjectividade de classificação em função do carácter humano de quem a executa. Uma forma de garantir a fiabilidade do processo de classificação e codificação é analisar a sua estabilidade. A estabilidade, também conhecida por “fiabilidade do observador”, “congruência” ou “consistência”, é o grau em que a classificação permanece invariável ao longo do tempo. No nosso caso, uma vez que se trata de um só investigador, voltámos a analisar o trabalho após algum tempo e comparamos as classificações atribuídas com o objectivo de verificar se obtínhamos consistência nos resultados (Krippendorf, 1980; Haniffa e Cooke, 2005). Para calcular a fiabilidade, embora existam outros métodos (Coeficiente pi de Scott; Kapa de Cohen, Lambda de Perreault e Leign), utilizou-se o coeficiente α de Krippendorf, por ter sido o mais utilizado neste tipo de estudos. Embora não exista um acordo univesal sobre o valor que α deverá ter, a literatura prévia considera que a partir de 0,8 (Guthrie e Mathews, 1985) ou 0,75 (Milne e Adler, 1999) pode-se considerar que os resultados são fiáveis. Na presente investigação obteve-se um α de Krippendorf de 0,82, isto é 82% de fiabilidade.

De forma a medir o grau de divulgação empresarial de informação relacionada com a sustentabilidade, e com o objectivo de possibilitar a análise e comparabilidade

entre os diferentes sectores de actividade (uma vez que a dimensão de cada grupo é diferente) optámos por desenvolver, por categoria de informação, um índice de divulgação (Patten, 1991; Gray *et al*, 1995b, Hackston e Milne, 1996; Adams *et al*, 1998; Archel, 2003; Branco e Rodrigues, 2008a) ponderado por sector de actividade. Esta metodologia, que enfatiza a amplitude em detrimento da extensão da informação, parece-nos mais adequada que outras alternativas que visam medir a quantidade de informação mediante a contagem do número de páginas (O’Dwyer, 2001), frases (Hackston e Milne, 1996; Tilt, 1997; Raar, 2002) ou palavras (Deegan e Gordon, 1996; Wilmshurt e Frost, 2000).

Este índice foi calculado para as distintas secções do GRI2002 (excepto índice) e obteve-se através da divisão do somatório da pontuação obtida pelas empresas de cada sector nos vários atributos que constituem cada categoria de informação, pelo número máximo de pontos possíveis, conforme se descreve:

$$ID_i = \frac{\sum_{j=1}^e e_j}{e}$$

- Onde: **ID_i** Índice de Divulgação do sector de actividade i
- e_j** Atributo j em análise (variável dummy com valor 1 se a empresa divulga informação e valor 0 se não divulga)
- e** Número máximo de pontos possíveis (resulta da multiplicação do número de empresas que constitui cada sector de actividade pela pontuação máxima possível de cada categoria de informação)

A pontuação máxima que cada empresa pode obter é de 150 pontos, dividida de acordo com as categorias de informação previamente definidas em função do número de *itens* que a constituem (Tabela 2).

Tabela 2 – Pontuação por Categoria de Informação

Categorias de Informação	Pontuação Máxima
Visão e Estratégia	11
Perfil	22
Perfil da Organização	9
Alcance do Relatório	7
Perfil do Relatório	6
Estrutura Governo e Sistemas Gestão	20
Estrutura de Governo	8
Relações com as Partes Interessadas	4
Políticas Globais e Sistemas de Gestão	8
Indicadores de Desempenho	97
Indicadores Económicos	13
Indicadores Ambientais	35
Indicadores Sociais	49

Para cumprir o terceiro objectivo da investigação, a informação disponível foi classificada de acordo com os indicadores económicos, sociais e ambientais previstos no GRI2002, obtendo-se por sector de actividade a percentagem de empresas que divulga cada um dos indicadores (Moneva e Llena, 2000; Gallego, 2006).

3. Análise e Discussão dos Resultados

Esta secção encontra-se subdividida em 3 pontos de forma a caracterizar e responder aos objectivos previamente definidos:

- Verificar as tendências e práticas de relato das empresas cotadas na Bolsa de Valores Portuguesa durante o exercício de 2005;
- Analisar o grau de divulgação de informação sobre sustentabilidade;
- Identificar os indicadores económicos, ambientais e sociais mais relevantes para cada sector de actividade.

3.1 Práticas de Relato das empresas cotadas em Portugal

No exercício de 2005 verifica-se que 38 das empresas em análise (77,6%) divulgaram informação exclusivamente através da publicação de um único relatório anual (com ou sem informação relativa a aspectos económicos, ambientais e sociais), 3 empresas (6,1%) apresentaram relatório ambiental independente, apenas 1 empresa (2,0%) optou pela designação de relatório de responsabilidade social e 7 empresas (14,3%) utilizaram a designação de relatório de sustentabilidade.

Na análise prévia ao conteúdo dos 38 Relatórios Anuais relativos a 2005, verificámos que apenas 10 empresas mencionam em secções específicas dos relatórios, sob diversas designações, informação relacionada com a sua sustentabilidade. A Tabela 3 apresenta por grupo de indústria o tipo de relatório utilizado em 2005 pelas 21 empresas que divulgaram matérias sociais, ambientais e económicas nos seus relatórios.

Tabela 3: Tipo de Relatório utilizado pelas empresas cotadas em 2005

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras		% Amostra	
	N 49	N 21	N 49	N 21	N 49	N 21	N 49	N 21
R. Anual	18	5	15	3	5	2	77,55	47,62
R. Ambiental	3	3	0	0	0	0	6,12	14,29
R. Responsabilidade Social	0	0	1	1	0	0	2,04	4,76
R. Sustentabilidade	2	2	3	3	2	2	14,29	33,33

Os resultados obtidos permitem os seguintes comentários:

- Da amostra inicial, apenas 42,9% das empresas (21) têm o tema presente nos seus relatórios (embora algumas com pouco pormenor).
- No grupo das empresas 21 empresas que divulgam informações de sustentabilidade verifica-se que 47,6% utilizaram secções específicas (sob diversas denominações) do relatório anual e 33% utilizaram a designação de relatório de sustentabilidade.
- As 7 empresas que publicaram Relatório de Sustentabilidade, e uma que apresentou Relatório Anual, fazem menção da utilização do modelo proposto pela GRI2002.
- O sector industrial foi o único onde se assistiu à publicação de Relatórios Ambientais autónomos, num total de 3, sendo também publicados neste sector 2 Relatórios de Sustentabilidade.
- Dos 4 relatórios que formam o sector das empresas financeiras, 3 foram elaborados de acordo com o GRI2002, embora apenas 2 tenham optado pela designação de Relatório de Sustentabilidade.
- O grupo das empresas de serviços é responsável pela publicação de 3 Relatórios de Sustentabilidade e pelo único designado como Relatório de Responsabilidade Social.

3.2 Índice de Divulgação de Informação sobre Sustentabilidade

Após recolha e análise ao conteúdo dos diversos relatórios processaram-se estatisticamente os dados obtidos mediante a utilização do programa informático SPSS (versão 13 para *windows*). A Tabela 4 apresenta a quantidade de empresas que divulgaram informação e o valor obtido no índice de divulgação por sector de actividade e por categoria de conteúdo.

Tabela 4: Índice de Divulgação por Sector de Actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	<i>n</i>	<i>Índice</i>	<i>n</i>	<i>Índice</i>	<i>n</i>	<i>Índice</i>
Categorias de Informação						
Índice de Divulgação Global por Sector	10	0,39	7	0,46	4	0,56
Visão e Estratégia	6	0,51	7	0,78	4	0,84
Declaração do Presidente	6	0,50	7	0,76	4	0,79
Visão e Estratégia	6	0,47	6	0,80	4	0,90
Perfil	10	0,77	7	0,82	4	0,91
Perfil da Organização	10	0,92	7	0,90	4	0,94
Alcance do Relatório	10	0,79	7	0,84	4	0,93
Perfil do Relatório	10	0,53	7	0,67	4	0,83
Estrutura Governo e Sistemas Gestão	10	0,56	7	0,71	4	0,89
Estrutura de Governo	10	0,69	7	0,77	4	0,94
Relações com as Partes Interessadas	9	0,33	4	0,57	4	0,81
Políticas Globais e Sistemas de Gestão	9	0,55	6	0,73	4	0,88
Indicadores de Desempenho	10	0,26	7	0,30	4	0,38
Indicadores Económicos	10	0,46	7	0,52	4	0,58
Indicadores Ambientais	8	0,31	3	0,26	3	0,25
Indicadores Sociais	8	0,18	5	0,27	4	0,42
Práticas Laborais, Condições Trabalho (LA)	8	0,37	5	0,45	4	0,56
Direitos Humanos (HR)	2	0,06	2	0,18	2	0,36
Sociedade (SO)	4	0,13	3	0,27	3	0,36
Responsabilidade sobre Produto (PR)	3	0,05	3	0,09	2	0,34

Apreciação Global

- O índice de divulgação global por sector de actividade apresenta valores que globalmente se podem considerar baixos indiciando que a quantidade e qualidade da informação de sustentabilidade divulgada pelas empresas cotadas em Portugal ficam aquém do desejável.

- Por sector de actividade verifica-se que as empresas do sector financeiro com um índice de divulgação de 0,56 obtêm a melhor performance no relato da sua sustentabilidade, seguidas pelas empresas de serviços com 0,46 no índice de divulgação. Por sua vez, e bastante distante da pontuação média, as empresas do sector industrial obtêm um índice de divulgação global de apenas 0,39.

Visão e Estratégia

- Apesar da maioria dos relatórios incluir uma declaração do presidente ou da administração, nem sempre esta está relacionada com a sustentabilidade da empresa. Nestes casos, e de acordo com as categorias de informação previstas neste estudo, apenas se consideraram declarações relativas às dimensões da sustentabilidade.
- Mais uma vez, as empresas que divulgam maior quantidade de informação são as empresas do sector financeiro (0,84), seguidas de perto pelas empresas de serviços (0,78). As empresas industriais, destacam-se pela negativa, apresentando o valor mais baixo da categoria (0,51).

Perfil

- Globalmente esta categoria de informação, por comparação com as restantes, foi a que obteve melhores resultados que, embora elevados, não surpreendem quando atendemos ao tipo de informação requerida no GRI2002.
- Os resultados apontam para diferenças significativas nos aspectos que constituem o Perfil. Se na apresentação do Perfil da Organização obtivemos valores próximos do máximo possível, já no que respeita ao Perfil do Relatório nota-se uma descida acentuada, com as empresas industriais a divulgar pouco mais de metade da informação classificável (0,53). A dificuldade em delimitar determinados aspectos do negócio e do próprio conceito de sustentabilidade, bem como o limite da própria responsabilidade, são certamente factores impeditivos.
- O sector financeiro apresenta pontuações muito próximas do total, o que se esperava, uma vez que 3 das 4 das empresas que constituem este grupo utilizaram o modelo GRI2002.

Estrutura do Governo e Sistemas Gestão

- Verifica-se a existência de diferenças significativas, quer nos resultados obtidos entre as dimensões desta categoria, quer entre os distintos sectores de actividade. As empresas com melhor performance são as empresas do sector financeiro com um índice de divulgação de 0,89. As empresas de serviços apresentam um índice de divulgação de 0,71 e sector industrial regista apenas 0,56.
- Os resultados obtidos na Estrutura de Governo, categoria que obtém os melhores resultados em todos os sectores de actividade, podem-se justificar pela

existência de pontos de contacto entre os atributos constantes no modelo GRI2002 e os considerados no modelo de relatório de governo da sociedade recomendado pela CMVM (2005). As empresas financeiras revelam o melhor comportamento nesta categoria com 0,94 por oposição às empresas industriais com 0,69 no índice de divulgação.

- Quanto às Relações com os Interessados, verifica-se que esta dimensão, à excepção das empresas financeiras com 0,81, é a que obtém piores resultados atingindo o sector dos serviços 0,57 no índice de divulgação, com mínimo de 0,33 para as empresas industriais.

- Nas Políticas Globais e Sistemas de Gestão verifica-se que o sector industrial (0,55) é o que apresenta pior resultado no índice de divulgação, bastante distante do obtido pelas empresas de serviços (0,73) e pelas empresas financeiras (0,88).

Indicadores de Desempenho

- Constata-se que os resultados obtidos nos Indicadores de Desempenho, são globalmente baixos, não chegando em qualquer das actividades a metade do solicitado na GRI2002. Também nesta categoria se apreciam comportamentos distintos em função da dimensão e do sector de actividade em apreciação, destacando-se numa apreciação global as empresas financeiras com um índice de divulgação de 0,38 por oposição às empresas industriais com 0,26.

- Os indicadores económicos apresentam resultados superiores aos restantes indicadores. Esta conclusão era esperada uma vez que alguns dos indicadores que compõem este índice são de divulgação obrigatória no Relatório de Contas. O sector financeiro, com um índice de divulgação de 0,58, é mais uma vez aquele que obtém os melhores resultados. Os serviços e as indústrias obtiveram, respectivamente, uma classificação de 0,52 e 0,46.

- Globalmente, os indicadores ambientais obtiveram pontuações muito baixas, sobretudo nas empresas de serviços (0,26) e no sector financeiro (0,25). Por seu lado, as empresas industriais com 0,31 apresentam, embora com pouca distância, os valores mais elevados no índice de divulgação.

- O baixo impacto ambiental associado à actividade das empresas financeiras justifica o acentuado decréscimo verificado no índice de divulgação ambiental, uma vez que dos vários critérios classificáveis na análise de conteúdo, alguns não são aplicáveis directamente às suas operações (Archel, 2003).

- Mais difícil de explicar é o valor obtido pelas empresas industriais, pouco superior aos restantes sectores de actividade. Embora demonstre uma maior preocupação de divulgação das matérias ambientais, quando comparado com a divulgação dos aspectos sociais, permite concluir que as empresas do sector industrial não divulgam mais informação ambiental que as empresas pertencentes a outros sectores de actividade. Como sugerido por Clarke e Gibson-Sweet (1999), as operações de algumas empresas industriais, embora com impacto ambiental relevante, encontram-se distantes das percepções do consumidor final e da opinião pública, o que poderá justificar a não divulgação.
- Os indicadores sociais, com excepção das empresas financeiras, obtêm globalmente os piores resultados no índice de divulgação quando comparados com os obtidos pelos indicadores económicos e ambientais.
- O sector industrial com 0,18 apresenta o grau de divulgação mais baixo do estudo, o que poderá indiciar que o reforço da divulgação da componente ambiental relega para segundo plano os aspectos sociais.
- Por sua vez o inverso poderá ocorrer nas empresas financeiras, com um índice de divulgação dos aspectos sociais de 0,42, bastante superior ao observado nos indicadores ambientais (0,25). Estes resultados podem justificar-se pela alta visibilidade do sector perante clientes e comunidade (Clarke e Gibson-Sweet, 1999) e embora não se possam comparar directamente, são similares aos obtidos por Branco e Rodrigues (2008a).
- As empresas enquadradas no sector dos serviços apresentam um comportamento muito semelhante na divulgação de indicadores ambientais (0,26) e indicadores sociais (0,27).
- Em detalhe verifica-se que os indicadores relacionados com Práticas Laborais (LA) e os relativos à Sociedade (SO) se destacam em todos os sectores de actividade. Este resultado era em certa medida previsível pois verificámos que vários dos relatórios analisados incluíam secções específicas dedicados aos Recursos Humanos e à Comunidade. Por sua vez os indicadores relativos aos Direitos Humanos (HR) e à Responsabilidade sobre o Produto (PR) obtêm resultados globais bastante baixos, com as empresas industriais a obter valores muito próximos de zero. De acordo com Zéghal e Ahmed (1990) as empresas escolhem a informação que divulgam de acordo com o público-alvo a quem se dirige, incluindo nos relatórios destinados aos investidores informação sobre os

recursos humanos, enquanto utiliza outros meios de divulgação (páginas web e folhetos) para divulgar aspectos relacionados com produtos e comunidade.

3.3 Indicadores mais relevantes por Sector de Actividade

Para determinar quais os Indicadores de Desempenho mais relevantes para as empresas Portuguesas analisámos a informação constante nos relatórios com o objectivo de identificar a divulgação de indicadores previstos no GRI2002. Os indicadores de desempenho, em função das suas características, dividem-se em Indicadores Essenciais ou Centrais (os que têm uma aplicação universal em todos os negócios, independentemente do sector, localização ou outros atributos) e Indicadores Complementares ou Adicionais (os que podem não ser relevantes ou aplicáveis a todas as organizações por se referirem a atributos como o sector de actividade da empresa, localização geográfica ou preocupações específicas dos interessados). Dada a sua natureza esperamos maior divulgação de indicadores centrais do que de indicadores complementares.

Os resultados obtidos, embora não comparáveis directamente por se tratar de estudo que analisa exclusivamente relatórios empresariais elaborados de acordo com o modelo GRI2002, são similares aos obtidos por Gallego (2006) em empresas Espanholas cotadas.

As tabelas seguintes apresentam as percentagens obtidas por sector de actividade para cada um dos indicadores, apresentando-se conclusões por cada uma das dimensões da sustentabilidade empresarial.

3.3.1 Indicadores Económicos

A Tabela 5 apresenta a percentagem de divulgação de indicadores económicos por sector de actividade. Os indicadores económicos mais utilizados pelas empresas da amostra são os relativos a Clientes (EC1 e EC2), Fornecedores (EC3), Colaboradores (EC5), Investidores (EC6 e EC7) e Sector Publico (EC10), obtendo em todos os sectores de actividade representações próximas ou superiores a 60%.

Note-se que os indicadores considerados essenciais no modelo GRI2002, EC4, EC8 e EC9, bem como os indicadores complementares, EC11, EC12 e EC13 foram pouco divulgados pelas empresas, provavelmente por alguns deles não serem informações usuais nos relatórios de contas.

Tabela 5: Indicadores Económicos por Sector de Actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Clientes						
EC1. Vendas liquidas	10	1,00	7	1,00	4	1,00
EC2. Descrição geográfica mercados	6	0,60	4	0,57	2	0,50
Fornecedores						
EC3. Custos de todos os bens materiais e serviços adquiridos	6	0,60	4	0,57	2	0,50
EC4. Percentagem de contratos pagos em conformidade com o acordado	1	0,10	2	0,29	2	0,50
EC11. Descrição dos fornecedores por organização e país	1	0,10	1	0,14	1	0,25
Colaboradores						
EC5. Gastos salariais totais repartidos por países ou regiões	7	0,70	4	0,57	3	0,75
Investidores						
EC6. Distribuições aos investidores, repartidas por juros e dividendos	5	0,50	5	0,71	3	0,75
EC7. Aumento/diminuição dos resultados retidos no final do período	8	0,80	6	0,86	4	1,00
Sector Público						
EC8. Soma total de todos os tipos de impostos pagos, repartidos por países.	3	0,30	4	0,57	2	0,50
EC9. Subsídios recebidos, repartidos por países ou regiões	2	0,20	3	0,43	2	0,50
EC10. Donativos atribuídos repartidos por tipo e por grupo	7	0,70	6	0,86	3	0,75
EC12. Despesas totais em infra-estruturas para negócios não centrais	2	0,20	1	0,14	1	0,25
Impactos Económicos Indirectos						
EC13. Impactos económicos indirectos da organização	2	0,20	1	0,14	1	0,25

3.3.2 Indicadores Ambientais

As empresas do sector industrial (Tabela 6) divulgam nesta categoria mais informação ambiental que as empresas incluídas nos outros sectores de actividade, com especial preponderância nos indicadores essenciais relacionados com os Materiais (EN1 e EN2), Energia (EN3, EN4), Água (EN5) e Emissões, efluentes e resíduos (EN 8 a EN12). Quanto aos indicadores complementares, os mais utilizados, embora com

divulgação significativamente inferior à verificada nos indicadores essenciais, são os EN17, EN30 e EN35 com divulgação presente em pelo menos 30% das empresas que representam o sector.

Por seu lado, as empresas do sector financeiro optaram por divulgar quase em exclusivo informação considerada essencial, indiciando um comportamento muito próximo do mínimo exigível. Em alguns casos, como recomendado pela GRI, trata-se apenas da justificação para a ausência de informação relativa a indicadores não directamente aplicáveis à actividade.

Nas empresas do sector dos serviços verifica-se que para além da divulgação dos indicadores essenciais, embora em quantidade inferior à verificada no sector industrial, também relatam informação relativa a quase todos os indicadores previstos, com especial preponderância para os indicadores EN1, EN2, EN3, EN5 e EN8. Esta situação, deve-se ao facto de neste grupo se encontrarem duas empresa que elaboraram os seus relatórios de acordo com o GRI2002 e optaram por informar mesmo quando os indicadores não eram aplicáveis às suas actividades.

Constata-se ainda, que salvo raras excepções, as empresas não divulgaram informação relativa aos indicadores de Biodiversidade (EN6, EN7, EN23 a EN29), Emissões, efluentes e resíduos (EN13, EN30 a EN32), Energia (EN18 e EN19), Água (EN 20 a EN 22), Transporte (EN34) e Gastos ambientais (EN35).

Tabela 6: Indicadores Ambientais por Sector de Actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Indicadores Ambientais						
Materiais						
EN1. Consumo total de materiais (excepto água)	7	0,70	3	0,43	3	0,75
EN2. Percentagem de materiais utilizados que são resíduos externos à organização	6	0,60	3	0,43	2	0,50
Energia						
EN3. Consumo directo de energia, por fontes primárias	8	0,80	3	0,43	3	0,75
EN4. Consumo indirecto de energia.	5	0,50	2	0,29	2	0,50
EN17. Iniciativas dirigidas à utilização eficiente de energia e energia renovável	4	0,40	2	0,29	1	0,25
EN18. Parcela do consumo de energia dos principais produtos	1	0,10	1	0,14	0	0,00
EN19. Outros consumos indirectos de energia e suas implicações	1	0,10	1	0,14	0	0,00

Água						
EN5. Consumo total de água	9	0,90	3	0,43	1	0,25
EN20. Fontes de água e ecossistemas afectados pelo consumo de água	2	0,20	1	0,14	0	0,00
EN21. Extracção de águas subterrâneas e superficiais em relação à quantidade de água renovável	2	0,20	1	0,14	0	0,00
EN22. Reciclagem e reutilização total de água.	2	0,20	1	0,14	0	0,00
Biodiversidade						
EN6. Localização e áreas dos terrenos geridos em habitats ricos biodiversidade	2	0,20	2	0,29	1	0,25
EN7. Análise dos principais impactos na biodiversidade em ambientes terrestres, de água doce ou marítimos	2	0,20	2	0,29	1	0,25
EN23. Extensão total de solo dedicado a actividades de produção ou à extracção	1	0,10	0	0,00	0	0,00
EN24. Percentagem de superfície de solo impermeável em função do total	0	0,00	1	0,14	0	0,00
EN25. Impactos das actividades e operações em áreas protegidas	2	0,20	2	0,29	0	0,00
EN26. Alterações nos habitats naturais e percentagem de habitat restaurado	0	0,00	2	0,29	0	0,00
EN27. Programas para proteger e restaurar ecossistemas e espécies autóctones nas áreas degradadas	0	0,00	2	0,29	0	0,00
EN28. Número de espécies da Lista Vermelha da UICN que se encontram em áreas afectadas pelas operações	0	0,00	1	0,14	0	0,00
EN29. Unidades de negócio que operam em áreas protegidas	0	0,00	1	0,14	0	0,00
Emissões, Efluentes e Resíduos						
EN8. Emissões de gases com efeito de estufa	8	0,80	3	0,43	3	0,75
EN9. Utilização e emissão de substâncias previstas nos Anexos A a E do <i>Protocolo de Montreal</i>	6	0,60	2	0,29	2	0,50
EN10. Outras emissões atmosféricas significativas	7	0,70	2	0,29	1	0,25
EN11. Quantidade total de resíduos por tipo e destino. Classificação, destino, e método de quantificação	8	0,80	2	0,29	2	0,50
EN12. Descargas significativas na água, por importância e tipo	5	0,50	2	0,43	2	0,50
EN13. Derrame significativo de produtos químicos, óleos e combustíveis, por numero de ocorrências e volume total	1	0,10	2	0,29	2	0,50
EN30. Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	3	0,30	1	0,14	1	0,25
EN31. Produção, transporte, importação e exportação de resíduos previstos na Convenção de Basileia	1	0,10	1	0,14	0	0,00

EN32. Fontes de água e respectivos ecossistemas afectados pela descarga e escoamento de água e resíduos líquidos	0	0,00	1	0,14	0	0,00
Fornecedores						
EN33. Desempenho ambiental dos fornecedores em função dos programas previstos no ponto Estrutura de Governo	2	0,20	2	0,29	1	0,25
Produtos e Serviços						
EN14. Impactos ambientais significativos dos principais produtos e serviços	3	0,30	2	0,29	2	0,50
EN15. Percentagem recuperável dos produtos vendidos e percentagem efectivamente recuperada	3	0,30	3	0,43	2	0,50
Concordância						
EN16. Incidentes ou multas pelo incumprimento de legislação ambiental	1	0,10	3	0,43	1	0,25
Transporte						
EN34. Impactos ambientais significativos do transporte utilizado	1	0,10	1	0,14	0	0,00
Total						
EN35. Total de gastos ambientais por tipo.	4	0,40	2	0,29	0	0,00

3.3.3 Indicadores Sociais

Nos indicadores relativos às Práticas Laborais e Condições de Trabalho (Tabela 7) verifica-se que os indicadores essenciais (LA1 a LA11) constam em relatórios provenientes de empresas de todos os sectores de actividade, com destaque para os indicadores relativos a Emprego (LA1 e LA2), Saúde e segurança (LA7) e Formação e educação (LA9). Por seu lado os indicadores complementares (LA12 a LA17), com excepção do LA14, embora divulgados por menos empresas, constam também em todos os sectores.

Tabela 7: Indicadores de Práticas Laborais e Condições de Trabalho por Sector de Actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Ind. Sociais: Práticas Laborais, Condições de Trabalho						
Emprego						
LA1. Descrição do colectivo de trabalhadores, por país ou região, tipo de emprego e de contrato	6	0,60	5	0,71	4	1,00
LA2. Criação de emprego por região ou país	6	0,60	5	0,71	3	0,75

LA12. Prestações sociais e outros benefícios atribuídos aos colaboradores não exigidos por lei	2	0,20	2	0,29	1	0,25
Trabalho e Relações Laborais						
LA3. Percentagem de empregados representados por organizações sindicais	4	0,40	3	0,43	2	0,50
LA4. Política e procedimentos de informação, consulta e negociação com os colaboradores	4	0,40	3	0,43	3	0,75
LA13. Disposições sobre a representação formal dos trabalhadores na gestão e governo corporativo	1	0,10	1	0,14	1	0,25
Saúde e Segurança						
LA5. Métodos de registro de acidentes no trabalho e doenças profissionais (OIT)	4	0,40	3	0,43	3	0,75
LA6. Descrição das comissões sobre saúde compostas pela direcção e pelos trabalhadores	3	0,30	3	0,43	1	0,25
LA7. Taxas de absentismo, acidentes e doenças laborais e número de vítimas mortais no trabalho	7	0,70	5	0,71	3	0,75
LA8. Descrição de políticas ou programas sobre VIH/SIDA	2	0,20	2	0,29	1	0,25
LA14. Dados que certifiquem o cumprimento das Directrizes sobre Segurança e Saúde da OIT	0	0,00	1	0,14	1	0,25
LA15. Descrição de acordos formais com sindicatos, sobre segurança e saúde no trabalho	1	0,10	1	0,14	1	0,25
Formação e Educação						
LA9. Média de horas de formação por ano, por empregado e categoria	8	0,80	5	0,71	4	1,00
LA16. Descrição dos procedimentos de continuidade da vida laboral e gestão de carreiras	2	0,20	3	0,43	2	0,50
LA17. Políticas e programas específicos para gestão da capacidade e formação ao longo da vida	3	0,30	3	0,43	3	0,75
Diversidade e Oportunidade						
LA10. Descrição de programas que visam a igualdade de oportunidades, e seu cumprimento	3	0,30	3	0,43	2	0,50
LA11. Composição da direcção e do grupo responsável pela governação corporativa	4	0,40	3	0,43	3	0,75

Os indicadores essenciais (HR1 a HR7) relacionados com os Direitos Humanos (Tabela 8) apenas foram divulgados pelas empresas que elaboraram os seus relatórios de acordo com o GRI2002, notando-se, salvo raras excepções, que as empresas não divulgam indicadores complementares (HR8 a HR14).

Tabela 8: Indicadores de Direitos Humanos por Sector de Actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Indicadores Sociais: Direitos Humanos						
Estratégia e gestão						
HR1. Relação pormenorizada das políticas relacionadas com os direitos humanos	1	0,10	2	0,29	3	0,75
HR2. Evidência da consideração direitos humanos nos investimentos	1	0,10	2	0,29	3	0,75
HR3. Descrição da avaliação de desempenho em direitos humanos nos fornecedores	1	0,10	2	0,29	2	0,50
HR8. Formação dos empregados em políticas e práticas relativas aos direitos humanos	1	0,10	1	0,14	1	0,25
Não Discriminação						
HR4. Descrição da política que previnam todas as formas de discriminação	1	0,10	1	0,14	2	0,50
Liberdade Associação Negociação Colectiva						
HR5. Descrição da política de liberdade de associação e seu grau de aplicação	1	0,10	2	0,29	2	0,50
Trabalho Infantil						
HR6. Exposição de políticas que excluam o trabalho infantil - Convenção 138 da OIT	2	0,10	2	0,29	2	0,50
Trabalho Forçado e Compulsório						
HR7. Descrição de políticas para prevenir o trabalho forçado e compulsório	2	0,20	1	0,29	2	0,50
Práticas de Disciplina						
HR9. Descrição dos processos judiciais, incluindo os relativos a direitos humanos	1	0,10	1	0,14	1	0,25
HR10. Descrição da política de não retaliação e sistema confidencial de recepção de queixas dos funcionários	0	0,00	1	0,14	0	0,00
Medidas de Segurança						
HR11. Formação em direitos humanos para a segurança dos funcionários	0	0,00	1	0,14	1	0,25
Direitos da População Local						
HR12. Descrição de políticas para tratar das necessidades das populações indígenas	0	0,00	1	0,14	0	0,00
HR13. Descrição de mecanismos para atendimento de reclamações da comunidade	0	0,00	1	0,14	1	0,25
HR14. Percentagem da receita operacional por investimento distribuído à comunidade	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Quanto aos indicadores relacionados com a Sociedade (Tabela 9), verifica-se que os indicadores relativos à Comunidade (SO1 e SO4) são os que obtêm melhor classificação em todos os sectores de actividade. Por sua vez os indicadores essenciais

relacionados com Suborno e Corrupção (SO2) e Contribuições Políticas (SO3), embora relatados em todos os sectores, apresentam um decréscimo no número de empresas que os divulgam. Por seu lado, os indicadores adicionais (SO5 a SO7), salvo raras excepções, não foram objecto de divulgação.

Tabela 9: Indicadores Sociais relacionados com a Sociedade por Sector de Actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Indicadores Sociais: Sociedade						
Comunidade						
SO1. Descrição das políticas para gerir impactos sobre às comunidades afectadas pelas actividades	4	0,40	3	0,43	2	0,50
SO4. Distinções recebidas em relação à actuação social, ambiental e ética	3	0,30	3	0,43	3	0,75
Suborno e Corrupção						
SO2. Descrição da política referente a corrupção e suborno	1	0,10	2	0,29	2	0,50
Contribuições Políticas						
SO3. Descrição de políticas para a gestão de lobbies e contribuições políticas	1	0,10	2	0,29	1	0,25
SO5. Quantidade de dinheiro doado a partidos políticos para financiar os seus candidatos	0	0,00	1	0,14	0	0,00
Concorrência e Preços						
SO6. Decisões judiciais sobre regulamentação anti-trust e monopólios	0	0,00	1	0,14	1	0,25
SO7. Descrição de políticas para prevenir comportamentos contrários à livre concorrência	0	0,00	1	0,14	1	0,25

Por último, os Indicadores Sociais relacionados com a Responsabilidade sobre Produtos (Tabela 10), são aqueles que registam em todos os sectores as participações mais baixas. Com excepção das empresas que constituem o sector financeiro, apenas foram revelados os indicadores essenciais (PR1 a PR3), demonstrando que as empresas em estudo, sobretudo as pertencentes ao sector industrial e aos serviços, atribuem pouca importância à divulgação deste tema nos seus relatórios.

Tabela 10: Indicadores de Responsabilidade sobre o Produto por Sector de Actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Indicadores Sociais: Responsabilidade sobre Produto						
Saúde e Segurança do Consumidor						
PR1. Descrição da política de saúde e segurança do cliente durante a utilização de bens e serviços	3	0,30	3	0,43	2	0,50
PR4. Quantidade e tipo de incidências de não conformidade com a legislação referente à saúde e segurança do consumidor	0	0,00	0	0,00	1	0,25
PR5. Número de reclamações recebidas por organismos reguladores para inspeccionar a saúde e segurança no uso de produtos e serviços	0	0,00	0	0,00	1	0,25
PR6. Rotulagem de produtos e distinções relativas a responsabilidade social e/ou ambiental	0	0,00	0	0,00	1	0,25
Produtos e Serviços						
PR2. Descrição de políticas referentes a informação sobre os produtos e a sua rotulagem	2	0,20	2	0,29	3	0,75
PR7. Quantidade e tipo de incidências de não conformidade com normas legais relacionadas a informações e rotulagem dos produtos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR8. Descrição de políticas e mecanismos de conformidade relativos à satisfação do consumidor	0	0,00	0	0,00	2	0,50
Publicidade						
PR9. Descrição de políticas e mecanismos de conformidade para a adesão a códigos voluntários relacionados com publicidade	0	0,00	0	0,00	1	0,25
PR10. Número e tipo de violação de regulamentações em publicidade e marketing	0	0,00	0	0,00	1	0,25
Respeito da Privacidade						
PR3. Descrição de políticas e mecanismos de respeito pela privacidade do consumidor	1	0,10	2	0,29	2	0,50
PR11. Reclamações sobre privacidade de consumidores	0	0,00	0	0,00	1	0,25

Conclusão

A responsabilidade social ou sustentabilidade das organizações nasce de um contexto internacional em que temas como direitos humanos, direitos dos trabalhadores, meio ambiente e desenvolvimento sustentável são discutidos e resultam em directrizes que orientam a formulação do próprio conceito no âmbito empresarial.

A sustentabilidade empresarial é um processo evolutivo, criativo e sistémico, cada vez mais valorizado por investidores e consumidores, não se tratando de uma moda, mas antes da primeira manifestação da tão falada “mudança de paradigma”, onde a economia de mercado internaliza os aspectos ambientais e sociais nos seus processos de decisão. Espera-se que as empresas possam gerar lucro e simultaneamente contribuir para a realização de objectivos sociais e ambientais mediante a integração da responsabilidade social, enquanto investimento estratégico, no núcleo da sua estratégia empresarial, nos seus instrumentos de gestão e nas suas operações.

As empresas, pressionadas pelo contexto de crise e por movimentos sociais e ambientais, vão também tomando consciência de que a sustentabilidade empresarial é passível de revestir valor económico directo, e começam a divulgar os seus valores, princípios e desempenho relativamente ao desenvolvimento sustentável, esperando-se que sejam transparentes e que esta transparência possa ser verificada. Os últimos códigos de *corporate governance* tendem mesmo a reforçar a ideia de que os órgãos de governo das empresas devem analisar os eventuais riscos que podem resultar das questões relacionadas com os aspectos da sustentabilidade.

Comunicar o desenvolvimento sustentável é ainda um tema em evolução não existindo actualmente, como acontece na informação financeira, uma abordagem padronizada globalmente aceite e utilizada. O próprio conceito de sustentabilidade permanece difuso e engloba diversas questões complexas, que variam entre os diferentes sectores e países. Por outro lado, a diversidade dos grupos de interesse representa por si só um desafio, na medida em que todos têm necessidades específicas de informação, competindo às empresas encontrar o equilíbrio entre o que estes pretendem saber e a informação prática e viável de comunicar.

A mera publicação de um relatório desta natureza não pode ser entendida como o efectivo compromisso das empresas para com a minimização dos seus impactos ambientais, ou para com a efectiva partilha de valor com a sociedade e seus

stakeholders (Gray, 2006). Alguns autores chegam mesmo a sugerir que o principal objectivo das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade é ganhar ou manter a sua reputação (Bebbington *et al*, 2008).

No nosso estudo, apesar dos resultados se encontrarem aquém do desejável, é já assinalável o esforço realizado por 45% das empresas que constituem a amostra no sentido de divulgarem voluntariamente informação relacionada com a sustentabilidade empresarial. No entanto, alguns destes relatórios apresentem poucos ou nenhuns indicadores numéricos, o que indicia que são produzidos mais como instrumento de marketing do que como reflexo de um verdadeiro compromisso com a responsabilidade social. A sustentabilidade nos seus três pilares fundamentais – económico, social e ambiental – tem que ser transversal a toda a actividade empresarial e apesar de existirem muitos desafios a enfrentar e muitas oportunidades a explorar, acreditamos que as empresas portuguesas saberão prosseguir o caminho da sustentabilidade.

Estamos conscientes que os dados de 49 empresas, relativos a apenas um exercício económico, não são suficientes para chegar a conclusões determinantes sobre as práticas de divulgação da sustentabilidade empresarial. Neste sentido, em futuras investigações seria interessante não só ampliar o período de análise, de forma a avaliar a evolução das práticas de divulgação da sustentabilidade em Portugal, mas também o tamanho da amostra com o objectivo de aumentar a representatividade de cada um dos sectores de actividade e incluir empresas de menor dimensão, bem como utilizar o modelo de relato G3 (GRI, 2006).

Bibliografía

Abbott, W. and Monsen, R. (1979) On the measurement of corporate social responsibility: Self-reported disclosures as a method of measuring corporate social involvement. *Academy of Management Journal* 22 (3), pp.501–15.

Abreu, R., David, F. Crowther, D. (2005) Corporate social responsibility in Portugal: empirical evidence of corporate behaviour. *Corporate Governance* 5 (5), pp.3-18.

Adams, C., Hill, W. and Roberts, C. (1995) Environmental, Employee and Ethical Reporting in Europe. ACCA, London.

Adams, C., Hill, W. and Roberts, C. (1998) Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behaviour? *British Accounting Review* 30 (1), pp.1-21.

Archel, P. (2003) La divulgación de la información social y medioambiental de la gran empresa española en el período 1994-1998: situación actual y perspectivas. *Revista Española de Financiación y Contabilidad* 117, pp. 571-601.

Bansal, P. (2005) Evolving Sustainability: A longitudinal study of corporate sustainable development. *Strategic Management Journal* 26 (3), pp. 197-218.

Bebbington, J. (2001) Sustainable development: a review of the international development, business and accounting literature. *Accounting Forum* 25 (2), pp.128-57.

Bebbington, J. and Gray, R. (1997) An account of sustainability: Failure, success and a reconception. In *Interdisciplinary Perspectives on Accounting Conference Proceedings* 1, University of Manchester, pp.1.10.1-17.

Bebbington, J. and Thomson, I. (2005) Social and environmental reporting in the UK: a pedagogic evaluation. *Critical Perspectives on Accounting* 16 (5), pp.507-33.

Bebbington, J., Larrinaga, C. and Moneva, M. (2008) Corporate Social Responsibility Reporting and Reputation Risk Management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 21 (3), pp.337-61.

Branco, M and Rodrigues, L. (2005) An exploratory study of social responsibility disclosure on the internet by Portuguese listed companies. *Social Responsibility Journal* 1, (1/2), pp. 81-90.

Branco, M. and Rodrigues, L. (2006), “Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: A legitimacy theory perspective”, *Corporate Communications: An International Journal*, 11 (3), pp. 232-248.

Branco, M and Rodrigues, L. (2008a) Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics* 8, pp.685-701.

Branco, M and Rodrigues, L. (2008b) Social responsibility disclosure: A study of proxies for the public visibility of Portuguese banks. *The British accounting Review* 40, pp. 161-181

Branco, M., Eugénio, T. and Ribeiro, J. (2008) Environmental disclosure in response to public perception of environmental threats: The case of co-incineration in Portugal. *Journal of Communication Management* 12 (2), pp. 136-151.

Cheit, E. (1964) The new place of business: why managers cultivate social

responsibility, *The Business Establishme*, John Wiley & Sons, New York

Clarkson, P., Yue, L., Richardson, G. and Vasvari, F. (2008) Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society* 33 (4-5), pp.303-27.

Código das Sociedades Comerciais (2006) Decreto-lei n.º 76-A de 29.03, Lisboa.

Comissão de Normalização Contabilística (2001) Directriz Contabilística nº 29 - Matérias Ambientais, Lisboa.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (2001) Regulamento n.º 7 - Governo das Sociedades Cotadas, Boletim da CMVM, 106, Lisboa.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, 2005, Regulamento n.º 10 - Governo das Sociedades e Deveres de Informação, Boletim da CMVM, 151, Lisboa.

Constituição da República Portuguesa (1976), Lisboa.

Davidson, K. and Wilson, L. (2006) Measuring social, economic and environmental sustainability at the enterprise level: a case study of an Australian Utility Corporation's Sustainability Report. In *Proceedings Social Change in the 21st Century Conference*, Carseldine, Brisbane.

Deegan, C. and Gordon, B. (1996) A study of environmental disclosure practices of Australian corporations. *Accounting e Business Research* 26 (3), pp.187-99.

Deegan, C. and Newson, M. (2002) An exploration of the association between global expectations and corporate social disclosure practices in the Asia-Pacific region. *The International Journal of Accounting* 37 (2), pp.183-14.

Deegan, C., Rankin, M. and Tobin, J. (2002) An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 15 (3), pp.312-43.

Dias-Sardinha, I. and Reijnders, L. (2005) Evaluating Environmental and Social Performance of Large Portuguese Companies: A Balanced Scorecard Approach. *Business Strategy and the Environment* 14, pp.73-91.

Elkington, J. (1997) *Cannibals with Forks: the Triple Bottom Line of 21st Century Business*, Capstone Publishing, Oxford

Epstein, M. (2004) The identification, measurement and reporting of corporate social impacts: past, present and future. *Advances in Environmental Accounting and Management* 2, pp. 1-29.

Ernst and Ernst (1972-1978) *Social Responsibility Disclosure Surveys*, Ernst and Ernst, Cleveland.

Fédération des Experts Comptables Européens, 2000, *Towards a General Accounting Framework for Environmental Reporting*. FEE, Bruxelles

Ferreira, C. (2004), Environmental accounting: the Portuguese case. *Management of Environmental Quality: An International Journal* 15 (6), pp. 561-573.

Gallego, I. (2006) Economic, social and environmental indicators in Spain. *Corporate Social Responsibility Environmental Management* 13, pp.78-97.

Global Reporting Initiative (2000) *Sustainability Reporting Guidelines*, GRI, Amesterdão.

Global Reporting Initiative (2002) Sustainability Reporting Guidelines, GRI, Amesterdão.

Global Reporting Initiative (2004) Directrizes para elaboração de Relatórios de Responsabilidade Social (versão Portuguesa), Lisboa.

Global Reporting Initiative (2006) Sustainability Reporting Guidelines, GRI, Amesterdão.

Gray, R. (1998) Imagination, a bowl of petunias and social accounting. *Critical Perspectives on Accounting* 9 (2), pp.205-16.

Gray, R. (2006) Does sustainability reporting improve corporate behaviour? Wrong question? Right time? *Accounting and Business Research* 36 (4), pp.65-88.

Gray, R. and Milne, M. (2004) Towards Reporting on the Triple Bottom Line: Mirages, Methods and Myths. In Henriques A (Ed) Triple Bottom Line: Does It All Add Up? Assessing the Sustainability of Business and CSR. Earthscan Publications, London.

Gray, R., Kouhy, R. and Lovers, S. (1995a) Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies: A methodological note. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 8 (2), pp.78-101.

Gray, R., Kouhy, R. and Lovers, S. (1995b) Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 8 (2), pp.47-77.

Guthrie, J. and Mathews, M. (1985) Corporate social accounting in Australasia. *Corporate Social Performance and Policy* 7, pp.251-77.

Guthrie, J. and Parker, L. (1989) Corporate social reporting: a rebuttal of legitimacy theory", *Accounting and Business Research*, Vol. 9 No. 76, pp. 343-52.

Guthrie, J. and Parker, L. (1990) Corporate social disclosure practice: a comparative international analysis. *Advances in Public Interest Accounting* 3, pp.159-76.

Guthrie, P. and Hacking, T. (2008) A framework for clarifying the meaning of Triple Bottom-Line, Integrated, and Sustainability Assessment. *Environmental Impact Assessment Review* 28 (2-3), pp.73-89.

Hackston, D. and Milne, M. (1996) Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 9 (1), pp.77-108.

Haniffa, R. and Cooke, T. (2005) The impact of culture and governance on Corporate Social Reporting. *Journal of Accounting And Public Policy* 24 (5), pp.391-430.

Harte, G. and Owen, D. (1991) Environmental disclosure in the annual reports of British companies: a research note. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 4 (3), pp.51-61.

Hogner, R. (1982) Corporate social reporting: eight decades of development an US Steel. *Research in Corporate Performance and Policy* 4, pp.243-250.

Jones, M. and Shoemaker, P. (1994) Accounting narratives: A review of empirical studies of content and readability. *Journal of Accounting Literature* 13, 142-84.

Kolk, A. (2004) A decade of sustainability reporting: developments and

significance. *International Journal of Environment and Sustainable Development* 3 (1), pp.51–64.

Kolk, A. (2005) Environmental Reporting by Multinationals from the Triad: Convergence or Divergence? *Management International Review* 45, pp.145–66.

KPMG (1992) A survey of environmental reporting on three continents, KPMG National Environment Unit, London.

KPMG (1993) International survey of environmental reporting. KPMG, London

KPMG (1999) KPMG International Survey of Environmental Reporting. KPMG/WIMM,

KPMG (2002) 4th International Survey of Corporate Sustainability Reporting. KPMG/WIMM, Netherlands.

KPMG (2005) International Survey of Corporate Sustainability Reporting. KPMG, Holland.

KPMG (2006) Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal. KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Portugal.

KPMG (2008) International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008. KPMG International, Netherlands.

Krippendorff, K. (1980) Content Analysis: An Introduction to its Methodology. Sage, Nova York

Larrinaga C., Carrasco, F., Correa, C., Llena, F. and Moneva, J. (2002) Accountability and accounting regulation: the case of the Spanish environmental disclosure standard. *The European Accounting Review* 11 (4), pp.723-40.

Larrinaga, C., Archel, P. and Fernández, M. (2008) The Organizational and Operational Boundaries of Triple Bottom Line Reporting: A Survey. *Environmental Management* 41, pp.106–17.

Lei nº 11/1987 de 07/04, Diário da República, Série I, 81. Lisboa.

Mathews, M. and Reynolds, M. (2001) Cultural relativity and accounting for sustainability: A research note. *Accounting Forum* 25 (1), pp.79-88.

Meadows, D.L., Meadows D.H., Randers J. and Behrens W. (1972) Limits to Growth, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts.

Milne, M. and Adler, R. (1999) Exploring the reliability of social and environmental disclosures content analysis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 12, pp.237–56

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (2000) Plano Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006), Lisboa.

Moneva, J. and Llena, F. (2000) Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain. *The European Accounting Review* 9 (1), pp.7-29.

Moneva, J., Archel, P. and Correa, C. (2006) GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. *Accounting Forum* 30 (2), pp.121-37.

Monteiro, S. and Guzmán, B. (2005) Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Portugal. *Social and Environmental Accounting Journal*,

25 (2), p. 15-18

Nações Unidas (1987) *Our Common Future*, Oxford University Press, Oxford.

Nações Unidas (2006) *Principles for Responsible Investment*, Nova York.

Nações Unidas (2007) *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies*, Nova York.

O'Dwyer, B. (2001) *The state of corporate environmental reporting in Ireland*. ACCA Research Report, n. 69, Certified Accountants Educational Trust, London

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (2000) *Guidelines for Multinational Enterprises*, OECD Publications Service, Paris.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (2004) *Principles of Corporate Governance*, OECD Publications Service, Paris.

Patten, D. (1991) *Exposure, Legitimacy, and Social Disclosure*. *Journal of Accounting and Public Policy* 10, pp.297-08.

Patten, D. (2002) *Give or take on the internet: an examination of the disclosure practices of insurance firm web innovators*. *Journal Business Ethics*, 36 (3), pp. 247-259.

Raar, J. (2002) *Environmental Reporting Initiatives: Towards triple-bottom line reporting*. *Corporate Communications: An International Journal* 7 (3), pp.169-83.

Resolução do Conselho de Ministros 109/2007 de 20/08, Diário da República, Série I, 159. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros 180/2004 de 22/12, Diário da República, Série I-B, 298. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros 183/2005 de 28/11, Diário da República, Série I-B, 228. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros 39/2002 de 01/03, Diário da República, Série I, 51.

Rodrigues, L., Oliveira, L. and Menezes, C. (2005), *O relato financeiro do desempenho ambiental: Estudo das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto*. *Portuguese Journal of management Studies*, 10 (2), pp. 145-167.

Roque, V. and Cortez, M. (2006) *A Divulgação de Informação Ambiental e a Performance Financeira das Empresas Cotadas em Portugal*. *Revista de Estudos Politécnicos* 3 (5/6), pp. 119-143.

Tilt, C. (1994) *The influence of external pressure groups on corporate social disclosure: some empirical evidence*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 7 (4), pp.24-46.

Tilt, C. (1997) *Environmental Policies of Major Companies: Australian Evidence*. *British Accounting Review* 29(4), pp.367-94.

Tilt, C. (2001) *The content and disclosure of Australian corporate environmental policies*. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 14 (2), pp.190-12.

União Europeia (2001) *Comunicação 264 de 15.05*, Bruxelas.

União Europeia (2001) *Comunicação 366 de 18.07*, Bruxelas.

União Europeia (2001) Regulamento 761/2001, Bruxelas.
União Europeia (2002) Comunicação 347 de 02.07, Bruxelas.
União Europeia (2002) Comunicação 82 de 13.02, Bruxelas.
União Europeia (2004) Comunicação 101/2 de 26.02, Bruxelas.
União Europeia (2004) Comunicação 383 de 18.05, Bruxelas.
União Europeia (2004) Directiva 35 de 21.04, Bruxelas.
União Europeia (2005) Comunicação 24 de 01.02, Bruxelas.
União Europeia (2005) Comunicação 658 de 13.12, Bruxelas.
União Europeia (2006) Comunicação 136 de 22.03, Bruxelas.
União Europeia (2006) Iniciativa 2133 de 29.11, Bruxelas.
União Europeia (2007) Comunicação 581 de 03.10, Bruxelas.

Wilmshurst, T. and Frost, G. (2000) Corporate environmental reporting. A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 13 (1), pp.10-26.

World Business Council for Sustainability Development (2002) Corporate Social Responsibility, Geneva.

World Business Council for Sustainability Development (2002) Sustainable Development Reporting: Striking the balance, Geneva.

Zéghal, D. and Ahmed, S. (1990) Comparison of social responsibility information disclosure media used by Canadian firms. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 3 (1), pp.39-53.

ANEXO 1

Conteúdo específico das Categorias utilizadas na Análise de Conteúdo

O presente anexo baseia-se na estrutura apresentada na Parte C – Conteúdo do Relatório das Directrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade propostas pela *Global Reporting Initiative* em 2002. Na análise de Conteúdo utilizamos a mesma numeração e classificamos positivamente a existência de resposta às diversas questões.

Categorias:

1. Visão e Estratégia

2. Perfil

3. Estrutura de Governo e Sistemas de Gestão

4. Indicadores de Desempenho

1. Visão e Estratégia: exposição da visão e da estratégia da organização no que respeita à sua contribuição para o desenvolvimento sustentado juntamente com uma declaração do seu presidente.

Declaração da visão e da estratégia da organização quanto ao desenvolvimento sustentável As organizações devem empregar a máxima flexibilidade e criatividade possível na elaboração deste capítulo. Trata-se de uma visão geral do presente e futuro da organização, com ênfase à gestão dos compromissos associados ao desempenho económico, ambiental e social que deverá responder, no mínimo, às seguintes questões:

- Quais são os assuntos mais importantes para a organização no que respeita ao desenvolvimento sustentado?
- Como se incluíram os *stakeholders* na identificação destes assuntos?
- Que partes interessadas se vêem mais afectadas pela organização?
- Como se reflectem estes interesses nos valores da organização e como se integram nas suas estratégias empresariais?
- Quais são os objectivos e as medidas tomadas pela organização relativamente a estes assuntos?

Declaração do presidente (ou de um director equivalente) – A GRI considera que esta declaração marca a importância do relatório e oferece credibilidade face aos utilizadores externos e internos e recomenda os seguintes elementos:

- Os aspectos mais destacados do conteúdo do relatório e o compromisso com os objectivos;
- Declaração de compromisso para com os objectivos económicos, ambientais e sociais por parte dos líderes da organização;
- Reconhecimento dos sucessos e fracassos;
- Desempenho comparado com modelos de referência, com a actuação de anos anteriores, com objectivos e normas sectoriais;
- A postura da organização sobre o compromisso com as partes interessadas;
- Os principais desafios para a organização e seu sector empresarial na integração das responsabilidades de desempenho financeiro com as de desempenho económico, ambiental e social, juntamente com as suas consequências na estratégia negocial futura.

2 Perfil: visão geral da estrutura e das operações da organização relatora, bem como do alcance do relatório. Os elementos necessários para um perfil completo da organização incluem o Perfil da Organização, o Alcance e Perfil do Relatório.

Perfil da organização

As organizações deverão facilitar a informação necessária para oferecer uma visão completa das suas operações, produtos e serviços, designadamente:

- 2.1. Nome da entidade.
- 2.2. Principais produtos e/ou serviços, incluindo marcas se apropriado.
- 2.3 Estrutura operacional da organização.
- 2.4 Descrição dos principais departamentos, filiais, subsidiárias e empresas associadas.
- 2.5 Países em que as operações da organização estão localizadas.
- 2.6 Estrutura societária; forma jurídica; listagens das cotações em Bolsa.
- 2.7 Natureza dos mercados e/ou dos clientes.
- 2.8 Informação relevante sobre a dimensão das actividades da organização relatora (número de empregados, produtos e serviços oferecidos, vendas líquidas, capitalização total repartida em termos de dívida e capital.

2.9 Lista dos *stakeholders*, características principais de cada um e seu relacionamento com a entidade.

Alcance do relatório

2.10 Pessoas de contacto para os temas relacionados com o relatório, incluindo endereços de correio electrónico sítios na Internet.

2.11 Período a que se refere o relatório (por exemplo, ano fiscal ou civil).

2.12 Data do último relatório (se existir).

2.13 Âmbito do relatório (países ou regiões, departamentos/instalações/empresas associadas/filiais, produtos e/ou serviços) e limitações específicas do alcance.

2.14 Alterações significativas de dimensão, estrutura, propriedade, ou produtos e serviços, que se tenham verificado durante o período a que se refere o relatório.

2.15 Bases para elaborar relatórios de empresas associadas, filiais, instalações arrendadas, operações de serviços externos, e outras situações que possam afectar consideravelmente a possibilidade de comparação entre períodos e/ou entre entidades relatoras.

2.16 Descrição da natureza e efeito de qualquer reformulação de informação já apresentada em relatórios anteriores, e os motivos de tal reformulação (por exemplo, fusões/compras, alteração do período base, natureza da empresa, métodos de medição).

Perfil do relatório

2.17 Decisões de não aplicar os princípios ou protocolos da GRI na elaboração do relatório.

2.18 Critérios e/ou definições utilizados no registo contabilístico dos custos e benefícios económicos, ambientais e sociais.

2.19 Mudanças significativas relativas a anos anteriores nos métodos de cálculo aplicados à informação económica, ambiental ou social.

2.20 Políticas e medidas internas para garantir a precisão, a exaustividade e a veracidade da informação apresentada no relatório de sustentabilidade.

2.21 Políticas e medidas actuais orientadas para proporcionar mecanismos independentes de verificação do relatório no seu conjunto.

2.22 Acesso público à informação ou aos relatórios sobre os aspectos económico, ambiental e social das actividades da organização, incluindo informação específica das instalações.

3 Estrutura de Governo e Sistemas de Gestão: Esta rubrica serve para apresentar uma visão geral da estrutura de governo e das políticas da organização, sistemas de gestão e esforços para atingir o compromisso com as partes interessadas no âmbito do desenvolvimento sustentado da organização. Nessa medida a GRI pretende descrever a importância dos aspectos ambientais, económicos e sociais nos processos de decisão da direcção das organizações, repartindo este capítulo do relatório em Estrutura de Governo, Relações com as Partes Interessadas e Políticas Globais e Sistemas de Gestão.

Estrutura de Governo

3.1 Estrutura de governo da organização, com os principais comités dependentes do conselho de administração e responsáveis pelo desenho das estratégias e da supervisão da organização. Indica-se o alcance da responsabilidade dos principais comités e assinala-se toda aquela responsabilidade directa associada ao desempenho económico, ambiental e social.

3.2 Percentagem do conselho de administração formado por conselheiros independentes sem cargo executivo. Explica-se como a direcção estabelece a «independência» dos seus membros.

3.3 Processo para determinar as necessidades dos responsáveis pela condução das estratégias da organização em temas como as oportunidades e os riscos económicos, ambientais e sociais.

3.4 Processos directivos para supervisionar a identificação e a gestão das oportunidades e os riscos económicos, ambientais e sociais da organização.

3.5 Relação entre a remuneração directa e a prossecução dos objectivos financeiros e não financeiros da organização (por exemplo, a actuação ambiental ou as práticas laborais).

3.6 Estrutura e responsabilidade da organização (por exemplo, membros da direcção, gestores seniores, pessoal técnico, pessoal operacional, comités, e conselhos) para a implementação e supervisão das respectivas políticas económica, ambiental e social. Indicação dos elementos responsáveis por tais políticas.

3.7 A missão e valores disponibilizados ao público, códigos de conduta, declarações da política social, ambiental e económica, e outras políticas com

aspectos sociais, ambientais e económicos (por exemplo, políticas de compras). Incluir a data de adopção e área de aplicabilidade (por exemplo, países, unidades de negócio).

3.8 Mecanismo que permitam aos accionistas (maioritários e minoritários) comunicar as suas recomendações ao conselho de administração.

Relações com as Partes Interessadas

3.9 Bases para definição e selecção dos principais utilizadores do relatório. Refere-se aos processos para definir as partes interessadas de uma organização e para identificar os grupos com os quais há um compromisso efectivo.

3.10 Métodos de consulta às partes interessadas, sua frequência, tipo e grupo a que pertencem. Entrevistas individuais e em grupo, painéis comunitários, comissões assessoras da empresa, comunicações escritas, mesas redondas entre direcção e sindicatos, constituem alguns exemplos dos métodos que podem ser utilizados.

3.11 Tipo de informação gerada pela consulta aos *stakeholders*. Incluir-se-á uma lista dos principais temas e interesses formulados pelas partes interessadas, identificando-se os indicadores específicos desenhados como consequência destas consultas.

3.12 Utilização da informação obtida como resultado do compromisso com as partes interessadas. Alguns exemplos podem ser a eleição de determinados modelos de referência de actuação, ou a influência sobre a tomada de determinadas decisões relacionadas com a política ou as operações da organização.

Políticas Globais e Sistemas de Gestão

3.13 Explicação da consideração do princípio da prudência nas políticas da organização. Pode incluir algum exemplo que ilustre a postura da organização em torno da gestão de riscos no plano das operações ou no desenvolvimento e introdução de novos produtos.

3.14 Códigos ou iniciativas voluntárias, compromissos ou similares, de tipo económico, ambiental ou social (por exemplo, referentes a questões de trabalho, direitos humanos, discriminação, segurança) que a organização subscreva, incluindo a data de adopção e os países em que se aplicam.

3.15 Listagem de associações empresariais e industriais, e/ou organizações assessoras nacionais e internacionais a que a organização pertença.

3.16 Políticas e/ou sistemas para gerir os impactos ocasionados pelos processos a montante e a jusante da organização.

3.17 Posição da organização sobre a gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais indirectos produzidos como resultado das suas actividades.

3.18 Programas e procedimentos de decisão referentes à localização das operações, incluindo a abertura de fábricas ou instalações, encerramento e redução de actividades.

3.19 Programas e procedimentos relativos ao desempenho económico, ambiental e social.

3.20 Estado da certificação de sistemas de gestão económica, ambiental e social. Adesão às normas de gestão ambiental, sistemas de gestão laborais ou de responsabilidade social, ou outros sistemas de gestão que contem com um certificado formal.

4. Indicadores de Desempenho: Os indicadores de desempenho baseiam-se no modelo convencional de desenvolvimento sustentado e encontram-se agrupados em torno de categorias e aspectos que constituem as suas três dimensões:

Categoria: Áreas ou agrupamentos de importância mais abrangente relativos a questões sociais, ambientais ou económicas de relevância para as partes interessadas.

Aspecto: Subgrupos gerais de indicadores relacionados com uma categoria específica. Uma categoria pode englobar vários aspectos, definidos como assuntos, impactos ou grupos de partes interessadas.

Indicador: Medida específica de um aspecto concreto que pode ser utilizada para controlar e demonstrar como actua uma organização. É importante assinalar que, no âmbito da GRI, os indicadores de desempenho podem ser quantitativos ou qualitativos, sendo ambos complementares e necessários para oferecer uma visão equilibrada e razoável da actuação das organizações. A descrição de cada um dos indicadores encontra-se nas tabelas que constam no corpo do trabalho.

A descrição detalhada de cada um dos indicadores consta nas tabelas do ponto 3.3.